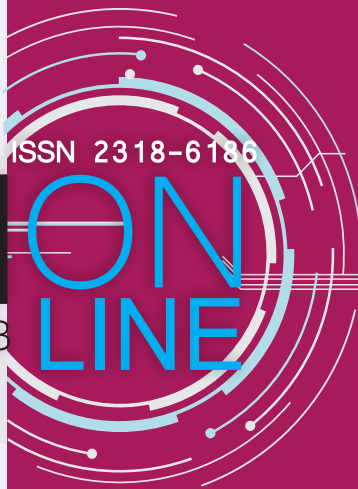


V.10 n. Especial (2022): V Semana Nacional de Arquivo

ISSN 2318-6186

ARCHEI ONLINE

Revista de Arquivologia da UFPB



5ª Semana Nacional de Arquivos

EMPODERANDO OS ARQUIVOS

Realização:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E SEGURANÇA PÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

Apoio:



SUMÁRIO

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUIVO ESCOLAR	7
<i>Fernanda da Silva Rodrigues</i>	
<i>Priscila Ribeiro Gomes</i>	
A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA: atuação do arquivista e competências necessárias	31
<i>Gleise Brandão</i>	
ORGANIZAÇÃO INFORMACIONAL DO CICLO DO SANGUE: o arquivo do HEMOCENTRO da Paraíba como lugar de memória	49
<i>Manuela Eugênio Maia</i>	
<i>Sânderson Lopes Dorneles</i>	
<i>Suerde Miranda de Oliveira Brito</i>	
<i>Mônica Felix da Costa</i>	
<i>Maria do Socorro Fernandes Oliveira</i>	
PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ARQUIVOS E EM ARQUIVOLOGIA NO CONTEXTO DA SAÚDE: mapeamento na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação	79
<i>Rita de Cássia da Silva Gadelha</i>	
<i>Rayan Aramís de Brito Feitoza</i>	
<i>Ana Cláudia Cruz Córdula</i>	
<i>Carla Maria de Almeida</i>	
PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR: estudo bibliométrico entre a Arquivologia e a Ciência da Informação	104
<i>Jefferson Higino da Silva</i>	
<i>Wellington da Silva Gomes</i>	
<i>Rebeca de Oliveira Patrício</i>	
LIGA CANÁBICA DA PARAÍBA: uma trajetória contada por arquivo pessoal, vista pelas lentes da memória	127
<i>Josemar Elias da Silva Junior</i>	
<i>Bernardina Maria Juvenal F. de Oliveira</i>	
<i>Maria Nilza Barbosa Rosa</i>	



V Semana Nacional de Arquivos do curso de graduação em Arquivologia da UFPB

A revista Archeion Online publica em seu número especial do ano de 2022, referente ao volume 10, trabalhos de autoria de palestrantes, convidadas/dos e da comissão organizadora da V Semana Nacional de Arquivos (SNA), promovida pela coordenação do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), realizada entre os dias 07 e 11 de junho de 2021. O evento ocorreu de forma *online* e foi transmitido pelo canal do Youtube: Arquivologia Remota UFPB. Contou com uma média de 500 pessoas inscritas de todo o Brasil, tendo uma participação marcante das/dos discentes do curso de Bacharelado em Arquivologia da UFPB.

Em sua quinta versão, a SNA teve como tema: Empoderando arquivos. Este evento ocorre anualmente, marcando uma temporada de encontros científicos, sociais e culturais em comemoração ao dia Internacional dos Arquivos - dia 09 de junho. Essa data, incluída no calendário internacional de celebrações em torno dos Arquivos, ancora-se em temáticas propostas pelo Conselho Internacional de Arquivos - ICA.

No Brasil, o Arquivo Nacional e a Fundação Casa de Rui Barbosa se unem às instituições arquivísticas, instituições de ensino superior, centros de memória, entre outras instituições, com o objetivo de aproximar ainda mais os arquivos da sociedade, enfatizando seu aspecto cultural, memorialístico, reforçando o papel do arquivo enquanto instrumento importante para alcançarmos os direitos da sociedade, escopo do tema da SNA.

Nesta quinta versão, a coordenação do curso de graduação em Arquivologia da UFPB, que tem à sua frente as professoras Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula (coordenadora) e Me. Alba Ligia de Almeida Silva (vice-coordenadora), contaram com o indispensável apoio da professora Dra. Carla Maria Almeida e dos professores Me. Rayan Aramis de Brito Feitoza, Me. Josemar Elias da Silva Júnior e Me. Jefferson Higino da Silva, além das/dos discentes do curso de Arquivologia da UFPB: Bruno Antônio

Ferreira, Jéssika Maria Borges de Carvalho, Amanda Jascellyne Dias Rodrigues e Wislayne de Kássia Lopes de Albuquerque.

O evento contou com a parceria de docentes da área vinculadas/os às instituições: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, sendo, essa colaboração, imprescindível para que a quinta SNA obtivesse o alcance e participação de estudantes e profissionais de todas as regiões da federação.

Em tempos conflituosos, em que a informação é vista enquanto um bem simbólico e, portanto, de valor cultural, político e econômico, promover a discussão sobre o papel dos arquivos na sociedade contemporânea torna-se responsabilidade das/dos profissionais do campo, o que, ratifica a importância do evento em ampliar as reflexões no âmbito científico e cultural, na intenção de promover o diálogo com os cenários postos na realidade.

Para tanto, discussões tanto teóricas, quanto oriundas de experiências práticas compõem o corpo dos artigos presentes nesta edição, de modo a disseminar resultados e experiências que possam fortalecer o campo Arquivístico no que tange ao conhecimento científico, à prática e ao contexto profissional.

O primeiro artigo, fruto da palestra de abertura do evento, intitulado “Educação patrimonial e Arquivo Escolar”, de autoria de Me. Fernanda da Silva Rodrigues e de sua orientadora, Dra. Priscila Ribeiro Gomes, trata-se de um recorte da pesquisa desenvolvida durante o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO. A partir de um diálogo entre a Arquivologia e a Educação, as autoras discorrem sobre a necessidade de aprofundamento de reflexões teóricas com vistas às medidas empíricas sobre a realidade dos arquivos escolares enquanto patrimônio cultural. Ao demonstrar os valores sociais dos arquivos escolares, as autoras observam uma seara ainda carente da atenção das/dos arquivistas, apontando, assim, as possibilidades e usos, e a necessidade da sua preservação e gestão.

O segundo texto, de autoria da Dra. Gleise da Silva Brandão, da UFBA, tem como título: “A mediação da informação no contexto da Arquivologia: atuação do



arquivista e competências necessárias”. O artigo teve como objetivo discutir a atuação da/do arquivista no contexto da mediação da informação, apontando para as competências necessárias ao seu perfil profissional. A partir da pesquisa bibliográfica e dos resultados observados em pesquisas anteriores desenvolvidas por essa autora, observa-se que a mediação da informação está presente em todo o fazer arquivístico, de forma implícita ou explícita. Assim, essa mediação não se resume apenas à atuação no serviço de referência, mas contempla, também, a realização de atividades voltadas ao processamento técnico como, por exemplo, a classificação, a descrição e a avaliação.

“Organização informacional do ciclo do sangue: o arquivo do Hemocentro da Paraíba como lugar de memória” é o título do terceiro artigo, de autoria do Me. Sânderson Lopes Dorneles, Dra. Manuela Eugênio Maia, Dra. Suerde Miranda de Oliveira Brito, e das graduandas em Arquivologia Mônica Felix da Costa e Maria do Socorro Fernandes Oliveira. O artigo é fruto dos resultados parciais do projeto de extensão “HEMODOC: organização do Arquivo do HEMOCENTRO da Paraíba”, desenvolvido por docentes e discentes da UEPB em parceria com o Centro de Hematologia e Hemoterapia - HEMOCENTRO. Pautado na legislação e nos documentos consultados durante o projeto, o estudo evidencia o papel do HEMOCENTRO e do seu arquivo como lugar de memória da Hematologia e da Hemoterapia na Paraíba. Também, o texto chama a atenção para a necessidade da aplicabilidade das atividades arquivísticas no arquivo, sendo sua organização e preservação fatores fundamentais para a perpetuação dessa memória institucional.

O quarto artigo, “Produção científica em arquivos e em Arquivologia no contexto da saúde: mapeamento na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação”, tem como autoria a arquivista Rita de Cássia Gadelha, o Me. Rayan Aramis de Brito Feitoza, a Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula e a Dra. Carla Maria de Almeida. O objetivo desta pesquisa foi mapear a produção científica sobre arquivos e Arquivologia na área da Saúde constante na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação, no período de 2011 a julho de 2020. As autoras e o autor relatam que pesquisas que envolvem a relação do arquivo com a área de saúde vêm crescendo nos últimos anos, embora ainda se apresentem de forma incipiente quando comparadas às outras temáticas. O número de pesquisadoras/es que se debruçam sobre esta relação

ainda é escasso no Brasil, nesse sentido, o texto sugere que outras pesquisas possam ser realizadas com vistas a explorar a relação da Arquivologia com a Saúde, tomando com argumento, ainda, essa necessidade diante do atual momento pandêmico.

A partir de um estudo bibliométrico, os autores Me. Jefferson Higino da Silva, Me. Wellington da Silva Gomes e a autora Me. Rebeca Basílio da Mota de Oliveira, identificaram na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), as produções científicas que tratam a temática da interdisciplinaridade entre a Ciência da Informação e a Arquivologia. Com o título “Perspectiva interdisciplinar: estudo bibliométrico entre a Arquivologia e a Ciência da Informação”, o estudo concluiu que as pesquisas que abordam a interdisciplinaridade entre essas áreas ainda são incipientes, considerando o quantitativo de publicações que foram recuperadas no tempo-espacial analisado. Também, diante de seu grau de complexidade, do contexto teórico e institucional, a interdisciplinaridade entre essas áreas é um tema que requer aprofundamento por pesquisadoras/es das áreas.

Por fim, Me. Josemar Elias da Silva Junior, Dra. Bernardina Maria Juvenal F. de Oliveira e Dra. Maria Nilza Barbosa Rosa, apresentam uma discussão que enfatiza a relevância dos arquivos como instrumento de memória no processo das conquistas sociais. O texto, originado de pesquisa de mestrado, tem como título “Liga canábica da Paraíba: uma trajetória contada através de seu arquivo, vista pelas lentes da memória”. O autor e as autoras apresentaram, a partir do arquivo da Liga Canábica da Paraíba, que é uma associação sem fins lucrativas de familiares militantes pela política pública de *cannabis* medicinal, a luta política e social para o enfrentamento do preconceito em torno da *cannabis sativa*, bem como, a negligência do governo e seus órgãos de regulação em reconhecer os efeitos medicinais dos componentes da planta para diversas patologias humanas.

Acreditamos que as pesquisas que compõem este número especial da Revista Archeion Online, contribuirão para a cenário científico da Arquivologia brasileira, trazendo possibilidades de ampliarmos as discussões em torno das temáticas dos arquivos escolares, da mediação nos arquivos, dos arquivos de saúde, dos diálogos da Arquivologia e com a Ciência da Informação, além dos arquivos privados e o seu

potencial memorialístico, exploradas pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores que colaboram com este número da revista.

Assim, em nome de todas e todos que fizeram parte da quinta SNA, promovida pela coordenação do curso de graduação em Arquivologia da UFPB, agradecemos a Revista Archeion Online, em especial ao corpo editorial representado pelas professoras Dra. Patrícia Silva e Dra. Ediane Toscano Galdino de Carvalho e pelo arquivista Esp. Marcílio Herculano da Costa, gratidão pela parceria e pela divulgação desta produção científica arquivística.

Nesse momento, convidamos a todas e todos para mergulharem nesse mar de conhecimento e desfrutarem de uma prazerosa leitura das experiências científicas vivenciadas e narradas pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores nesta edição.

Profa. Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula (DCI/UFPB)
Profa. Dra. Carla Maria de Almeida (GECIMP/UFPB)
Prof. Me. Rayan Aramis de Brito Feitoza (ICI/UFBA)
Editoras/es do Número Especial





EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUIVO ESCOLAR

Fernanda da Silva Rodrigues¹ | Priscila Ribeiro Gomes²

RESUMO

O artigo faz parte de reflexões empreendidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em que buscamos explorar dois fios de entrelaçamento entre a Arquivologia e a Educação. Baseados nessa tessitura, chamamos atenção para a Educação Patrimonial e para os Arquivos escolares enquanto dois eixos que necessitam ser aprofundados pela Arquivologia, sejam de forma teórica, através de revisão de literatura ou explorados empiricamente. Deste modo, defendemos que há uma necessidade de aproximação entre as duas áreas, sobretudo por acreditarmos no caráter interdisciplinar da Arquivologia. No que tange a Educação Patrimonial destacamos que a mesma é uma importante metodologia de aproximação entre os campos a partir dos usos dos arquivos, possibilitando que os arquivistas possam difundir os acervos e os documentos para o público, contribuindo, inclusive, nos processos de ensino e aprendizagem. Relativo ao arquivo escolar, procuramos demonstrar o seu valor social, através da abordagem da sua construção enquanto objeto de estudo, suas possibilidades e usos, e a necessidade da sua preservação e gestão. Nesse sentido, procuramos por meio de uma discussão teórica destacar a importância de uma aproximação entre os campos, de modo a contribuir para futuros trabalhos.

Palavras-chave: Arquivologia; Educação; Educação Patrimonial; Arquivo Escolar; Interdisciplinaridade; Memória, pedagogia dialética; mediação.

PATRIMONIAL EDUCATION AND SCHOOL ARCHIVE

ABSTRACT

The article is part of reflections undertaken within the scope of the Postgraduate Program in Document and Archive Management (PPGARQ). This is a bibliographical research in which we seek to explore two intertwining strands between Archives and Education. Based on this structure, we draw attention to Heritage Education and School Archives as two axes that need to be deepened by Archivology, whether theoretically, through literature review or explored empirically. In this way, we defend that there is a need for closer ties between the two areas, especially because we believe in the interdisciplinary nature of archivology. With regard to Heritage Education, we emphasize that it is an important methodology for bringing the fields closer together from the uses of archives, enabling archivists to disseminate the collections and documents to the public, even contributing to the teaching processes and learning. Regarding the school archive, we seek to demonstrate its social value, through the approach to its

¹ Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos | UNIRIO | fernandas_rodrigues@yahoo.com.br

² Doutora em Educação | UNIRIO | pri.unirio@yahoo.com.br



construction as an object of study, its possibilities and uses, and the need for its preservation and management. In this sense, we sought, through a theoretical discussion, to highlight the importance of bringing the fields closer together, in order to contribute to future work.

Keywords: Archives; Education; Heritage Education; School Archives; Interdisciplinarity; Memory, dialectical pedagogy; mediation

1 INTRODUÇÃO

A Arquivologia vem se desenvolvendo ao longo do tempo e se encontra em um contexto atual de renovação, que provoca uma ampliação do seu escopo de análise e de abordagens, a partir, inclusive de uma aproximação com outros campos de conhecimento.

Jardim (2012) apresenta três visões da Arquivologia por parte dos autores: Arquivologia como campo autônomo, Arquivologia como subárea da Ciência da Informação e Arquivologia como disciplina científica em permanente construção, dotada de autonomia, porém exercida em diversos aspectos mediante relações interdisciplinares.

Para esse trabalho, adotamos a última, que compreende as interlocuções existentes entre a Arquivologia e a Educação, as quais possibilitam uma maior compreensão de temas que permeiam as duas áreas.

A Educação é aqui entendida como campo de conhecimento que aporta para uma caracterização problematizada dos contextos educacionais formais e informais, dos seus atores, das tensões entre dinâmicas locais e políticas públicas educacionais, das culturas escolares, da importância dos documentos para História da Educação e para pesquisas retrospectivas, entre outros pontos.

A Arquivologia, entre outros aspectos, permite compreendermos as funções dos arquivos e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação, utilização e acesso.

Além disso, a aproximação entre as áreas proporciona uma compreensão multidimensional dos arquivos como instrumentos não apenas direcionados a atender demandas legais, comprobatórias, administrativas e funcionais, mas também funções educativas, históricas e culturais.

Nesse sentido, objetivamos apresentar uma discussão acerca de dois fios de entrelaçamento entre a Arquivologia e a Educação que são: a Educação Patrimonial e o Arquivo escolar.

2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Antes de nos debruçarmos sobre a Educação Patrimonial, consideramos relevante abordar a difusão, tendo em vista ser uma das funções arquivísticas que mais se aproxima da Educação Patrimonial.

A difusão é uma função arquivística importante no âmbito da Arquivologia, uma vez que potencializa o acesso aos documentos e às informações, aproxima a sociedade e os arquivos, expande o seu uso, fortalece a razão primária da sua existência e evidencia a sua relevância.

Os autores Rousseau e Couture (1998), ao falarem sobre o desenvolvimento da Arquivologia enquanto disciplina, destacam a difusão como um dos quatro grandes setores principais, objeto dos estudos dos especialistas dos arquivos, juntamente com o tratamento, a conservação e a criação. Segundo os autores, a difusão configura-se em uma das funções arquivísticas, somada à criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação e descrição.

Nesse aspecto, segundo Normand Charbonneau (1999 apud SILVA E PEREIRA, 2019) a difusão é o ato de transmitir ou disponibilizar informações contidas nos documentos de arquivo aos usuários (que podem ser pessoas ou organizações), de forma a atender às suas demandas específicas; além de ser uma atividade multifacetada, pois integra todos os relacionamentos mantidos pela equipe de arquivos com os usuários internos ou externos, em todas as três idades (corrente, intermediária e permanente).

Através da divulgação de acervos institucionais, a difusão proporciona maior aproximação da sociedade com o arquivo e expande os seus usos. Eles deixam de se relacionar apenas aos aspectos primordiais da sua existência, ligados a questões administrativas e de pesquisa histórica e passam a agregar valores culturais e educativos.

Pensar os arquivos por uma ótica que não apenas priorize a sua razão primária de existência contribui para alargar o seu valor social, enquanto espaço de cultura, educação, memória, história, enfim, de pertencimento para toda a sociedade e a sua importância junto aos cidadãos que passam, a partir deles, a despertar para valores de patrimônio, cultura, memória, identidade.

Quando um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos alinhando-se à sua função informacional, administrativa e científica, ele preenche seu lugar por direito e por conquista na comunidade. Esta deve ver no arquivo uma tribuna e um manancial de direitos e deveres, um lugar de entretenimento e uma real fonte de cultura e saber (BELLOTTO, 2004, p. 247).

Por esse ângulo, Bellotto (2004) apresenta três modelos de difusão: educativo, editorial ou cultural. O primeiro compreende as relações entre o arquivo e as escolas, por meio de visitas e ações que promovem o acesso aos documentos custodiados; o segundo se estabelece por publicações que divulgam o acervo, as atividades e os serviços do arquivo, e o terceiro relaciona-se ao desenvolvimento de projetos culturais.

Assim, algumas ações que podem ser empreendidas nos arquivos são realizações de palestras, exposições, debates, lançamentos de obras e concursos, simpósios, congressos, turismo cultural, espetáculos de luz e som aliados aos museus, publicações e serviços de assistência educativa.

As ações de difusão são relevantes por atrair o cidadão comum para o arquivo, aproximando-o dos acervos e ampliando o acesso, trazendo cultura e conhecimentos. No entanto, nem sempre a difusão cultural caracteriza-se como uma ação educativa. Para que se constitua como tal é preciso que haja um processo de aprendizagem, uma vez que, apesar de toda ação educativa ser uma difusão cultural, nem toda difusão cultural é educativa (pois o objetivo primeiro nem sempre é a aprendizagem).

A ação educativa surge como uma proposta que “nasce” com objetivo voltado para a aprendizagem, no sentido de potencializar a experiência do sujeito. A experiência ganha um significado para o sujeito, contribuindo para que ele retorne.

A forma como conduzimos esse processo de aprendizagem ocorrido durante as ações educativas nos/com os Arquivos, é um fator fundamental e que merece muita atenção.



Ao trabalharmos com ações educativas nos/com os arquivos, nos deparamos com vários autores que contribuem com alguns conceitos que iluminam o entendimento acerca da forma como tais ações podem ser pensadas/praticadas. Nesse sentido, escolhemos dois autores, que embora não sejam do campo da Arquivologia, colaboram no sentido de propor reflexões interdisciplinares a partir dos conceitos da pedagogia dialética e da mediação. São eles: Paulo Freire e Lev Vygotsky.

A pedagogia dialética, expressão fortemente marcada nos escritos de Paulo Freire (1987) nos remete à uma pedagogia baseada no diálogo, na troca, em que durante o processo de ensino e aprendizagem todos os sujeitos aprendem, uma vez que a relação se dá de forma horizontal.

Nos estudos de Vygotsky (1991) encontramos o termo mediação associado às práticas de desenvolvimento da aprendizagem, que se dão a partir de uma abordagem interacionista, por meio da relação eu-outro-social. Ou seja, a mediação só ocorre porque existe o sujeito, um interlocutor e o meio social.

Embora não fossem contemporâneos e localizados espacialmente distantes, Freire, um nordestino, nascido em 1921 e falecido em 1997, e Vygotsky, um bielorusso, nascido em 1896 e falecido em 1934, ambos possuíam olhares e percepções bem próximos no que se referem aos processos de ensino e aprendizagem, apresentando a troca de saberes por meio do diálogo/ mediação como proposta para uma aprendizagem mais completa.

Nesse sentido Marques e Marques (2006) reforçam essa aproximação ao salientarem que o diálogo se apresenta como um dos pontos de convergência, um ponto de encontro entre as teorias dos autores, uma vez que, para Freire a educação é um ato dialógico; e para Vygotsky a linguagem é o principal elemento mediador do processo educacional. Ou seja, diálogo e mediação enquanto características importantes no processo de troca aparecem presentes nas duas perspectivas.

É interessante refletirmos sobre as propostas desses autores para nos aproximarmos, por exemplo, de algumas dimensões no campo da Arquivologia, como é o caso das ações educativas nos/com Arquivos. É importante nós, arquivistas, nos questionarmos sobre o que temos feito nessa direção, ou melhor, como estamos fazendo, como estamos propondo essas ações. Por meio dessa ótica, Freire e Vygotsky

contribuem, chamando atenção para as formas de fazer, pensando o sujeito, neste caso, podemos fazer uma alusão ao arquivista, enquanto mediador do processo. Será que nós, arquivistas, nos vemos enquanto mediadores desse processo? Temos consciência do nosso papel, voltado também para a difusão, em especial com ações educativas?

Essas são questões que precisam ser mais discutidas e aprofundadas não só nas instituições arquivísticas, mas principalmente nos ambientes acadêmicos, exigindo uma ampliação dos perfis de arquivistas que pretendemos formar. Trata-se de uma discussão importante, principalmente se analisarmos os currículos dos cursos de Arquivologia. Percebemos, em sua maior parte, muita luz para algumas disciplinas, enquanto para outras, quase um apagamento. A difusão, enquanto função arquivística precisa de mais visibilidade, uma vez que as ações educativas nos/com arquivos se mostram como um caminho para aproximarmos a comunidade dos Arquivos.

Algumas ações específicas voltadas ao público escolar podem ser desenvolvidas por meio dos princípios da Educação Patrimonial. A Educação Patrimonial é uma ação educativa que visa, valendo-se de metodologia específica, utilizar o objeto cultural, como um arquivo, enquanto instrumento de ensino e aprendizagem para os sujeitos.

Do ponto de vista histórico temos dois marcos importantes para as ações educacionais patrimoniais no país, que foram a criação em 1927 de um setor educativo no Museu Nacional, idealizado por Roquette Pinto e o 1º Seminário denominado “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, no Museu Imperial, ocorrido em 1983.

A Educação Patrimonial, conforme o Guia Básico do IPHAN:

Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo **ativo de conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, et. al 1999, p. 6. grifos dos autores).

A Educação Patrimonial promove a conscientização da sociedade sobre a importância do patrimônio ao estimular a ideia de preservação e fortalece os

sentimentos de identidade e cidadania. Atrelado a isso, segundo o mesmo guia a Educação Patrimonial,

É um **instrumento** de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da **autoestima** dos indivíduos e comunidades e à **valorização** da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA, et. al, 1999, p. 6. grifos dos autores).

Cabe destacar que essa concepção da Educação Patrimonial como instrumento de “alfabetização cultural” foi pensada em um contexto inicial, quando as atividades dentro das instituições não formais de educação (como os museus) começaram a ser sistematizadas. Hoje em dia, porém, há outras abordagens acerca da Educação Patrimonial que partem da premissa de que a educação para o patrimônio não deve voltar-se para alfabetizar culturalmente os indivíduos através de uma imposição de um determinado conhecimento ao outro.

Nesse sentido, Tolentino (2016) ressalta que a Educação Patrimonial deve ser um instrumento que promova diversidade, na qual diferentes indivíduos e grupos sociais possam ser sujeitos ativos, produtores e protagonistas da cultura, entendida como plural, de forma a promover conhecimentos acerca dos bens patrimoniais, de maneira coletiva e dialógica.

A Educação Patrimonial é um processo educativo, baseado em metodologias que devem levar em consideração as particularidades do público com o qual se irá trabalhar e os contextos e lugares, de forma a proporcionar a esse público experiência distinta da que vive, partindo de uma perspectiva não apenas limitada a transmitir informações ou apresentar o que é reconhecido e estabelecido como patrimônio oficialmente. Não pode ser simplesmente depositar a informação, mas sim, um processo em conjunto baseado na troca, no diálogo levando em consideração os sujeitos e o meio social.

A Educação Patrimonial mostra-se também como importante metodologia de aproximação entre a Arquivologia e a Educação a partir dos usos dos arquivos. Os arquivistas, na atuação nos arquivos, para difundir os acervos e os documentos para público, podem fazer uso e se apropriar dessa metodologia específica como um

instrumento facilitador, utilizando-se das propostas vistas acima, fundamentadas em Freire e Vygotsky.

Outro espaço em que podemos explorar a aproximação arquivo e sociedade, apresenta-se também nas escolas. Não apenas nos espaços formais de sala de aula, mas também nos espaços que custodiam as informações escolares, como por exemplo, o arquivo escolar. Deste modo, o trabalho voltado para educação patrimonial pode ocorrer com a documentação guardada na própria instituição escolar, servindo de instrumento facilitador no processo de ensino e aprendizagem, além de se apresentar como mais um espaço de atuação profissional para o arquivista. Para tanto, é necessário um trabalho em prol da organização desses arquivos, que muitas vezes estão localizados em lugares insalubres e de difícil acesso.

3 ARQUIVO ESCOLAR

Os arquivos escolares enquanto objeto de estudo é algo, que ousamos dizer, recente, sendo o interesse por estudá-los reflexo do surgimento da Nova História Cultural, um movimento renovador da historiografia, o qual, de acordo com Peter Burke (1990), surge a partir de meados dos anos 1980, fruto da Escola dos *Annales*³.

Para Roger Chartier, um dos principais expoentes desse movimento na França e um autor bem usado pelos teóricos da História da Educação, a Nova História Cultural surgiu da,

Emergência de novos objetos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, **as modalidades de funcionamento escolar**, etc (CHARTIER, 1990, p.14, grifo nosso).

³A Escola dos *Annales* foi um movimento de renovação da historiografia que surgiu na França a partir da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Esse movimento questionava a historiografia tradicional de viés positivista que dominou os séculos anteriores. Entre as grandes contribuições desse movimento foi a incorporação de novas fontes de pesquisa e a promoção da interdisciplinaridade, permitindo uma aproximação com outros campos de conhecimento. Foi dividido em quatro gerações, sendo a corrente da História Cultural desenvolvida durante a terceira. Para mais informações ver Burke (1990; 1992), Dosse (1994) e Barros (2010).



Com relação, especificamente à História da Educação, as pesquisas anteriores à década de 1990 se debruçavam sobre temas mais amplos, relativos a políticas públicas educacionais, evolução das ideias pedagógicas, em detrimento dos referentes às práticas escolares. Essas pesquisas “tinham como principais objetos as mudanças ocorridas sucessivamente nos sistemas de ensino na perspectiva da ação do Estado, de um lado, e o pensamento pedagógico, de outro [...]” (LOPES; GALVÃO, 2001, p.30 apud FURTADO, 2011, p. 147).

Na década de 1990, o cenário muda e os pesquisadores começam a questionar e criticar temas anteriormente abordados, uma vez que consideravam que esses não davam conta da complexidade e diversidade que permeavam a historiografia educacional. A partir desse momento, a História da Educação passou a considerar outros temas de investigação e, conseqüentemente, outras fontes de pesquisa, que ultrapassavam a perspectiva dos ditos documentos “oficiais”, como decretos, leis, regulamentos, portarias.

Nesse contexto, não é que temas mais amplos relativos à Educação tenham deixado de ser discutidos, mas há uma maior preocupação com assuntos relacionados a “cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e, obviamente, as instituições escolares emergem como temas privilegiados e valorizados” (NOSELLA; BUFFA, 2008 apud FURTADO, 2011).

Também nessa conjuntura, ganham espaço na historiografia educacional brasileira análises sobre as instituições escolares, seus arquivos e fontes. Segundo Furtado (2011), a partir dos anos 1990, a instituição escolar passa a ser vista por outra ótica, o que permite que a temática do arquivo escolar ganhe fôlego e este passe a ser identificado tanto como um espaço rico em documentação para pesquisas, quanto como objeto de análise e investigação dos autores, que também passaram a se preocupar com o seu estado de preservação.

Nesse aspecto, observamos que, no âmbito da História da Educação, os arquivos escolares representam um tema recorrente e em constante desenvolvimento por parte dos autores, havendo pesquisas variadas. Há um crescimento de eventos e

grupos de pesquisa e extensão, especialmente na área de educação, que discutem as suas potencialidades.

Por parte da Arquivologia, os arquivos escolares ainda não são um tema muito abordado, se tratando de um assunto carente de investigação. O cenário encontrado a partir de leituras realizadas é de que os autores arquivistas que se interessam pelo assunto, no geral, possuem parte da sua formação relacionada com a História e, sobretudo com a Educação.

Apesar desse cenário apontado observamos que a partir das investidas de aproximação com a Educação, que têm surgido no âmbito da Arquivologia, esse contexto vem se modificando gradualmente e pesquisas e ações já estão sendo realizadas considerando as potencialidades do arquivo escolar.⁴

Os arquivos escolares representam o conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (MEDEIROS, 2004, p.2). Possuem o atributo “escolar” apenas como distinção em virtude dos documentos que o compõe, em grande parte de caráter educacional.

Feijó (1988) conceitua arquivo escolar como um conjunto de documentos que contêm informações sobre a vida escolar, tanto da organização como dos indivíduos. Os documentos se referem à instituição, no caso a escola, mas também a todos os sujeitos envolvidos, como alunos ou ex-alunos, professores, funcionários, enfim, a toda comunidade escolar.

Belloto (1994) ao definir os documentos de arquivo, infere que esses são os produzidos ou acumulados por uma entidade pública ou privada, ou por uma família ou pessoa física, no decurso do cumprimento de suas atividades e funções. Esse

⁴ Nesse aspecto, cabe destacar algumas iniciativas. A primeira delas, foi a criação em 2019, do grupo de pesquisa Educação e Arquivos: experiências em contextos plurais (EducAr) da UNIRIO, coordenado pela professora Priscila Gomes. Há também como exemplo a disciplina “Arquivos, Educação e Práticas Culturais” ministrada no PPGARQ, em 2019, que trouxe no âmbito de um mestrado em Arquivologia discussões sobre as possibilidades do arquivo escolar em diferentes eixos. Destacamos também a parceria da UNIRIO com as escolas municipais do Rio de Janeiro, possibilitando aos alunos estagiarem no ambiente escolar. Essa parceria é fruto das discussões do grupo de pesquisa (EducAr).

conceito, trazido pela autora, embora abrangente, também enquadra os documentos escolares, que são produzidos pelas escolas em atendimento as suas demandas.

Ademais, segundo a autora, os documentos de arquivo surgem por razões funcionais, administrativas e legais e tratam, sobretudo, de dispor ou determinar sobre alguma coisa ou provar algum ato. Se observarmos os documentos escolares, igualmente identificamos neles essas razões de criação, uma vez que, atendem às necessidades imediatas da escola, servindo ao cumprimento de suas atividades legais, administrativas, pedagógicas, entre outras.

A escola deve ser entendida como uma instituição que tem missão, ações, atividade e objetivos e os seus documentos/informação refletem tanto as atividades-meio, sendo importantes, por exemplo, para os administradores nas tomadas de decisão e melhoria do desempenho, quanto às atividades-fim, relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem.

Os arquivos escolares são compostos de diversas espécies documentais⁵, as quais são exploradas e analisadas na literatura que trata dos arquivos escolares, como pode ser observado nos trabalhos de Mogarro (2006), Pereira (2007), Furtado (2011), Bonato (2000; 2005), Silva (2008) e Costa e Ignácio (2019).

De forma geral a partir do trabalho dos autores percebemos a importância desses documentos constituintes do arquivo escolar. A título de exemplo, citamos as contribuições de Silva (2008) a qual infere que,

Os arquivos escolares são constituídos de diversas espécies documentais que são também fontes de pesquisa porque registram a memória do fazer e pensar pedagógico no cotidiano escolar, além das questões administrativas. O tipo de informação gerado numa escola é bastante específico, refere-se à evolução do número de vagas, ao histórico de reprovações, de evasão escolar, entre outras. Essas informações podem se constituir numa ferramenta importante para a definição de políticas educacionais, seja no âmbito do município ou do Estado (SILVA et al, 2008, p. 2).

Bonato (2000), ainda destaca que os arquivos escolares através de seus documentos possibilitam levantar dados para pesquisa educacional e histórica da

⁵Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, espécie documental é a “divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, relatório.



instituição e da comunidade escolar, representando um patrimônio documental que integra a sua memória e a memória educacional brasileira.

A partir da leitura do trabalho dos autores, podemos identificar que o universo documental presente nos arquivos escolares é muito rico e variado. É neles que ficam os registros do cotidiano burocrático das escolas, de acordo com a produção documental estabelecida pela legislação e pelas suas demandas específicas. Percebemos, ao analisar os documentos escolares, que esses são criados inicialmente para atender as obrigações e o controle, porém muitos deles posteriormente vão se constituir na memória da instituição, refletindo a sua cultura construída no cotidiano.

Nesse sentido, o arquivo escolar, além de atender demandas administrativas, legais, pedagógicas, também permite outras possibilidades. Por se constituir como um patrimônio documental das escolas pode ser utilizado em ações educativas e de Educação Patrimonial que contribuem nos processos de ensino e aprendizagem e para o desenvolvimento de pesquisas.

Relativo à questão da utilização do arquivo escolar como instrumento para aprendizagem, Moraes (2004), destaca que,

Os arquivos escolares são, como os demais arquivos, "celeiros da história" e constituem lugares especiais para a aprendizagem das diferentes disciplinas do ensino fundamental e médio. Alguns documentos produzidos/acumulados pela instituição, como os regimentos, os dossiês individuais dos alunos, os álbuns fotográficos, os boletins e os periódicos, podem ser utilizados no ensino de História e da Geografia, por exemplo. Outros documentos, como programa de ensino, provas de alunos, relatórios de coordenadores, planos de aula, etc., constituem fonte privilegiada para o estudo das propostas curriculares e da conformação das diferentes disciplinas e podem proporcionar uma rica e necessária reflexão sobre a atividade pedagógica desenvolvida na escola. (MORAES, 2004, p. 16).

Gonçalves (2008) destaca a importância da própria história da escola e da comunidade que a envolve como um eixo a ser explorado, apontando para o arquivo escolar como o recurso a ser utilizado para esse fim.

Gil (2012) examina a questão, definindo que a documentação escolar deve ser preservada por representar uma parte significativa da memória institucional. As reflexões apresentadas colocam em debate questões relativas à educação para o patrimônio, à ampliação de fontes históricas e suas abordagens no ensino de História.

Quanto à questão da preservação da documentação escolar, a autora destaca a necessidade de organização e guarda dessa documentação de acordo com normas da Arquivologia. Como resultado, o trabalho da autora apontou para a valorização de fontes documentais produzidas pela escola como elemento de produção de memórias da instituição.

Gil (2012) também destaca o potencial educativo dos documentos escolares para o ensino de História, a partir da perspectiva de que esses documentos possibilitam uma investigação histórica, que permite que outros conhecimentos, outras verdades possam ser apreendidas. A autora, apresenta questionamentos com relação a possíveis temas do currículo de História que possam ser estudados e traz exemplos interessantes desses possíveis temas.

Carlos (2012) traz exemplos do uso dos documentos escolares, a partir de uma experiência empírica no arquivo da Escola Estadual Rio de Janeiro, no estado do Rio Grande do Sul. Através dessa experiência, o autor identificou que os documentos escolares “em sala de aula assumem o lugar de fontes históricas que informam sobre a sociedade em outra época” (CARLOS, 2012, p. 282).

Partindo da análise das atas de encerramento escolares, que traziam informações, entre elas, critérios de justificativa de reprovação de alunos e de classificação, dos quais a “cor da pele”, o trabalho do autor visualizou a possibilidade de usar esse dado como uma forma de trabalhar temas como escravidão e cotas raciais em sala de aula.

No que tange ao desenvolvimento de ações educativas e de Educação Patrimonial, Gomes e Monteiro (2016) ressaltam a importância dos arquivos enquanto instrumentos de ação pedagógica, destacando que:

Os arquivos, escolares ou não, podem e devem ser utilizados como instrumentos pedagógicos; professores e alunos devem recorrer a eles para a formulação de um processo de aprendizado mais dinâmico, rompendo a ideia de arquivos como locais de perpetuação de poder, observando-os como locais privilegiados de recursos informacionais, que possibilitam a produção de novos conhecimentos (p.67).

Segundo os autores, o uso dessa metodologia nos arquivos escolares irá permitir atender uma demanda por mudança nos processos de ensino e aprendizagem

que despertem maior interesse nos alunos. Para os escritores, a Educação Patrimonial é um recurso útil que possibilita trazer o patrimônio para as salas de aula.

Dessa forma, a Educação Patrimonial atua como uma proposta interdisciplinar de ensino relacionada às questões concernentes ao patrimônio cultural, a qual,

Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema. (ORÍÁ, 2005 apud CAVALCANTI, 2014, p. 7).

Nas escolas, portanto, é possível pensar a Educação Patrimonial a partir dos programas curriculares e projetos que discutam os conceitos de patrimônio. O próprio Parâmetro Curricular das Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio contempla o tema.

A constituição do Patrimônio Cultural e sua importância para a formação de uma memória social e nacional sem exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos, situando-os nos “lugares de memória” construídos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000, p.26).

Embora a Educação Patrimonial trate de qualquer bem cultural, temos no arquivo escolar um exemplo que pode ser explorado para o desenvolvimento de ações educativas. Através do seu acervo é possível, entre outros aspectos, conhecer a história da escola e do bairro onde se situa. Nesse ponto, “utilizar o patrimônio histórico e cultural como ferramenta de ensino e aprendizagem na sala de aula, contribuirá para o fortalecimento do sentido de pertencimento e é salutar para uma vivência consciente dos estudantes” (ALVES, 2017, p.1). O arquivo escolar, por estar mais próximo da realidade dos alunos e muitas vezes trazer informações acerca dessa realidade, pode contribuir com essa noção de pertencimento.

Quanto ao desenvolvimento de ações educativas e de Educação Patrimonial em termos empíricos, cabe destacar os projetos de pesquisa de Gomes (2010), intitulado

“Arquivo e Escola: reflexões sobre a contribuição da educação patrimonial na tessitura do conhecimento”, o de Souza (2017), intitulado “Colégio Estadual João Alfredo: História, Memória e Patrimônio” e o projeto de ensino de Alves (2017), cujo título é “Centro de Memória Orsina da Fonseca: a Educação Patrimonial invade o cenário escolar”.

Além desses projetos, há duas iniciativas que cabe ressaltar. A primeira é do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHED), cuja proposta volta-se para o desenvolvimento de cursos de Educação Patrimonial que visa a reflexão e vivência de experiências em Educação Patrimonial na escola, particularizando o arquivo escolar como fonte de pesquisa na educação básica. Esse trabalho, aplicado em escolas públicas, é voltado para a sensibilização de professores e alunos sobre a importância da preservação do patrimônio documental, sobre conservação preventiva, arranjo documental, história da educação e das instituições escolares.

A segunda é do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP (CMEUSP) que vem desenvolvendo projetos de pesquisa direcionados a ações educativas e de Educação Patrimonial. Um desses projetos objetiva preservar o patrimônio histórico das mais antigas escolas do estado de São Paulo. Além disso, o projeto conta com instrumentos lúdicos, como um kit pedagógico composto de um jogo de tabuleiro denominado “Arquivo Perdido”; uma revista de história em quadrinhos denominada “Em busca da memória escolar”; e um manual “O acervo escolar: manual de organização e cuidados básicos”, de autoria de Iomar Zaia. Esses instrumentos são doados pelos pesquisadores quando em visita às escolas.

Referente ao uso do arquivo escolar enquanto fonte para pesquisas há trabalhos, por exemplo, que analisam o seu papel para reconstituir a trajetória das instituições educacionais; os que identificam esse arquivo como lugar de memória; os que o consideram como fonte para os estudos da Educação e os que pensam sobre cultura escolar.

Cabe destacar ainda trabalhos de autores que, ao se debruçarem sobre esses arquivos para desenvolver pesquisas, verificaram o seu estado de conservação e as

condições físicas dos documentos e trazem relatos que demonstram preocupações quanto à sua preservação.

Quanto aos que tratam desses arquivos para a reconstituição da trajetória da escola e como lugar de memória, destacamos as contribuições de Magalhães (1998), que identifica esses arquivos como fonte essencial, haja vista a trajetória da escola ser construída “da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória” e de Vidal (2005b) que, a partir das observações de Pierre Nora (1993), enxerga os arquivos enquanto lugares duplos, como locais de guarda, guardados em si mesmo, mas também abertos a novas leituras acerca do passado e do presente, uma vez que oferecem acesso a sua documentação.

O arquivo escolar possibilita compreender e explicar a existência histórica da escola, além de se constituir enquanto espaço capaz de abrigar várias memórias, de reunir uma gama de documentos que ativam o nosso passado e passam a ganhar significado no presente, muitas vezes com outros olhares, outras interpretações. O arquivo escolar nos ajuda a entender não somente a memória da escola, mas também a história do entorno. Nesse sentido, Gomes e Monteiro (2016), ao abordarem os arquivos escolares, ressaltam que:

São formados por um acervo rico, diverso e complexo; o patrimônio escolar faz parte da história das comunidades onde se situam as instituições. A preservação da memória da sociedade passa necessariamente pela preservação do patrimônio escolar, inserindo, conforme visto anteriormente, os arquivos escolares como parte desse patrimônio (GOMES E MONTEIRO, 2016, p. 71).

Reis e Reis (2017) defendem que a documentação armazenada nesses arquivos constitui memórias que trazem à tona noções e vestígios, que demonstram como a escola foi criada, por quem, quais as metas, funções e práticas cotidianas. Mogarro (2006) ressalta o lugar dos arquivos escolares nas instituições educativas, para auxiliar na compreensão do seu itinerário construído ao longo do tempo.

O arquivo é importante por ser um produto das atividades das escolas, que possibilita, a partir dos seus documentos, a apreensão da sua história, cultura, organização, funcionamento e, embora represente uma realidade particular, é

importante também por permitir uma maior compreensão do sistema educativo como um todo.

Mogarro (2006) nesse mesmo trabalho apresenta diferentes documentos que compõe o arquivo escolar e que são importantes tanto para reconstruir a trajetória da escola, quanto para estudos da História da Educação.

Partindo da análise dos documentos apresentados por Mogarro (2006), Pereira (2007) ressalta que apenas parte do passado escolar fica registrada por escrito, devendo ser exploradas outras fontes para se reconstruir a história da escola. Devem ser considerados documentos em outros suportes como, por exemplo, objetos variados, quadros, carteiras, globos, lousas, mobiliário, quadros didáticos ou comemorativos, uniformes, cadernos, provas, trabalhos de alunos, manuais escolares, diários de recordações de adolescentes, etc.

Esses documentos são considerados, para os autores da História da Educação, como constitutivos da Cultura Material Escolar, a qual segundo Castro (2011) abrange elementos que constituem o universo escolar, como os objetos de leitura e escrita; materiais de limpeza; mobiliários; indumentárias, dentre outros.

Relativo à utilização dos arquivos escolares para estudos, Bonato (2005) salienta o arquivo escolar como um ambiente profícuo para pesquisas, o qual apresenta múltiplas possibilidades de investigação que permitem conhecer, por exemplo, as atividades administrativas e pedagógicas de transformação da educação ao longo do tempo.

Reis e Reis (2017) também contribuem para o debate, demonstrando a importância desses arquivos para sanar indagações e incômodos que perpassam a Educação respondendo a questões pertinentes da área.

Segundo Vidal (2005a) quanto aos arquivos escolares, os autores têm se debruçado sobre relatos de experiências de organização de acervos, sobre narrativas que destacam os potenciais desses arquivos para a percepção da cultura escolar e sobre publicações de inventários, guias e manuais e reprodução de documentos, o que vem provocando uma renovação das práticas da pesquisa e o uso de outros arcabouços teórico-metodológicos.

Ainda sobre a questão, Furtado (2011) infere que através dos arquivos das escolas é possível compreender o processo de ensino e aprendizagem, a cultura escolar e os seus documentos e, conseqüentemente, auxiliam para a História da Educação, tornando-se fontes de informações imprescindíveis para a pesquisa.

Os arquivos escolares agregam documentos que tornam possível apreender vários temas do contexto escolar, como as práticas educacionais, culturas escolares, trajetória da escola, currículo, políticas educacionais, práticas pedagógicas, métodos de ensino que foram sendo construídos através do tempo e que podem ser explorados pela História da Educação.

Quanto aos arquivos escolares utilizados para pensar a cultura escolar, evidenciamos as contribuições de Viñao Frago (2000), Dominique Julia (2001), Faria Filho et al (2004) e Barroso (2012).

A ideia de uma cultura escolar refere-se ao fato de que as escolas, embora integradas a contextos sociais mais amplos, concomitantemente desenvolvem uma cultura específica, própria do seu cotidiano escolar. Apesar das escolas possuírem características comuns relativas às suas atividades educacionais, ao atendimento às normas, legislações, programas e políticas educacionais, há também a atuação dos sujeitos envolvidos no cotidiano escolar, que implicam na constituição da sua cultura.

Dessa forma, o papel social de uma escola vai além da prestação de um serviço educativo pautado por determinações burocráticas e agrega também os indivíduos e práticas que são fundamentais para a compreensão dos processos organizativos, pedagógicos, de gestão e tomadas de decisão.

Segundo Barroso (2012), quanto à cultura escolar, podem-se identificar três tipos de abordagens. Na primeira, funcionalista, aquela é a Cultura (no sentido amplo) que é veiculada através da escola. A instituição educativa é vista como um simples transmissor de uma cultura que é definida e produzida exteriormente e que se traduz nos princípios, finalidades e normas que o poder político (social, econômico, religioso) determina como constituindo o substrato do processo educativo e da aculturação das crianças e dos jovens.

Na estruturalista, a “cultura escolar” é a produzida pela forma escolar de educação, principalmente através da modelização das suas formas e estruturas, sejam

o plano de estudos, as disciplinas, o modo de organização pedagógica, os meios auxiliares de ensino etc. Por último, na interacionista, a “cultura escolar” é a cultura organizacional da escola. Neste caso, não se trata da escola enquanto instituição global, mas sim de cada escola em particular. O que está em causa nesta abordagem é a “cultura” produzida pelos atores organizacionais nas relações uns com os outros, com o espaço e com os saberes.

Corroboramos dessa última perspectiva, pois ela considera que a identidade de cada escola é construída pelos valores, pelas relações entre os sujeitos, nas relações com o tempo e espaço, enfim construída no dia-a-dia de cada escola em particular. Adotamos a perspectiva de “culturas escolares” em detrimento de cultura escolar, por compreendermos que cada escola é um universo único, com inúmeras possibilidades.

Apesar da missão, funções e atividades das escolas serem padronizadas e haver legislações que regulamentam a sua atuação, a maneira como cada uma se constitui e como os sujeitos atuam no cotidiano escolar é diversa e plural. Isso se reflete nos arquivos enquanto produto desse contexto.

Por fim, ressaltamos trabalhos de autores que demonstram preocupações com as condições físicas, estado de guarda e conservação dos acervos escolares. Destacamos as contribuições de Magalhães (1998), Bonato (2002; 2005), Silva et al (2008); Costa e Ignácio (2019).

[..] Sede privilegiada de uma multiplicidade de ações humanas, pedagógicas, culturais, sociais, afetivas, produto de um cotidiano sempre reinventado, da instituição educativa não resta por vezes mais que um resíduo documental, irregularmente repartido no tempo e pouco representativo, nomeadamente no que se refere à riqueza do cotidiano escolar (MAGALHÃES, 1998, p. 75).

Nesse aspecto a partir da nossa experiência empírica⁶ e da literatura que trata sobre a questão da organização, gestão e preservação dos arquivos escolares o que se identifica é que, há ainda muitos desafios que permeiam esses arquivos, como relativos à recuperação e acesso as informações que não são organizadas conforme parâmetros

⁶ Trata-se do desenvolvimento da dissertação “Organização de arquivos escolares: orientações a partir do olhar arquivístico, defendida em 2020, junto ao Programa de Pós graduação de Gestão de documentos e arquivos (PPGARQ) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Para mais informações acessar: <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2019/rodrigues-fernanda-da-silva-organizacao-de-arquivos-escolares-orientacoes-a-partir-do-olhar-arquivistico/view>.



arquivísticos; recursos humanos e materiais escassos; desconhecimento dos sujeitos das escolas sobre gestão de documentos e sobre os instrumentos arquivísticos; condições insalubres dos documentos e necessidade de aproximar políticas de gestão de documentos estaduais e as escolas.

Sobretudo nas escolas públicas, o desafio tem sido o de encontrar soluções para tornar o processo de armazenamento e recuperação desses documentos eficiente para administração no processo de tomada de decisão. Sabe-se que a produção documental é intensa e os recursos são escassos, então todo esforço no sentido de se pensar formas de melhorar tal processo e torná-lo mais eficiente, deve ser considerado. (SILVA et al, 2008, p.2).

As reflexões apresentadas até o momento ilustram a relevância do arquivo escolar em diferentes aspectos. Seja por representar um objeto de estudo que vem se consolidando ao longo do tempo e crescendo no universo da Arquivologia; seja por servir ao atendimento de demandas imediatas das escolas e da Administração; ou por se constituir de informações importantes de interesse administrativo e pedagógico, possibilitando o desenvolvimento de ações educativas e pesquisas, esses arquivos precisam ser preservados.

Levando-se em consideração a importância do arquivo escolar, é preciso repensar medidas de gestão de documentos nas escolas que visem à racionalização da produção documental; as condições mínimas de preservação; e que melhorem o processo de recuperação das informações nos arquivos escolares, tanto para a realização das suas atividades cotidianas, para garantir os direitos dos cidadãos, para atender as demandas da Administração Pública e para atender outros usos, como, por exemplo, de pesquisa e desenvolvimento de ações educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas instituições arquivísticas a atuação do arquivista deve visar o estabelecimento de um serviço educativo sistemático e atuante, que não resulte apenas em ações pontuais.

Nas escolas as contribuições da Arquivologia e dos arquivistas são mais prementes devendo aquelas serem espaços de atuação para os arquivistas, que têm

grandes contribuições a oferecer com a sua formação e experiência empírica nos arquivos.

Tanto nas escolas quanto nas instituições arquivísticas podemos empreender esforços no sentido de potencializar os usos dos arquivos com fins educativos, tornando-os visíveis para serem utilizá-los enquanto instrumentos favoráveis nos processos de ensino e aprendizagem, com destaque à metodologia da educação patrimonial.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. A. Educação patrimonial e ensino de história - conhecendo Rondonópolis através do patrimônio histórico e cultural - um guia educacional como proposta. In: XXIX Simpósio Nacional de História: contra preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. **Anais do XXIX**. Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia. Brasília-DF, 2017.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes/textos/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso 18 jun. 2021.

BARROS, José Costa D' Assunção. Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. **Revista História em Reflexão**, v.. 4 n. 8, jul/dez 2010. p. 1-29. Disponível em <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/953/588>. Acesso em 06 jun. 2021.

BARROSO, J. Cultura, cultura escolar, cultura de escola. **Princípios Gerais da Administração Escolar**, v. 1, 2012. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65262>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BELLOTTTO, H. Difusão Editorial, Cultural e Educativa. In: BELLOTTTO, H. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 227-247. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/difusao/curso_usp/AULA_7_Belotto_Difusao.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os Arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de história da educação**, n. 10 jul/dez, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38652>. Acesso em: 04 jul. 2021.



BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. São Paulo: UNESP, 1990.

CARLOS, A. L. G. Arquivos escolares e ensino de história: interlocuções possíveis. **Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)**, v. 4, p. 282-293, 2012. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/31624/20870>. Acesso 10 jul. 2021.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, DIFEL; Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1990.

DOSSE, François. **A história em Migalhas: dos Annales à nova história**. Tradução Dulce da Silva Ramos; prefácio Elias Thomé Saliba. 3ª ed., 2ª reimp. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000100008. Acesso em 10 jun.2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Alessandra C. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42357>. Acesso em: 04 jul. 2021.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Arquivos escolares e ensino de História. **Revista Criar Educação**, v. 1, p. 1-13, 2012. Disponível em <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/864/817>. Acesso em 07 jun. 2021.

GOMES, Priscila; MONTEIRO, Magno. Arquivo e escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 61-80, 2016. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e10_a03.pdf. Acesso em: 04 jun. 2021.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf. Acesso em: 04 jul. 2021.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, 2001. Disponível em:

<http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/39195>.

HORTA, Matia de Lourdes Pareiras; MONTEIRO, Adriane Queiroz; GRUMBERG, Evelina. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. BRASÍLIA: IPHAN, 1999. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em 23 jun.2021.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia P. e CATANI, Denice B (Orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.

MOGARRO, Maria J. Arquivos e educação: a construção da memória educativa.

Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em; <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647>. Acesso em: 04 jul. 2021.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal de. Prefácio. In: ZAIA, Iomar Barbosa. **O Acervo escolar: Manual de Organização e Cuidados Básicos**. São Paulo, Centro de Memória FEUSP, 2004.

MARQUES, L. P.; MARQUES, C. A. Dialogando com Paulo Freire e Vygotsky sobre Educação. In: **29º Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Caxambu/MG, 2006.

PARRELA, I. Educação patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 1, 2015.

Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1398/1576>. Acesso em: 04 jul. 2021.

PEREIRA, D.P; SILVA, E.P. Funções Arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. **Ágora**, Florianópolis, v. 29, n. 58, p.1-22, jan./jun. 2019.

Disponível em https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/754/pdf_1. Acesso em: 06 jul. 2021.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. Acesso em: 19 jun. 2021.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro; REIS, João Olímpio Soares dos. Arquivos escolares: um estudo introdutório. **Ágora**, n. 55, v. 27, p. 475-500, 2017. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/648/pdf>. Acesso em: 04 jun. 2021.

SILVA, C. A.; RIEDLINGER, M. A.; CALDERON, W. R. **A Gestão da documentação escolar: o caso do Colégio Marcelino Champagnat**. 2008. Disponível em:

http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_educacao/analise_da_gestao_de_documentacao.pdf. Acesso em: 02 jul. 2021.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). Educação Patrimonial: Políticas, relações de poder e ações afirmativas. In: **Caderno Temático de Educação Patrimonial n° 5**. João Pessoa: Iphan, 2016, p. 39-48.

VIDAL, D. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, R.; VLDEMARIN, V. **A cultura escolar em debate**. Campinas: Autores Associados, 2005b. p. 3-30.

VIÑAO FRAGO, A. Por una historia de la cultura escolar: enfoques, cuestiones, fuentes. In: ALMUIÑA FERNÁNDEZ, C.; ARBAT, T.C.; ARTOLA, M.; MARTÍN, J.A.M.; MOLINA, M.G.; TAVERA, S.; VILLARES, R.; VIÑAO FRAGO, A.; BERAMENDI, J.G.; GUEREÑA, J.-L.; SERRANO, C.S. (Orgs.). **Culturas y civilizaciones**: III Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4ª ed. brasileira. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 1991.



A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA: atuação do arquivista e competências necessárias

Gleise Brandão¹

RESUMO

Este artigo objetiva discutir a atuação do arquivista no contexto da mediação da informação, apontando para as competências necessárias ao seu perfil profissional. A partir da pesquisa bibliográfica e dos resultados observados em pesquisas anteriores desenvolvidas por essa autora, observa-se que a mediação da informação está presente em todo o fazer arquivístico, de forma implícita ou explícita. Assim, ela não se resume apenas a atuação no serviço de referência, mas contempla também a realização de atividades voltadas ao processamento técnico como, por exemplo, a classificação, a descrição e a avaliação. Além disso, destaca-se o papel do arquivista em ações voltadas à Educação para a informação. Diante disso, conclui-se ser necessário o desenvolvimento de um conjunto de saberes não somente para lidar com a informação, mas também para relacionar-se com o sujeito informacional nesse contexto infocomunicacional, elementos essenciais à construção de um perfil mais crítico e protagonista com vistas a uma atuação consciente na ação mediadora.

Palavras-chave: Mediação da informação; Perfil do Arquivista; Competências infocomunicacionais.

THE MEDIATION OF INFORMATION IN THE CONTEXT OF ARCHIVES: the archivist's performance and the necessary skills

ABSTRACT

This article aims to discuss the role of the archivist in the context of mediation of information, pointing to the necessary skills for his professional profile. From the bibliographic research and the results observed in previous research developed by this author, it is observed that the mediation of information is present in all archival work, implicitly or explicitly. Thus, it is not limited to acting in the reference service, but also includes activities aimed at technical processing, such as classification, description and evaluation. In addition, the role of the archivist in actions aimed at education for information is highlighted. In view of this, it is concluded that it is necessary to develop a set of knowledge not only to deal with information, but also to relate to the informational subject in this infocommunicational context, essential elements for the construction of a more critical and protagonist profile with a view to to a conscious action in the mediating action.

Keywords: Mediation of information; Archivist Profile; Infocommunication skills.

¹ Doutora em Ciência da Informação | UFBA | E-mail: gleise.brandao@ufba.br
 Archeion Online, João Pessoa, v.10, n. Especial, p. 31-48, ISSN 2318-6186



1 INTRODUÇÃO

A relação entre a mediação da informação e a Arquivologia é uma temática ainda mais necessária no contexto infocomunicacional hodierno, uma vez que a sociedade está cada vez mais alicerçada pelo acesso e uso da informação. Nesse cenário é importante discutir o papel do arquivista, bem como o perfil e as competências necessárias para atuar na ação mediadora.

Cabe questionar como os arquivistas têm desenvolvido a ação mediadora nas instituições e se têm buscado desenvolver suas competências infocomunicacionais para aperfeiçoar a sua relação com os processos informacionais e a negociação com os sujeitos informacionais. Em pesquisa realizada em 2017, observou-se que esse profissional estava mais preocupado em facilitar o acesso às informações do que em orientar e contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes nos sujeitos, tornando-os independentes no processo de busca e uso da informação e aptos a satisfazer suas próprias necessidades (BRANDÃO, 2017).

Acredita-se que, ao mediar a informação, esse comportamento é diretamente influenciado pelo emprego das competências infocomunicacionais – saberes voltados ao uso eficaz de objetos de informação (localização, seleção e avaliação) e para interagir com as pessoas com o conhecimento necessário (estabelecer relações de confiança, operações de compreensão, diálogo, interação, etc.) (BORGES; GARCÍA-QUISMONDO, 2017) –, porque quanto mais desenvolvidas essas competências, maior o nível de consciência quanto ao papel do mediador e, portanto, mais efetiva se torna a sua atuação na ação mediadora.

Esse aspecto foi percebido a partir de pesquisas mais recentes, observou-se que os profissionais estão caminhando para uma perspectiva mais proativa e colaborativa, considerando as necessidades e o comportamento dos sujeitos informacionais e os reconhecendo como sujeitos ativos no processo de mediação da informação. Contudo, ainda são identificados resquícios de uma mediação passiva que reforçam a necessidade do desenvolvimento de competências infocomunicacionais para o desenvolvimento de um perfil mais crítico e protagonista (BRANDÃO, 2021).

Paralelo a isso, ressalta-se a atuação de grupos de pesquisa como o Grupo de



Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (Gepicc)² e o Grupo de Pesquisa em Comportamento e Competências Infocomunicacionais (InfoCom)³ que vêm se debruçando na promoção de competências infocomunicacionais, a partir de projetos de pesquisa e atividades extensionistas como o projeto de extensão “Promoção de competência infocomunicacionais entre estudantes de Arquivologia e Biblioteconomia” (PCInfo), realizado em 2018 na Universidade Federal da Bahia; em 2020, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul com estudantes de Biblioteconomia e bibliotecários; e, em 2022, planeja-se a terceira edição voltada aos arquivistas e bibliotecários com parceria institucional entre as universidades. Observa-se que os grupos de pesquisa mencionados têm trabalhado continuamente visando contribuir para a construção do perfil desses profissionais, a partir de iniciativas que trazem como fundamento a mediação da informação e o seu papel social na Educação para a informação.

Tais aspectos instigaram a busca, neste trabalho, por discutir a atuação do arquivista no contexto da mediação da informação, apontando para as competências necessárias ao perfil desse profissional, por meio da pesquisa bibliográfica e dos resultados observados em pesquisas anteriores desenvolvidas por essa autora.

2 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA

Nesse movimento de buscar contextualizar a mediação da informação ao contexto arquivístico, cabe aqui uma pergunta introdutória: O que é mediação? Existem diversos entendimentos acerca desse termo, no senso comum ela é rapidamente relacionada com a ideia de uma conciliação de determinado conflito entre partes, já na comunicação essa mediação, a grosso modo, está mais para uma intermediação da relação entre a informação e o público por meio das mídias, o que nos faz lembrar, por exemplo, a atuação do jornalista (DAVALON, 2007).

Na Ciência da Informação, o entendimento em torno da mediação da informação vai além da ideia de conciliação ou intermediação, ela é vista enquanto uma ação de interferência realizada pelo profissional da informação visando a

² Mais informações sobre o Gepicc estão disponíveis em www.gepicc.ufba.br.

³ Mais informações sobre o Infocom estão disponíveis em <https://www.ufrgs.br/infocom>.



apropriação da informação (ALMEIDA JUNIOR, 2015, p. 25):

Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Essa apropriação é compreendida aqui como um processo de produção de sentidos a partir da interação do sujeito com a informação, parafrazeando Chartier “[...] apropriar-se é transformar o que se recebe em algo próprio”. Isso está para além da ideia de assimilação de conteúdos. Assim, a apropriação relaciona-se à capacidade que os sujeitos possuem de relacionar-se com os objetos sem perder o que os fundamenta; à capacidade do diálogo sem perder a sua essência. O que, por sua vez, difere da assimilação, uma vez que assimilar é tornar-se igual, ao passo que apropriar-se é intercambiar significados (informação verbal)⁴. Mas, por que a apropriação é tão importante para o conceito da mediação da informação?

A mediação da informação não se resume à simples disponibilização de conteúdo ao usuário ou ao sujeito informacional, termo que parece se aproximar mais ao atual comportamento do sujeito que busca, se apropria, produz informação, constrói relações e não apenas a recebe. Então, para além de levar a informação ao sujeito, a ação mediadora se constitui enquanto um processo de negociação que envolve o diálogo, a crítica e a reflexão. Uma ação transformadora que pode contribuir para a emancipação dos sujeitos no contexto informacional e a construção de conhecimento (BRANDÃO, 2021).

De acordo com Gomes (2020), a mediação da informação pode alcançar uma dimensão estética, dialógica, formativa, ética e política, para tanto essa ação depende do processo dialógico e do nível de conscientização do mediador quanto ao seu próprio papel protagonista. Ao conscientizar-se de seu papel social e político, o mediador terá mais condições para pensar e planejar o ambiente em que ocorre a ação

⁴ Informação obtida por Edmir Perrotti na palestra intitulada “Infoeducação: uma abordagem além do procedimental”, na *live* promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 3 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/TDyFl1hZQnk>. Acesso em: 7 dez. 2020.



mediadora, bem como o processo em si integrando o sujeito informacional a partir de uma perspectiva multireferencial e colaborativa.

Esse é um entendimento que a Ciência da informação tem da mediação da informação, mas e quanto à Arquivologia? Como a mediação da informação se relaciona ao contexto da Arquivologia e ao fazer arquivístico? Essa é outra pergunta relevante para essa discussão.

As transformações no cenário infocomunicacional influenciaram mudanças práticas e epistemológicas ocorridas no escopo da Arquivologia. Diante disso, diversas abordagens foram surgindo com o objetivo de buscar compreender o pensamento arquivístico e adaptá-lo às transformações sociais, culturais, políticas e tecnológicas da contemporaneidade, dentre elas a Arquivologia pós-custodial e a Arquivologia Integrada são as que mais interessam a essa discussão (BRANDÃO; BORGES, 2016).

As mudanças paradigmáticas no campo da Arquivologia e as novas perspectivas trazidas por essas correntes a aproximaram da mediação da informação, observa-se que o foco na custódia do documento se desloca, cada vez mais, para o acesso e uso da informação arquivística, uma vez que a informação passa a ser reconhecida também enquanto objeto da área a partir de perspectivas mais contemporâneas como a Arquivologia Pós-custodial e a Arquivologia Integrada.

A Arquivologia Pós-custodial enfatiza o caráter informacional e científico da área, defendida por Ribeiro (2011) e Silva (2010), atribui uma maior valorização à informação, o foco está mais centrado no seu acesso e uso, assim, o comportamento informacional do sujeito também passa a ser relevante na ação mediadora. Já a Arquivologia Integrada consiste em uma abordagem que estuda a informação orgânica, também chamada informação arquivística, por isso também se aproxima à mediação da informação. Acerca disso, Tognoli e Guimarães (2011, p. 27) explicam que:

[...] a partir dos anos 1980, uma nova abordagem surge no Canadá francês, com a intenção de reintegrar a disciplina, trabalhando novamente com todo o ciclo documental, dos documentos correntes até os permanentes. É a chamada Arquivística Integrada, cujos estudos estão baseados nas realidades europeia dos documentos históricos e norte-americana da gestão documental.

Como se observa, essa abordagem centraliza as fases do ciclo vital dos documentos que envolve o arquivo corrente, intermediário e permanente com o foco na informação. Assim, acaba por inserir a Arquivologia na "era da informação" e aproximá-la da Ciência da Informação. Logo, é possível traçar pontos interdisciplinares entre as duas áreas por meio dos estudos voltados à mediação da informação.

Nesse sentido, busca-se vincular a mediação da informação no contexto arquivístico à “perspectiva de que as informações arquivísticas só adquirem sentidos e significações quando apropriadas pelos usuários, o que demanda diferentes níveis de mediação.” (BRANDÃO; BORGES, 2016). Naturalmente, a Arquivologia tem especificidades que precisam ser consideradas nesse processo, aspecto que será tratado na seção posterior.

2.1 Atuação do arquivista na ação mediadora

A ação mediadora está diretamente relacionada à práxis do arquivista e ao seu nível de conscientização, uma vez consciente de sua responsabilidade social o profissional terá mais condições de levar a mediação ao alcance das dimensões ética, estética, dialógica, política e formativa, conforme compreendem Santos, Sousa e Gomes (2022, p. 283):

O alcance das cinco dimensões da mediação da informação nas atividades realizadas por quaisquer ambientes informacionais, entre eles, as instituições arquivísticas, depende da atuação consciente do mediador que atua nesse ambiente, como o profissional arquivista, no caso dos arquivos. Na ação mediadora, o agir consciente requer um arquivista que compreenda seu papel social e assuma, cotidianamente, o desafio de cumpri-lo, ainda que em cenários adversos, em que deve adotar uma conduta protagonista.

De acordo com Freire (1979), o processo de conscientização acontece por meio do desenvolvimento crítico na tomada de consciência. Para isso, o sujeito precisará ultrapassar a esfera espontânea da realidade e alcançar uma esfera crítica para assumir uma posição epistemológica, portanto, entende-se ser necessária a reflexão em torno da sua ação prática. Daí a necessidade de se compreender e discutir a atuação desse profissional na ação mediadora.

O primeiro ponto que precisa ser levado em conta é o objeto mediacional no contexto arquivístico, a informação arquivística. Essa pode ser entendida enquanto a “Informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida” (FONSECA, 2005, p. 59). Logo, essa informação é dotada de organicidade, uma vez que possui relações intrínsecas com a entidade produtora, então é preciso considerar as relações orgânicas com as atividades e funções da pessoa física ou jurídica que a produziu.

Outro aspecto está relacionado ao perfil e ao comportamento do sujeito que acessa e usa essas informações que é bastante diferenciado, tendo em vista que os documentos da fase corrente e intermediária têm valor administrativo e, por isso, são acessados em grande parte pelos colaboradores internos, enquanto que os documentos da fase permanente por possuírem valor histórico, científico e cultural estão mais voltados ao público externo.

Portanto, estão relacionados aí aspectos também voltados ao sigilo e à privacidade das informações. Os arquivistas precisam, por exemplo, atender as prerrogativas da Lei de proteção de dados. Esse exemplo deixa evidente a necessidade de uma postura ética que preza também pelo respeito à privacidade. Embora, o acesso seja a regra e o sigilo a exceção. “Encontra-se nos serviços arquivísticos um dos principais mecanismos para a mediação da informação, aproximando o usuário ao acesso à informação.” (SILVA; LOUSADA; SILVA, 2019, p. 6).

Ressalta-se que a mediação da informação está presente em todo o fazer arquivístico, mesmo que de forma implícita. Isso significa que ela não se resume apenas a atuação do arquivista no serviço de referência⁵ que é aquele momento do atendimento e comunicação direta entre o mediador e o sujeito visando a satisfação de uma determinada necessidade. Santos, Sousa e Gomes (2022, p. 283) compreendem que:

Esse profissional arquivista tenderá a atuar de forma mediadora, capaz de aproximar os sujeitos do arquivo – ou, mais do que isso – assumirá

⁵ “Conjunto de atividades destinadas a orientar o usuário usuário quanto aos documentos documentos relativos ao tema de seu interesse, aos instrumentos de pesquisa disponíveis e às condições de acesso e de reprodução.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 153)



a missão de promover o encontro dos sujeitos com as informações que são objetos de trabalho do arquivo. Ao atuar nessa perspectiva, o arquivista pode conduzir suas práticas para além de um propósito pragmático, ao possibilitar que os usuários reconheçam sua atuação como simbólica para seu desenvolvimento cognitivo e sociocultural.

Por isso, precisa-se compreender a atuação do arquivista na ação mediadora, diferenciando-se a mediação implícita da mediação explícita.

A mediação implícita “[...] ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem necessariamente a presença física e imediata dos sujeitos.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93). Nesse sentido, ao desenvolver atividades relacionadas ao processamento técnico como a organização, a classificação, a descrição, dentre outras o arquivista também está desenvolvendo mediação da informação. Isso porque embora não haja ali a presença imediata do sujeito informacional, todas essas ações vão interferir na relação/interação que o sujeito terá com a informação. Se a mediação da informação é uma ação de interferência, então, nenhuma ação do profissional é neutra parafraseando aqui Almeida Júnior (2009, 2015).

Ferreira e Almeida Júnior (2013, p. 163) relacionam a mediação implícita ao fazer arquivístico por meio das atividades realizadas no processamento técnico:

[...] embora haja uma mediação entre o veículo documento, a informação nele existente e o processamento técnico efetivado pelo arquivista, essa mediação não visa diretamente (nessa etapa) o enfoque no usuário. Trabalha-se, nesse contexto, a utilização dessa “informação-ainda-não-latente” no âmbito da identificação, seleção, classificação e processamento informacional, o que a caracteriza, portanto, como uma mediação implícita.

Nessa perspectiva, destaca-se a classificação que é uma atividade intelectual realizada pelo arquivista que, ao desenvolver o plano de classificação, analisa os documentos e atribui uma ordem hierárquica, distribuindo-os em classes e/ou grupos segundo um método determinado. Nesse sentido, esse profissional vai interferir ao atribuir uma significação ao documento a partir da sua interpretação e ao escolher como organizá-lo intelectualmente em relação ao conjunto documental.

Outra atividade que poderia ser citada é a avaliação documental, porque ela deixa aparente que a ideia de neutralidade não se aplica no contexto da mediação da

informação arquivística. Quando o arquivista examina minuciosamente o conteúdo dos documentos, registra suas principais características (intelectuais e físicas) e atribui um grau de valor, ele pode interferir na possibilidade futura de acesso ou não àquele documento e, para além disso, determinar quais documentos serão de guarda permanente ao reconhecer o seu valor histórico, cultural, científico e afins. Essa é, de fato, uma grande responsabilidade.

A descrição também relaciona-se à mediação implícita, uma vez que tem a finalidade de representação da informação e pode influenciar o processo de busca e uso por parte dos sujeitos quando, por exemplo, o arquivista define um determinado instrumento de pesquisa (guia, inventário, catálogo, etc), ou decide descrever um conjunto documental em detrimento de outro. Até mesmo a forma como as próprias informações estão descritas pode interferir na decisão do sujeito sobre consultar ou não aquele documento. Diante disso, Balbino e Chagas (2018, p. 233) consideram que:

Os instrumentos de descrição de documentos, tais como guias, inventários, catálogos, bem como conjuntos de documentos apresentados na Web, e exposições de documentos em suporte papel, promovem, no caso de arquivos permanentes, a disseminação do conhecimento, e o favorecimento de conscientização quanto à relevância da integridade dos registros documentais.

Isso nos leva à reflexão de que essa ideia de neutralidade do profissional da informação é ilusória, pois o arquivista é um sujeito e como tal possui valores, crenças, uma identidade própria e não os deixam do lado de fora ao entrar em um arquivo. No entanto, é preciso deixar claro que interferência não significa manipulação. Há uma dimensão ética da mediação que precisa ser considerada e que está envolvidas o “[...] acolhimento, a escuta, a observação e o diálogo com os envolvidos na ação, como também o direito de acesso a diversidade de ideias e o livre pensar, inibindo a censura e o tratamento desigual [...]” e as manipulações, conforme entende Gomes (2014, p. 57).

Além da mediação implícita, temos também algumas possibilidades de atuação do arquivista que estão mais relacionadas à mediação explícita, onde a presença do sujeito é requisitada e inevitável, mesmo que essa presença não seja física, já que hoje existem diversas possibilidades de acesso à distância, mídias interativas e

colaborativas disponíveis na internet (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). Para citar duas, têm-se: o serviço de referência e as ações voltadas à Educação para a informação.

No serviço de referência, o arquivista pode buscar conhecer o comportamento informacional do sujeito, orientar o uso crítico e ético da informação e ajudá-lo a atender a sua necessidade a partir da apropriação, não restringindo a sua atuação ao ato de apenas disponibilizar um determinado documento. Nesse contexto, Silva, Lousada e Silva (2009, p. 9) alertam que:

[...] embora as legislações estabeleçam como regra o acesso, ainda necessitam de aperfeiçoamentos no sentido de permitir ao usuário/cidadão apropriar-se da informação e transformá-la em conhecimento. Este caminho, passa pelas práticas ou materialização do conceito de mediação da informação.

Quanto à Educação para a informação - “[...] conjunto de ações multidimensionais voltadas à promoção de competências para a busca, apropriação e uso crítico da informação.” (BRANDÃO, 2021, p. 24) - é possível incentivar e desenvolver ações para alfabetizar o sujeito de modo que ele possa desenvolver maior criticidade e reflexão frente à informação. Nessa perspectiva, Balbino e Chagas defendem o papel pedagógico do arquivista (2018, p. 234):

Os autores ressaltam que o arquivista é o único indivíduo que tem capacidade de explicar o documento, seu contexto, e por isso seu trabalho possui um caráter educativo e cultural, aprofundando o conhecimento dos indivíduos em sua dimensão histórica, sua identidade e o entorno social. Os arquivistas são atores culturais, guardiões da memória de sua comunidade e capazes, por sua formação científica, de serem comunicadores da riqueza dos arquivos.

Nesse aspecto, o arquivista pode atuar na formulação e implementação de políticas, programas, projetos, cursos e/ou eventos voltados à Educação para a informação. Infelizmente, a atuação do arquivista nesse sentido ainda é pouco expressiva e observa-se, por outro lado, um engajamento maior dos bibliotecários. Diante disso, na próxima seção, pretende-se discutir o perfil do arquivista para atuar como mediador e as competências necessárias.

2.2 Perfil e competências necessárias

Por muito tempo, o arquivista assumiu um papel de “guardador” do documento, estabelecendo uma certa relação de poder com a documentação sob sua custódia, essa postura está muito ligado ao paradigma custodial (SILVA, 2010), mas ainda é possível observá-la nos dias atuais quando, por exemplo, o profissional age de forma a dificultar o acesso à informação ou decide não compartilhar seu conhecimento em torno das fontes, ferramentas e/ou sistemas de busca. Porém, essa postura não cabe mais no século XXI, no qual a prerrogativa é o acesso e o uso da informação, embora a custódia ainda tenha o seu valor.

Fala-se, portanto, de um contexto de grande valorização da informação, que possibilita diversas ferramentas tecnológicas voltadas ao acesso, à produção e ao compartilhamento das informações, deixando ainda mais em evidência a necessidade por alfabetização para uma maior autonomia frente à informação. Isso tem impulsionado a comunidade arquivística a questionar e repensar o papel do arquivista na ação mediadora e o seu perfil para atuar como mediador.

No que diz respeito ao perfil profissional, Silva (2010) acredita que ser cada vez mais necessário que os mediadores tenham um perfil ativo, interativo e colaborativo, desenvolvendo assim um perfil múltiplo que se adapta e aproveita as inovações tecnológicas, a partir de uma lógica relacional.

Em pesquisa realizada em 2017, decorrente da dissertação de mestrado, observou-se que os arquivistas brasileiros tinham uma grande preocupação em atender a necessidade informacional dos sujeitos, porém com uma postura muito ligada ainda à disponibilização de conteúdo. Apenas 2%, de um total de 53 arquivistas, afirmou considerar o uso que sujeito faz da informação que tem acesso. Atitudes como levar os sujeitos a refletir sobre suas próprias competências (17%), orientar o uso da informação (34%), instruir sobre os aspectos legais e éticos (32%) foram os menos indicados como atividades que eram sempre realizadas por eles (BRANDÃO, 2017). Diante disso, precisa-se enfatizar a necessidade de que o arquivista desenvolva um perfil mais ativo, colaborativo e protagonista que esteja mais alinhado com as demandas desse cenário infocomunicacional.

Nesse sentido, defende-se que esse perfil plural está relacionado ao desenvolvimento de competências bem específicas. É importante esclarecer que o termo “competência” é entendido neste trabalho enquanto um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. Busca-se explorar mais a criticidade no intuito de distanciar-se da visão instrumentalista em torno da competência na qual ela é comumente associada à mera resolução de problemas, tendo em vista que se reconhece que o sujeito competente consome, se apropria e produz informação para as suas necessidades pessoais, para o trabalho, para a vida acadêmica, para a cidadania, para viver em sociedade, interagir, se relacionar com outros e, portanto, também com vistas ao coletivo. Logo, fala-se de um sujeito social e político que se utiliza de informações para ser e estar no mundo que aprende consigo, com o outro e com o contexto em que está inserido (FREIRE, 1979, 1996).

Nesse sentido, não se trata da assimilação de uma série de comandos, conteúdos e recursos para resolver um determinado problema ou satisfazer uma necessidade. Ser competente é se perceber ou se reconhecer enquanto sujeito cognoscente que aprende continuamente, critica e reflete em torno da informação, seu impacto político e social, e do seu próprio aprendizado.

De acordo com Valentim (2000), a construção do perfil do profissional da informação requer uma formação técnica e humanista, visão que se aproxima do entendimento trazido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), na qual o perfil profissional do sujeito que cursa o ensino superior deve contemplar conhecimentos culturais, científicos e técnicos voltados ao desenvolvimento do pensamento reflexivo. Nessa perspectiva, o Conselho Nacional de Educação (2001, p. 3) propõe diretrizes curriculares que incluem os cursos de Arquivologia e consideram que tal perfil envolve as competências apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1: Perfil profissional do egresso de Arquivologia

Capacitação para um modo especificamente filosófico de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento.
Capacidade de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política.
Capacidade para análise, interpretação e comentário de textos teóricos, segundo os mais rigorosos procedimentos de técnica hermenêutica.
Compreensão da importância das questões acerca do sentido e da significação da própria existência e das produções culturais.
Percepção da integração necessária entre a filosofia e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político.
Capacidade de relacionar o exercício da crítica filosófica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos.
Capacidade de leitura e compreensão de textos filosóficos em língua estrangeira. Competência na utilização da informática.

Fonte: Adaptado das diretrizes curriculares propostas pelo MEC (2001).

Observa-se que há uma preocupação com o desenvolvimento de uma consciência crítica voltada aos aspectos filosóficos, sociais, culturais e políticos. Percebe-se que há uma aproximação com a competência em informação, uma vez que envolve a leitura, a análise, a interpretação de textos e a produção de conteúdos. A competência em comunicação também pode ser associada, especialmente, aos aspectos que envolvem o respeito ao outro.

Nesse viés, segundo Valentim (2000), o perfil do profissional da informação envolve competências relacionadas às categorias de comunicação e expressão, técnico-científicas, gerenciais, sociais e políticas. Vale ressaltar que este trabalho foca no perfil necessário ao arquivista para atuar como mediador, especialmente sob o viés da identificação das competências necessárias para lidar com os processos informacionais e comunicacionais da mediação da informação.

Assim, dentre os saberes múltiplos necessários, ressalta-se a competência para lidar criticamente com a informação, para se comunicar e relacionar-se com o outro e também saber lidar com a tecnologia e seu impacto social, político e cultural. As

competências infocomunicacionais consideram o tripé competência em informação, competência em comunicação e competências operacionais:

A noção de competências infocomunicacionais, neste trabalho, envolve saber lidar criticamente com a informação em toda a sua extensão envolvendo, assim, elementos estéticos, éticos e políticos; saber se comunicar e relacionar-se a partir do desenvolvimento de aspectos dialógicos, colaborativos e voltados à alteridade; e saber lidar com as tecnologias e seu impacto social, político e cultural, de forma transversal e relacionada às demais competências (BRANDÃO, 2021, p. 27).

Entre 2017 a 2021, ao desenvolver a tese, analisou-se as experiências em cursos de promoção de competências infocomunicacionais realizados no âmbito de dois grupos de pesquisa, Gepicc e Infocom. A partir dos relatos dos participantes, dentre eles estudantes de Arquivologia e arquivistas ressaltando que essa pesquisa envolveu também estudantes de Biblioteconomia e bibliotecários, observou-se que o desenvolvimento de competências infocomunicacionais contribuiu para uma maior preocupação com o uso crítico e ético da informação; o aperfeiçoamento de características voltados a um agir dialógico e a alteridade (BRANDÃO, 2021). Aspectos considerados indispensáveis na ação mediadora, porque o arquivista precisa lidar não somente com a informação e o documento, mas também com o sujeito informacional.

Além disso, os participantes demonstraram indícios de uma postura mais reflexiva e consciente acerca da sua atuação na ação mediadora e do seu próprio aprendizado e apresentaram preocupações com o impacto de suas ações frente ao cenário infocomunicacional. (BRANDÃO, 2021). Dessa forma, verificou-se que a experiência nos cursos de promoção de competências infocomunicacionais estimulou a construção de um perfil mais ativo, autônomo e colaborativo. Esse perfil se mostra essencial no contexto da mediação da informação, pois contribui para que o mediador se torne, cada vez mais, protagonista nesse processo e isso, conseqüentemente, o levará a uma atuação mais consciente e menos funcionalista.

A partir disso, entende-se que a competência em informação pode ajudar o mediador a lidar melhor com os processos informacionais: buscar, avaliar, se apropriar e usar a informação de forma crítica e ética. Já a competência em comunicação pode contribuir para melhorar a relação com o outro, saber se articular, dialogar com

públicos diferentes, interagir, desenvolver a alteridade para que possa compreender mais facilmente a necessidade informacional do sujeito. Além de aprender a lidar com as mídias sociais e o trabalho colaborativo. Isso dentro do ciberespaço, um contexto de interação e mídias participativas, por isso desenvolver competências operacionais também ajuda o arquivista a lidar com as tecnologias e o seu impacto nas relações.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso facilitado à informação devido à sua proliferação na internet e as ferramentas e/ou recursos disponíveis, as novas possibilidades de compartilhamento e uso da informação e as mudanças no comportamento informacional do sujeito modificaram a relação entre o sujeito, a informação e as instituições arquivísticas, bem com o próprio arquivista. Tais aspectos desafiam o profissional a rever seu papel em direção à mediação da informação, exigindo dele uma reflexão crítica acerca da sua responsabilidade social nesse contexto infocomunicacional, onde há a demanda latente por Educação para a informação.

Acredita-se que o desenvolvimento de competências infocomunicacionais pode ajudar o arquivista a desenvolver um perfil mais crítico, proativo e protagonista, estimulando-o a refletir sobre o seu papel na mediação da informação. Diante disso, é importante desenvolver e/ou aperfeiçoar um conjunto de saberes que possibilitem uma visão crítica e reflexiva perante à informação, à relação com o outro, a partir do diálogo e da interação, à tecnologia e ao próprio aprendizado. Essa tomada de consciência tende a contribuir para o desenvolvimento de uma ação mediadora voltada à apropriação e à construção do conhecimento.

Ressalta-se que os estudos voltados à discussão do papel do arquivista e à construção do seu perfil para atuar como mediador da informação podem colaborar para aproximar, cada vez mais, a mediação da informação ao contexto arquivístico e, de maneira prática, para tornar os arquivistas mais qualificados e conscientes de sua responsabilidade social na ação mediadora.

Faz-se necessário atentar-se para essa discussão no âmbito da formação acadêmica desses profissionais, com vistas à uma melhor qualificação diante de uma sociedade cada vez mais consumidora e produtora de informação. Embora seja

desejável desenvolver esse aprendizado ao longo da vida, aponta-se para a importância da promoção de competências infocomunicacionais durante a graduação, por meio de ações pedagógicas e da realização de atividades que incentivem a autonomia frente à informação e o perfil colaborativo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 2, n. 1, 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo; SILVA, Rovilson (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf . Acesso em: 02 abr. 2022.

BALBINO; Gisele. CHAGAS, Cintia. O papel pedagógico do arquivista e sua inserção na difusão e mediação da informação. **Ágora**, Florianópolis, v. 28, n. 57, p. 227-238, jul./dez. 2018.

BORGES, Jussara; GARCÍA-QUISMONDO, Miguel Ángel. Competencias en información y en comunicación: desarrollo conceptual a partir de la new media literacy. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 40, n. 1, p. 35-43, 2017.

BRANDÃO, Gleise. **Competências infocomunicacionais e o arquivista: mediação para apropriação da informação**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

BRANDÃO, Gleise. **A mediação da informação e o papel do mediador: perfil e competências necessárias para uma atuação consciente**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

BRANDÃO, Gleise. BORGES, Jussara. Mediação da informação arquivística: o papel do arquivista pós-custodial. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 7., 2016, Fortaleza. **Anais eletrônicos...**Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 118-136, out. 2016.



BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 jun. 2021.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Editora UNESP, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES nº 492/2001**. Distrito Federal: Conselho Nacional de Educação, 9 jul. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com (Portugal)**, n. 4, p. 4-37, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/61109>. Acesso em: 9 ago. 2021.

FERREIRA, Letícia. ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo. A mediação da informação no âmbito da arquivística. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.1, p.158-167, jan./mar. 2013.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GOMES, Henriette. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014.

GOMES, Henriette. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020.

RAMOS, Victor; SANTOS, Raquel; JESUS, Ingrid. O arquivista como mediador da informação e sua intervenção para a tomada de decisão: um estudo de caso no escritório de contabilidade Conpor. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 1 - 19, jul./dez. 2020.

RIBEIRO, Fernanda. O perfil profissional do arquivista na Sociedade da Informação.

2004. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.PDF> .
Acesso em: 02
fev. 2013.

RIBEIRO, Fernanda. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

SANTOS, Raquel. SOUSA, Ana Claudia. GOMES, Henriette. As dimensões da mediação da informação no âmbito das instituições arquivísticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 281-298, jan./mar. 2022.

SILVA, Armando. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma.com - Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação**. [s.l.], n. 9. 2010.

SILVA, José Fernando; LOUSADA, Mariana. SILVA, Junia. Mediação da informação: identificação nas legislações de regulamentação da lei de acesso à informação nos municípios da região metropolitana da Grande Vitória. **Ágora**, Florianópolis, v. 29, n. 59, p.1-12, jan./jun., 2019.

TOGNOLI, Natália. GUIMARÃES, José Augusto. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses.
Perspectivas em Ciência da Informação, v.16, n.1, p.21-44, jan./mar. 2011.



ORGANIZAÇÃO INFORMACIONAL DO CICLO DO SANGUE: o arquivo do HEMOCENTRO da Paraíba como lugar de memória

Manuela Eugênio Maia¹ | Sânderson Lopes Dorneles² | Suerde Miranda de Oliveira Brito³ | Mônica Felix da Costa⁴ | Maria do Socorro Fernandes Oliveira⁵

RESUMO

Arquivo e memória possuem estreita relação, principalmente, no que tange aos registros documentais preservados e dotados de valor informativo e histórico. A partir da demanda da organização do acervo documental da unidade HEMOCENTRO Coordenador, situado na capital paraibana, surgiu em 2019 o projeto de extensão “HEMODOC: organização do Arquivo do HEMOCENTRO da Paraíba”. Para além das atividades técnicas desenvolvidas, esse artigo visa a convalidar o HEMOCENTRO da Paraíba da capital como espaço de memória. A abordagem adotada foi a qualitativa; no tocante aos dados obtidos foi documental, analisados à luz da perspectiva da leitura e da interpretação textual/documental, segundo Orlandi. A partir da legislação e dos demais documentos estudados, evidenciou-se o papel do HEMOCENTRO e do seu arquivo como lugar de memória da Hematologia e da Hemoterapia na Paraíba. Conclui-se que no arquivo da instituição, existem informações importantes que são fontes de prova para os procedimentos realizados por seus agentes, por isso, sua organização e sua preservação são fundamentais para a perpetuação dessa memória institucional para a atualidade e futuras gerações.

Palavras-chave: HEMOCENTRO Paraíba; Hematologia e Hemoterapia na Paraíba; Arquivo – Memória.

INFORMATIONAL ORGANIZATION OF THE BLOOD CYCLE: the HEMOCENTRO of Paraíba archive as a place of memory

ABSTRACT

Archive and memory have a close relationship, mainly with regard to preserved documentary records with informative and historical value. From the demand for the organization of the documentary collection of the HEMOCENTRO Coordinator unit, located in the capital of Paraíba, the extension project “HEMODOC: organization of the HEMOCENTRO of Paraíba Archive” emerged in 2019. In addition to the technical activities developed, this article aims to validate the HEMOCENTRO of Paraíba in the capital as a memory space. The approach

¹ Doutora em Ciência da Informação | UEPB | manuelamaia@gmail.com

² Mestre em Ciência da Informação | UEPB | sanderson.dorneles@gmail.com

³ Doutora em Educação | UEPB | suerdebrito@gmail.com

⁴ Graduanda em Arquivologia | UEPB | monicacosta14@hotmail.com

⁵ Graduanda em Arquivologia | UEPB | solifernandes@gmail.com



adopted was qualitative; with regard to the data obtained, it was documentary, analyzed from the perspective of reading and textual/documentary interpretation, according to Orlandi. Based on the legislation and other documents studied, the role of HEMOCENTRO and its archive was evidenced as a place of memory for Hematology and Hemotherapy in Paraíba. It is concluded that in the institution's archive, there are important information that are sources of evidence for the procedures carried out by its agents, therefore, its organization and its preservation are fundamental for the perpetuation of this institutional memory for the present and future generations.

Key words: HEMOCENTRO Paraíba; Hematology and Hemotherapy in Paraíba; Archive - Memory.

1 INTRODUÇÃO

As instituições das mais diversificadas atividades humanas produzem e acumulam significativos registros informacionais, refletindo o ser e o fazer de uma organização. Nessa perspectiva, com o Centro de Hematologia e Hemoterapia (HEMOCENTRO) da Paraíba (PB) não é diferente, uma vez que se trata de uma relevante instituição de saúde para tratamento hemoterápico. Diariamente, o referido Centro armazena informações administrativas e laboratoriais na consecução de sua missão organizacional. Tais registros informacionais compõem o seu arquivo, possibilitando atribuir-lhe o sentido de memória, em específico, neste estudo, acerca do ciclo do sangue no estado da Paraíba, por meio da organização do acervo do HEMOCENTRO Coordenador, sediado na capital.

Arquivo e memória possuem estreita relação, principalmente, no que tange aos registros documentais preservados e dotados de valor informativo e histórico. Foi com a preocupação na organização e na preservação dos documentos do seu arquivo que, no ano de 2018, a coordenadora, à época, do Núcleo de Educação Permanente do HEMOCENTRO da Paraíba, localizado em João Pessoa-PB, entrou em contato com a coordenação do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) a fim de ofertar estágio curricular e/ou projeto de extensão relacionado.

A partir dessa demanda, surgiu o projeto de extensão “HEMODOC: organização do Arquivo do HEMOCENTRO da Paraíba”, que desde 2019, desenvolve atividades arquivísticas com a finalidade da organização do acervo documental da unidade HEMOCENTRO Coordenador, situado na capital paraibana. Mesmo durante a pandemia da COVID-19, os membros do projeto têm desenvolvido ações



direcionadas à classificação dos documentos e feito orientações para seu acondicionamento e armazenamento.

As leituras e os debates promovidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), do qual participamos, suscitaram nossa reflexão para além das atribuições técnicas no tratamento com a seleção, a organização, a classificação, a preservação e a avaliação dos documentos que compõem o arquivo do HEMOCENTRO-PB Coordenador. Passamos a nos debruçarmos por um aspecto que aproxima o debate entre a Arquivologia e a Ciência da Informação (CI), qual seja: o HEMOCENTRO-PB como um local de memória. Baseados, principalmente em Nora (1993), o arquivo do HEMOCENTRO-PB assume conteúdo simbólico, material e funcional, atendendo concepção essencial para asseverarmos nossa propositura. Nessa direção, nossa problemática é: como o HEMOCENTRO-PB se constitui em sua trajetória como espaço de memória?

Pautados na busca por respostas para o referido questionamento, o presente estudo teve como objetivo geral, convalidar o HEMOCENTRO da Paraíba da capital como espaço de memória. A partir disso, traçaram-se os seguintes objetivos específicos: analisar os aspectos legais que regulamentam os serviços hemoterápicos no Brasil e na Paraíba; descrever o estudo realizado junto as unidades administrativas e técnicas do HEMOCENTRO da Paraíba para identificar funções e atividades produtoras de registros informacionais; e listar as tipologias documentais identificadas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem adotada é a qualitativa, valendo-nos do subjetivismo acerca da realidade estudada, a saber, a trajetória do HEMOCENTRO-PB por meio do acervo do arquivo sediado na capital paraibana. Reforçados pela escassez bibliográfica, pois localizando apenas uma única fonte acadêmica sobre o HEMOCENTRO-PB (FERREIRA, 2010), foi fundamental recorreremos às informações de ordem primária. Nessa direção, essa investigação foi essencialmente documental que, além dos documentos organizados pelo projeto HEMODOC, foi necessário o acesso da



legislação acerca do HEMOCENTRO-PB, que foi obtida no portal da “Transparência” da Assembleia Legislativa do estado (PARAÍBA, 2021).

Conseguimos obter documentos que nos permitiram identificar indícios dessa trajetória. Contudo, não obtivemos resposta desse mesmo portal quando realizamos requisição em 26 de junho de 2021, por meio da demanda de n. 462302. Também cabe esclarecer que o *site* do HEMOCENTRO (PARAÍBA, [2021?]) apresenta, exclusivamente, a estrutura de suas unidades no território estadual.

Considerando a perspectiva abordada, realizamos atenta leitura no propósito de interpretar de forma cautelosa os documentos dos quais obtivemos acesso. Assim, no que se refere à “análise dos dados”, seção fundamental e obrigatória em toda comunicação científica, a perspectiva adotada nesse estudo é a leitura e a interpretação textual/documental em consonância com Orlandi (1998, 2001).

Entendemos por leitura como sendo o ato de manifestação da multiplicidade de sentidos em que o leitor pode significar, por meio de suas concepções históricas e filosóficas, a sua representatividade sobre o mundo. A cada sujeito-leitor lhe é impresso um modo peculiar e singular de entender o objeto e, por isso, “os sentidos não ‘brotam’ das palavras” (ORLANDI, 1998, p. 99), mas se encontram no não-dito, quer dizer, no que não está dado. Foi nesse movimento que nos colocamos quando nos debruçamos em cada documento, em cada entrelinha, na obtenção de indícios que nos auxiliasse na interpretação dessa trajetória.

Desse modo, a interpretação é, pois, a busca pelo sentido, partindo do princípio de que cada sujeito interpretante instrumentaliza-se de suas condições históricas. Queremos dizer que não há um único modo de interpretar, mas várias maneiras. Orlandi (1998, p. 147) comenta:

não há sentido sem interpretação, e a interpretação é um excelente observatório para se trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos, em um processo em que intervém o imaginário e que se desenvolve em determinadas situações sociais (ORLANDI, 1998, p. 147).

Nesse sentido, o “sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual. A forma dessa apropriação é social” (ORLANDI, 2001, p. 19). Segundo

Orlandi (2001), a interpretação de um texto não significa somar as suas frases, tão pouco se trata de um estudo fechado em si. Ao interpretar um texto, é necessário perceber suas possibilidades à medida que recortamo-lo e reestabelecemos a relação entre suas partes e o todo, observando a sua totalidade e o seu contexto. Nessa perspectiva, a leitura e a interpretação conectam-se como uma forma de orgânica, simbólica e vívida, princípios próximos à concepção de “lugar de memória” defendida por Nora (1993).

3 BREVÍSSIMA HISTÓRIA DOS HEMOCENTROS NO BRASIL

A Hematologia é o campo da medicina que estuda o sangue. No Brasil, foi reconhecida como especialidade médica na década de 40 do século XX (FREITAS, 2012). A partir desse reconhecimento, foram criados vários “bancos de sangue” nas capitais brasileiras, inaugurados os dois primeiros em 1941 nas cidades de Porto Alegre e do Rio de Janeiro e, em 1942, na capital pernambucana (RIBEIRO, [198-?] *apud* MINAS GERAIS, 2014). Essas datas não são consensuais; Martins e Nóbrega (2018) e Junqueira, Rosenblit e Hamerschlak (2005) apontaram que o primeiro “banco de sangue” nacional foi criado em 1942 no Rio de Janeiro.

No que se refere à primeira normativa federal que regulamentou a doação de sangue no Brasil, foi promulgada por meio da Lei n. 1.075, de 27 de março de 1950 (MARTINS; NÓBREGA, 2018). O “tratamento terapêutico realizado por meio da transfusão sanguínea” nomina-se de Hemoterapia (FREITAS, 2012, p. 33).

O sistema transfusional brasileiro era baseado nos seus primórdios em doação remunerada, ao revés do modelo europeu. Em função do pagamento, pessoas doentes e anêmicas se candidatavam (MINAS GERAIS, 2014). Do aumento significativo do número de pessoas infectadas em decorrência de triagem inoperante e da carecia de fiscalização, a Associação de Doadores Voluntários de Sangue (ADVS) foi criada como entidade que exigia efetividade do controle, das regras e das normas quanto aos “bancos de sangue” no Brasil (MARTINS; NÓBREGA, 2018).

Segundo Minas Gerais (2014), em outubro de 1964, foi instituída a Comissão Nacional de Hemoterapia (CNH), vinculada ao Ministério da Saúde (MS), logo extinta em 1976. Já Martins e Nóbrega (2018) e Freitas (2012) informam que tal criação foi em



1965, regulamentando os serviços hemoterápicos nos hemocentros do Brasil. Independentemente de datas, a CNH, por meio de decretos, portarias e resoluções, institucionalizou aspectos fundamentais como: (1) o estabelecimento da doação voluntária de sangue, (2) o regramento de medidas de proteção aos doadores e aos receptores, (3) o disciplinamento quanto ao fornecimento de matéria-prima para a indústria de fracionamento plasmático e (4) a importação e exportação de sangue e hemoderivados (MARTINS; NÓBREGA, 2018).

Ainda assim, os resultados preocupantes de estudos realizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a situação da Hemoterapia no Brasil, com dados coletados em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Salvador, constataram: “doações remuneradas e sem critério; comercialização do plasma (exportação); doador inapto sem assistência; sorologia precária; transfusões sem critérios médicos; predominância de utilização de sangue total; falta de coordenação; carência de recursos humanos” (MINAS GERAIS, 2014, online).

Somente entre 1979 e 1980, foi cunhado o Programa Nacional de Sangue e Hemocomponentes (PRÓ-SANGUE), cuja a finalidade foi atualizar e, sobretudo, controlar a regularização da situação da Hemoterapia brasileira (JUNQUEIRA; ROSENBLIT; HAMERSCHLAK, 2005). Com a institucionalização do PRÓ-SANGUE, foram criados e expandidos os Centros de Hematologia e Hemoterapia (HEMOCENTRO) no território brasileiro. Dentre outras políticas, foi definitivamente proibida a remuneração para doação de sangue, endossado no artigo 199 da Constituição Federal (BRASIL, 1988, online), como diz no dispositivo:

§ 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Sobre este artigo, foi promulgado em 2001, em específico, por meio da Lei federal n. 10.205/2001, que regulamenta a coleta, o processamento, a estocagem, a distribuição e a aplicação do sangue, seus componentes e derivados; estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades;

entre outras especificidades (BRASIL, 2001b). Em 2016, a Portaria n. 158, que redefine a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) n. 153/2004 (BRASIL, 2004), estabelece:

o regulamento técnico [com] o objetivo de regulamentar a atividade hemoterápica no País, de acordo com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Sangue, Componentes e Derivados, no que se refere à captação, proteção ao doador e ao receptor, coleta, processamento, estocagem, distribuição e transfusão do sangue, de seus componentes e derivados, originados do sangue humano venoso e arterial, para diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças (BRASIL, 2016, p. 1).

Portarias anteriores e posteriores a Lei federal n. 10.205/2001 foram fundamentais na (1) aprovação de Normas Técnicas para coleta, processamento e transfusão de sangue a fim de que se obtenha maior garantia da qualidade nos processos de Hemoterapia (Portaria n. 1.376, de 19 de novembro de 1993); (2) instituição que todos os bancos de sangue do Brasil implementem e sigam as “normas gerais de garantia de qualidade para unidades hemoterápicas” (Portaria n. 127, de 24 de novembro de 1995); (3) regulamentação sanitária para serviços que desenvolvem atividades relacionadas ao ciclo produtivo do sangue humano e componentes e procedimentos transfusionais (Resolução de Diretoria Colegiada [RDC] n. 57, de 16 de dezembro de 2010) (BRASIL, 2010) e (4) redefinição do regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos (Portaria n. 158, de 4 de fevereiro de 2016) (BRASIL, 2016), esta, a legislação em vigor mais completa e atual, de acordo com Martins e Nóbrega (2018) e Freitas (2012).

4 HEMOCENTRO DA PARAÍBA: o arquivo como espaço de memória

Onze anos após a institucionalização do PRÓ-SANGUE a título federal, em fevereiro de 1991, segundo Ferreira (2010), o HEMOCENTRO Coordenador da Paraíba foi criado por meio da Lei n. 6.306/1991, instalando-se na capital, João Pessoa, sendo um órgão público, subordinado à Secretaria de Estado da Saúde (PARAÍBA, [2021?]).

Pesquisando no site da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (AL-PB), não foi localizada a referida Lei (PARAÍBA, 2021). Curiosamente, o sistema apresentou as seguintes respostas, cujo termo de busca foi “hemocentro” (PARAÍBA, 1991b, 1994, 1999a, 1999b, 1999c, 1999d, 2014): Lei n. 5.515/1991 e Lei n. 6.764/1999 (ambos

referente à cidade de Campina Grande), Lei n. 5.988/1994 (João Pessoa), Lei n. 6.744/1999 (Guarabira), Lei n. 6.765/1999 (Sousa), Lei n. 6.772/1999 (Cajazeiras) e Lei n. 10.332/2014 (Monteiro). Todas essas leis orgânicas estaduais referem-se apenas à nomeação dos Centros de Hematologia e Hemoterapia paraibanos. Podemos inferir que, se houve a preocupação do governo do estado em nomear os HEMOCENTROS da capital e das cidades interioranas, é porque a prática da Hemoterapia na Paraíba já existia. Contudo, os documentos legais não são precisos quanto à institucionalização de origem nem desses Centros e nem dos “bancos de sangue”, legalizados no Brasil desde os anos de 1950.

Em função do projeto de extensão “HEMODOC: organização do Arquivo do Hemocentro da Paraíba”, vinculado à UEPB, tivemos acesso ao acervo arquivístico. Nele, encontramos a Lei ordinária n. 5.385/1991, sancionada em 05 de fevereiro de 1991, que cria, “na Estrutura Organizacional da Fundação de Saúde do Estado da Paraíba - FUSEP, entidade supervisionada pela Secretaria da Saúde, os cargos de provimento em comissão e funções gratificadas” (PARAÍBA, 1991a, online). Atentamos que essa Lei estrutura organizacionalmente a Fundação de Saúde do Estado da Paraíba (FUSEP), apontando o cargo de Diretor Geral do Centro de Hematologia e Hemoterapia (HEMOCENTRO) e outros relacionados à atividade hemoterapêutica, a exemplo do “Diretor da Divisão de Hematologia do Departamento de Hematologia e Hemoterapia”, “Chefe do Serviço de Fracionamento e Distribuição da Divisão de Hemoterapia” e “Chefe do Serviço de Controle e Qualidade/Transfusão da Divisão de Hemoterapia”.

Ou seja, a FUSEP assumia institucionalmente o papel de HEMOCENTRO em 1991, embora o texto não apresente essa clareza. Os cargos criados e descritos nesse documento sancionado pelo governador é que nos conduz a essa percepção. Reforçamos que a falta de registros legais deixa lacunas anterior a 1991 quanto às práticas de Hemoterapia e da existência de “bancos de sangue” na Paraíba.

Numa leitura atenta da já referida Lei n. 5.385/1991, identificamos que, em sua ementa, “cria cargos de provimento em comissão na estrutura da Fundação de Saúde do Estado da Paraíba - FUSEP” (PARAÍBA, 1991a, online). Isso nos sugeriu uma nova busca no endereço eletrônico da AL-PB pelo uso do descritor “Fundação de Saúde do

Estado da Paraíba”. A pesquisa documental nos permitiu verificar que a contextualização fornecida por Ferreira (2010) tem lacunas. Os documentos recuperados por Paraíba (2021) reforçaram as nossas inferências que a FUSEP, criada em 1971, em algum momento assumiu o papel de Centro de Hematologia e Hemoterapia e, em 1991, houve certa formalização, como consta em suas minúcias.

Tal Fundação, criada em 1971 pela Lei n. 3.663/1971, teve sede e foro na capital paraibana e vinculava-se à Secretaria de Saúde. Seguindo as diretrizes da Constituição do Estado da Paraíba, a FUSEP tinha como objetivos de “avaliar e executar o Plano Estadual de Saúde, desenvolvendo atividades integrais de prevenção, promoção e recuperação da saúde” (PARAÍBA, 1971, online). Interpretando essa legislação, a FUSEP serviu como instituição de amplo escopo para atender às demandas de saúde pública e privada de todo estado, com poderes de celebrar incluso acordos, contratos e convênios nas esferas federal, estadual e municipal. Sua relevância era tão fundamental nas políticas de saúde da Paraíba que poderia sugerir ao governador a manutenção ou a criação de hospitais, a contratação de pessoal e a expansão dos serviços da fundação, mediante deliberação do seu conselho. Este, caberia “aprovar as tabelas de preço para os serviços hospitalares prestados pela FUSEP” (PARAÍBA, 1971, online). Se autorizado pelo governador e conforme a legislação, também poderia a FUSEP contrair empréstimos nacionais ou internacionais.

Basicamente, a FUSEP funcionou como macro órgão gestor das políticas de saúde paraibana nas décadas de 70 e 80. Seu patrimônio incluía a extinta Fundação Hospitalar Edson Ramalho (FUNGER), “unidades hospitalares, centros de saúde, unidades sanitárias, laboratório industrial farmacêutico e demais setores administrados pela Secretaria de Saúde” (PARAÍBA, 1971, online).

A estrutura administrativa do escalão superior era restrita, apenas formada pelo conselho deliberativo, diretoria executiva e conselho fiscal. Na Lei n. 3.663/1971, figura o limite máximo de 9 (nove) conselheiros em sua composição. Exceto o secretário da saúde, os demais membros participavam de outras secretarias ou órgãos da estrutura do estado. Nela, também consta, em seu artigo décimo primeiro, a inclusão de contratados, com a anuência do governador do estado. Em função de sua

natureza, supomos que seu quadro funcional devesse constar de médicos, enfermeiros e demais profissionais ligados à área da saúde.

Embora a legislação torne clara que a FUSEP abarcava a gestão financeira dos organismos de saúde do estado, observamos que não há menção aos “bancos de sangue” na sua estrutura. Ressaltamos esse fato porque a Hemoterapia foi reconhecida no Brasil desde os anos de 1940. Leva-nos a crer que a prática hemoterapêutica talvez fosse desconhecida ou refutada na medicina paraibana por tabus dessa atividade médica ou simplesmente mantido o seu anonimato na legislação estadual, o que nos parece ter acontecido pelos indícios documentais localizados.

Por outro lado, cabe-nos rememorar que nos anos de 1980 configurou-se a política federal referente ao PRÓ-SANGUE e, em seu cerne, a criação e a expansão dos HEMOCENTROS no Brasil, de acordo com Junqueira, Rosenblit e Hamerschlak (2005).

Desde a criação da FUSEP em 1971, quase 20 anos depois de existência, em 18 de abril de 1990, foi sancionada pelo executivo estadual a Lei ordinária n. 5.263/1990, que “cria cargos efetivos no quadro permanente da [...] FUSEP” (PARAÍBA, 1990, online). Assim, a equipe de funcionários efetivos do órgão é acrescida em 34 técnicos de laboratório e 29 auxiliares de enfermagem, selecionados primeiramente entre os servidores da própria Fundação; uma vez não preenchido esse quadro, era aberto concurso público para as vagas remanescentes. No ano subsequente, conforme antecipamos, a Lei n. 5.385/1991, incluiu, na qualidade de gestor da FUSEP, o cargo de Diretor Geral do Centro de Hematologia e Hemoterapia. Esse elemento sinaliza, na falta de outros documentos não localizados no portal da AL-PB (PARAÍBA, 2021) e no arquivo físico do HEMOCENTRO, a sua institucionalização.

A extinção da Fundação e a revogação da Lei n. 5.385/1991 só ocorrera por meio Lei n. 6.305/1996 (PARAÍBA, 1996). Contudo, podemos asseverar que a institucionalização do HEMOCENTRO já fazia parte da realidade paraibana pelo menos desde 1991, quando: (1) denomina, pelo dispositivo legal n. 5.515/1991, de Dr. Antônio Vieira de Queiroga, o HEMOCENTRO da cidade de Campina Grande - PB e (2) é sancionado o cargo de Diretor Geral do Centro de Hematologia e Hemoterapia pela Lei n. 5.385/1991 (PARAÍBA, 1991a; 1991b).

Em dados coletados em agosto de 2021 pelos membros do projeto de extensão HEMODOC/UEPB, corroboram para o encaixe das peças até agora identificadas. Acrescentam os dados que o HEMOCENTRO da Paraíba é um órgão estadual, sendo construído no mandato de Tarcísio de Miranda Burity, à época Governador da Paraíba, e inaugurado em fevereiro de 1991. Em seu arquivo, o HEMODOC/UEPB cadastrou em seu banco de dados, até o presente momento, como documento mais antigo, uma ficha de doador datada de 1992. Reforçamos, porém, que na ceara da legislação, não obtivemos qualquer documentação comprobatória.

No âmbito da coleta de dados da equipe, há placas informativas no prédio do órgão, indicando que a instituição passou por um processo de ampliação e de reforma em junho de 2000, no governo de José Targino Maranhão. Isso nos permite inferir que, desde os anos de 1990, o endereço do HEMOCENTRO, à época sob a denominação de FUSEP, permanece na Avenida Dom Pedro II, nº 1119, no bairro de Jaguaribe da capital paraibana.

A institucionalização do nome do HEMOCENTRO da capital do estado consta na Lei n. 5.988, de 6 de dezembro de 1994 (PARAÍBA, 1994), quando indícios já apresentados apontam anterioridade de sua existência. O que podemos afirmar é que existe uma lacuna quanto aos registros na legislação estadual, no que concerne à composição do HEMOCENTRO na Paraíba. Embora extinta a FUSEP em 1996, ao longo de sua existência, assumiu o papel de HEMOCENTRO e teve como marco organizacional de sua recomposição com a Lei n. 5.385/1991. Tal extinção não formalizou a criação legal do HEMOCENTRO paraibano.

Ainda em dados coletados pelos membros do projeto de extensão HEMODOC/UEPB, em placas informativas no âmbito de suas instalações, reforçam que é um órgão subordinado à Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba e apresentam que a missão do HEMOCENTRO é atuar como rede na assistência Hemoterápica e Hematológica, atendendo a demanda de sangue no estado com segurança e com qualidade; também visa a prestar serviços de relevância social no espectro do ensino e da pesquisa com eficiência e eficácia. Tal missão aproxima-se do que dispõe a Portaria n. 158/2016 (BRASIL, 2016). Constam, ainda, em suas placas, que o HEMOCENTRO-PB é uma organização reconhecida pela excelência na capacitação, no acolhimento e

na produção de hemocomponentes além de assistência Hematológica completa, possuindo responsabilidade pública e para a cidadania. Quanto à política da qualidade, o HEMOCENTRO-PB compromete-se em fornecer hemocomponentes seguros e confiáveis, seguindo as legislações vigentes, buscando a excelência no atendimento aos usuários, promovendo a melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade e desenvolvendo programas de educação continuada.

Embora apresente informações explícitas em placas ao longo de suas instalações e de reconhecido papel e relevância para a saúde pública para o estado, ao pesquisarmos acerca da problemática do arquivo do HEMOCENTRO da Paraíba como “lugar de memória”, percebemos lacunas de sua história legal do ponto de vista estadual. Efetivamente, estamos constituindo a trajetória dessa relevante instituição de saúde a partir de documentos do seu arquivo e da legislação disponível no site da AL-PB. Demonstra, portanto, a relevância desse estudo no intuito de tornar pública essa trajetória.

Assim, conforme demonstramos a partir do HEMOCENTRO-PB Coordenador, torna evidente a necessidade de garantir o papel de memória dos acervos arquivísticos que, após atender a natureza primeira de servir à instituição no trato administrativo, a sua “preservação [...] é fundamental para garantir o acesso e a difusão da informação, essenciais para a constituição da memória social e o exercício pleno da cidadania” (BRASIL, 2012, online).

No atual estágio pandêmico, no qual a humanidade vive em função da COVID-19, o HEMOCENTRO-PB mais do que nunca ficou tão evidenciado como uma necessária instituição de saúde pública que salva vidas (ALVES, 2020; CASOS DE CORONAVÍRUS..., 2020). Campanhas televisivas e apelos de familiares nos grupos de *WhatsApp* pedindo a doação de sangue tornaram-se constantes desde 2020. Isso ampliou a visibilidade ao HEMOCENTRO-PB e conscientização social do seu papel no âmbito da saúde pública. A estrutura do HEMOCENTRO-PB (composto por HEMOCENTROS coordenador e regional, HEMONÚCLEOS e Agências Transfusionais), com instalações ao longo das cidades paraibanas, da capital ao sertão, foi fundamental para garantir a coleta, o processamento, a testagem, o

armazenamento, o transporte, o controle de qualidade e o uso humano de sangue no intuito de salvar vidas (BRASIL, 2016), conforme comprovamos no Quadro 1:

Quadro 1: Estrutura estadual do HEMOCENTRO-PB

COMPOSIÇÃO	CIDADE	E-mail
HEMOCENTRO Coordenador	João Pessoa	hemocentrodaparaiba@yahoo.com.br
HEMOCENTRO REGIONAL	Campina Grande	hrcg-pb@hotmail.com
HEMONÚCLEO	Patos	hemonucleodepatos@hotmail.com
	Cajazeiras	hemcajpb@hotmail.com
	Sousa	hemonucleo.sousa@gmail.com
	Catolé do Rocha	hemonucleo.catole@gmail.com
	Piancó	hempianco@hotmail.com
	Itaporanga	hemoita@hotmail.com
	Guarabira	hemoguara@bol.com.br
Agência Transfusional	Itabaiana	hemonucleoitabaiana@hotmail.com
	Monteiro	hemonucleodemonteiro@hotmail.com
	Princesa Isabel	hemonucleo.p.isabel.pb@gmail.com
	Picuí	hempicuipb@yahoo.com.br

Fontes: Dados do projeto de extensão HEMODOC/UEPB, 2021; Paraíba ([2021?]).

Atentamos também para as datas de institucionalização dos HEMONÚCLEOS e das Agências Transfusinais no estado, conforme Quadro 2:

Quadro 2: Datas de institucionalização do HEMOCENTRO-PB

COMPOSIÇÃO	CIDADE	DATA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO
HEMOCENTRO Coordenador	João Pessoa	Embora conste na Lei ordinária n. 5.988/1994 (PARAÍBA, 1994), os indícios apontam a sua existência na Lei ordinária n. 5.385/1991 (PARAÍBA, 1991a)
HEMOCENTRO REGIONAL	Campina Grande	Lei ordinária n. 5.515/1991 (PARAÍBA, 1991b) e Lei n. 6.764/1999 (PARAÍBA, 1999b), sob a denominação de HEMOCENTRO de Campina Grande
HEMONÚCLEO	Patos	Na qualidade de HEMONÚCLEO, maio 2000
	Cajazeiras	Lei n. 6.772/1999 (PARAÍBA, 1999d), sob a denominação de HEMOCENTRO de Cajazeiras. Na qualidade de HEMONÚCLEO, janeiro 2001
	Sousa	Lei n. 6.765/1999 (PARAÍBA, 1999c), sob a denominação de HEMOCENTRO de Sousa
	Catolé do Rocha	Na qualidade de HEMONÚCLEO, maio 1998
	Piancó	Na qualidade de HEMONÚCLEO, agosto 1998
	Itaporanga	Na qualidade de HEMONÚCLEO, janeiro 2002
	Guarabira	Lei n. 6.744/1999 (PARAÍBA, 1999a), sob a denominação de HEMOCENTRO de Guarabira. Na qualidade de HEMONÚCLEO, novembro 1997
	Itabaiana	Na qualidade de Agência Transfusional, junho 2010

Agência Transfusional	Monteiro	Lei n. 10.332/2014 (PARAÍBA, 2014), sob a denominação de HEMOCENTRO de Monteiro. Na qualidade de Agência Transfusional, março 2000
	Princesa Isabel	Na qualidade de Agência Transfusional, março 2000
	Picuí	Na qualidade de Agência Transfusional, março 2000

Fontes: Dados do projeto de extensão HEMODOC/UEPB (2021); Paraíba (2021, [2021?]).

No Quadro 2, a institucionalização dos espaços de Hemoterapia e Hematologia mostram divergências entre as informações localizadas no arquivo e na instância legal, a saber a Assembleia Legislativa (PARAÍBA, 2021). Vejamos o caso da cidade de Guarabira: em 1999, pela Lei, indica que se trata de um HEMOCENTRO, contudo, nas informações coletadas no arquivo, consta na estrutura do órgão como HEMONÚCLEO desde 1997. A cidade de Monteiro é outro caso: HEMOCENTRO por dispositivo legal em 2014, mas, nos registros arquivísticos, é Agência Transfusional desde 2000. Em Cajazeiras, no ano de 1999, consta em Lei a denominação de HEMOCENTRO, porém, no arquivo, faz parte como HEMONÚCLEO em 2001. Em concluso, sobre este Quadro, há necessária revisão quanto à estruturação do HEMOCENTRO-PB junto à Assembleia Legislativa do estado.

É certo asseverar que a composição observada nos documentos do arquivo em que estabelece a estruturação do HEMOCENTRO-PB é condizente com a normativa federal estabelecida por meio da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) n. 151/2001 (BRASIL, 2001a), cabendo, à luz da Lei, esclarecer o papel de cada microrganismo no âmbito dos HEMOCENTROS Brasil, de acordo com o Quadro 3:

Quadro 3: Funções dos microrganismos estruturantes do HEMOCENTRO Brasil

COMPOSIÇÃO	SIGLA	FUNÇÃO
HEMOCENTRO Coordenador	HC	Entidade de âmbito central, de natureza pública, localizada preferencialmente na capital, referência do Estado na área de Hemoterapia e/ou Hematologia com a finalidade de prestar assistência e apoio hemoterápico e/ou hematológico à rede de serviços de saúde. Deverá prestar serviços de assistência às áreas a que se propõe, de ensino e pesquisa, formação de RH, controle de qualidade, suporte técnico, integração das instituições públicas e filantrópicas, e apoio técnico à Secretaria de Saúde na formulação da Política de Sangue e Hemoderivados no Estado, de acordo com o Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados - SINASAN e o Plano Nacional de Sangue e Hemoderivados - PLANASHE e em articulação com as Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica

HEMOCENTRO REGIONAL	HR	Entidade de âmbito regional, de natureza pública, para atuação macro-regional na área hemoterápica e/ou hematológica. Deverá coordenar e desenvolver as ações estabelecidas na Política de Sangue e Hemoderivados do Estado para uma macro-região de saúde, de forma hierarquizada e acordo com o SINASAN e o PLANASHE. Poderá encaminhar a uma Central de Triagem Laboratorial de Doadores as amostras de sangue para realização dos exames
HEMONÚCLEO. Na letra da Lei, NÚCLEO DE HEMOTERAPIA	NH	Entidade de âmbito local ou regional, de natureza pública ou privada, para atuação micro-regional na área de Hemoterapia e/ou Hematologia. Deverá desenvolver as ações estabelecidas pela Política de Sangue e Hemoderivados no Estado, de forma hierarquizada e de acordo com o SINASAN e o PLANASHE Poderá encaminhar a uma Central de Triagem Laboratorial de Doadores as amostras de sangue para realização dos exames
Agência Transfusional	AT	Localização preferencialmente intra-hospitalar, com a função de armazenar, realizar testes de compatibilidade entre doador e receptor e transfundir os hemocomponentes liberados. O suprimento de sangue a estas agências realizar-se-á pelos Serviços de Hemoterapia de maior complexidade.

Fonte: Brasil (2001a, online).

Seguindo essa lógica, ao afirmarmos que o arquivo do HEMOCENTRO-PB é um “lugar de memória”, esse discurso está fundamentado em Nora (1993), uma vez que o seu acervo constitui-se de conteúdo simbólico, material e funcional. Partindo dos documentos ali encontrados, comunicam organicamente informações produzidas e recebidas, que representam valor socialmente vital, em função de sua natureza, quer seja, apoio essencial à saúde pública, fornecendo serviços como reposição sanguínea, tratando pessoas que necessitam.

A partir dos documentos que se entrecruzam, o acervo arquivístico apresenta elementos que possibilitam remontar a trajetória institucional, com as devidas ressalvas, considerando que o processo memorialístico envolve a perspectiva e limites da capacidade de ressignificar. Ou seja, a memória retrata retalhos em perspectiva e, daí, a sua complexidade e pluralidade em recontar essa trajetória (ASSMANN, 2011).

Outro ponto democrático e encantador acerca dos estudos acerca da memória é liberdade de predileções. Ao escolhermos ressignificar a memória do HEMOCENTRO-PB, debruçamo-nos sob uma instituição que talvez não esteja no elenco de espaço patrimonial no sentido clássico, ou seja, o “tema da moda”. O que

assevera a nossa assertiva são os poucos documentos bibliográficos localizados a partir da busca realizada em bases de dados, conforme já apontados na seção metodologia.

A memória, nessa perspectiva, pode ser considerada, segundo Le Goff (1996), um evento humano, portanto, uma “construção social” (THIESEN, 2013, p. 34). Da escolha do que se pretende ressignificar, as fontes selecionadas e como estabelecer a memória de um dado objeto de investigação, aponta para um processo intencional e de reconstrução. A memória, nessa percepção de (re-)construção, envolve a seleção dos documentos e dos estados psíquicos dos sujeitos chamados a colaborar. Nos dois casos para a obtenção dos rastros e vestígios culturais, há aspectos cruciais que os envolvem: a comunicação e a capacidade de compreender e de interpretar as informações coletadas. Outras vivências acumuladas pelos sujeitos ao longo do tempo podem trazer alterações psíquicas, pois nossa mente é dinâmica e interativa e, por isso, as fontes consultadas precisam ser diversificadas e confrontadas para que possamos ter legitimidade na narrativa que propomos.

Na medida em que nós, pesquisadores, ampliamos os horizontes de investigação, rompendo o silêncio e promovendo reconstruções, estamos tornando vivos os “lugares de memória”, que têm amplo sentido, desde objetos físicos os quais podemos tocar, ver, ouvir e sentir aos abstratos, que envolve, neste caso, a representação simbólica e, por isso, é tão presente no estudo da memória social o simbolismo cultural (NORA, 1993). Nessa direção, o termo chave é “fazer sentido”; eleger um “lugar de memória” envolve a capacidade do monumento ou personagem ou evento ou, em nossa investigação, os documentos e a instituição, possibilitar embrionariamente a intenção, nominada segundo Nora (1993) de “memorialista”. Precisa, então, ter sob garantia um repertório simbólico que o envolva de representatividade, melhor explicando, é condição necessária que nos identifiquemos, enquanto coletividade, com os documentos e a instituição estudada. Tem algo no “ente” escolhido que o potencialize como “lugar de memória”, o que Nora (1993) nomina “vontade de memória”. Assim como nem tudo que reluz é ouro, nem tudo (monumento, evento, documento etc) é “lugar de memória”.

Considerando que a “vontade de memória” é algo presente e que pode vir a tornar-se ressignificada por meio das experiências, também possibilita que

percebamos o quão é viva a memória, podendo ser a qualquer tempo rememorada a partir dos sujeitos que a evoquem. No caso do HEMOCENTRO-PB, esse processo acontece por meio da organização do seu arquivo, localizado na capital paraibana, nominado de HEMOCENTRO-PB Coordenador, e as fontes legais, disponíveis no site da AL-PB. Num primeiro momento, reforçamos o forte apelo social de sua relevância como órgão de saúde pública frente à pandemia da COVID-19, que vivenciamos desde 2020 até o presente. Nessa lógica, há na memória a inclusão da representatividade identitária do grupo com o vivido no tempo corrente.

Assim, os “lugares de memória” são espaços, arquivos, objetos, eventos de reconstituição no sentido de possibilitar a evocação de lembranças, consideradas individuais e particulares, a partir do acesso aos atos ou aos registros “organizados”. Tais “lugares” suscitam o reconhecimento de identidades, revelam sentimentos e sensações; tocam os nossos sentidos nos permitindo reconectar e, nessa direção, segundo Assmann (2011), são necessários o mapeamento, o registro, a organização e a preservação. Ao citar a conservação do campo de Auschwitz, na Alemanha, a referida autora justifica que tal existência é indispensável para que seja lembrado as gerações futuras o quão foi terrível o nazismo para a humanidade. Em suma, não é a conservação em si dos “lugares de memória”, sejam materializados ou imaterializados, mas o que esse simbolismo promove por meio do seu reconhecimento, inclusão, pertencimento e identidade.

5 PROJETO HEMODOC: a gestão documental no ciclo do sangue do HEMOCENTRO-PB Coordenador

As instituições públicas e privadas produzem e recebem documentos, o que acabam acumulando uma grande massa documental durante o desenvolvimento de suas atividades. Essa documentação é acondicionada e armazenada, na maioria das vezes, sem nenhuma política arquivística. Com isso, acabam acumulando documentos sem organização adequada, dificultando assim, o acesso e a disseminação da informação, tanto para o usuário externo quanto o interno. Isso acontece devido à falta de política de gestão documental implantada e acompanhada por arquivistas.

Foi diante desse cenário que, em 2018, a coordenadora do Núcleo de Educação Permanente do HEMOCENTRO da Paraíba, à época, com a preocupação da extensa acumulação de documentos no arquivo da unidade HEMOCENTRO Coordenador, localizado em João Pessoa, contatou a coordenação do curso de Arquivologia da UEPB. Nesse sentido, dispôs esse espaço para que fosse organizado o Arquivo Geral do HEMOCENTRO Coordenador, ofertando estágio curricular e/ou implementação de projeto de extensão.

Portanto, foram nessas condições em que surgiu o “HEMODOC: organização do Arquivo do HEMOCENTRO da Paraíba”, visando à organização dos documentos produzidos e/ou recebidos pela instituição, com base nas técnicas e teorias arquivísticas, atendendo as suas necessidades informacionais. Iniciado na cota 2018-2019 do PROBEX-UEPB e com continuidade nas cotas 2019-2020 e 2020-2021, estas duas últimas por meio de adesão ao Programa de Extensão do curso de Arquivologia da UEPB - Seminário de Saberes Arquivísticos: Tecnologia, Inovação e Práticas, e ainda vinculado ao PROBEX-UEPB, a equipe do projeto segue desenvolvendo atividades com vistas à organização deste acervo arquivístico.

Em 2020, com as mudanças impostas em função da pandemia da COVID-19, e seguindo as recomendações internacionais e nacionais da OMS e do Ministério da Saúde do Brasil (MS), o governo do estado da Paraíba publicou normativas legais visando minimizar a propagação do coronavírus. Destacamos o decreto n. 40.122, de 13 de março de 2020, que declara a situação de emergência no estado ante a situação nacional e a declaração da condição de pandemia (PARAÍBA, 2020a) e o decreto n. 40.168, de 04 de abril de 2020, que dispõe sobre “a adoção de medidas sociais temporárias e emergenciais para o combate aos efeitos do COVID-19 de alcance aos municípios e o setor privado estadual” (PARAÍBA, 2020b, online).

Nessa direção, o governo do estado adotou o trabalho remoto para todos os órgãos da administração estadual como política de saúde pública, inclusive o HEMOCENTRO e a UEPB. Nesse contexto, muitas atividades do projeto passaram a ser realizadas à distância, tais como: (1) estudo para elaboração de plano de classificação dos documentos e (2) orientações às servidoras do Arquivo Geral sobre a

ordenação e o acondicionamento dos documentos. Sendo assim, o projeto encaminha-se para o encerramento de suas atividades e contribuições até o final de 2021.

Dentre as ações realizadas no decorrer do projeto, levando em conta as considerações da literatura arquivística, a coleta de dados e o diagnóstico nos possibilitaram obter conhecimento sobre a estrutura interna do HEMOCENTRO-PB Coordenador, suas principais funções e atividades, bem como a produção, tramitação e arquivamento dos documentos nos seus diferentes setores. Sobre os documentos da instituição, identificamos no HEMOCENTRO da Paraíba um acervo composto por arquivos que incluem desde os registros de doadores de sangue até os documentos técnicos e administrativos. A documentação identificada no arquivo tem sua origem nos setores das atividades fim e meio do órgão, permitindo a quantificação e a qualificação dos tipos documentais produzidos e acumulados, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4: Setores das atividades-fim do HEMOCENTRO-PB Coordenador

Nº	Setor	Qtde. tipos documentais
1	Coleta Doador	89
2	Controle de Qualidade	118
3	Consultório Odontológico	02
4	Produção e Distribuição	142
5	DNA	22
6	Estatística	102
7	Gerenciamento de Risco	05
08	Hemonúcleos/Interiorização	50
09	Laboratório Biologia Molecular	64
10	Laboratório Cito hematologia	10
11	Laboratório Imunohematologia	76
12	Laboratório NAT	80
13	Recepção de Pacientes	11
14	Sorologia	99
15	Triagem Clínica	09
Total		879

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em linhas gerais, os setores das atividades-fim têm por funções a captação, o registro, a triagem clínica, a coleta, a triagem laboratorial, o processamento, o armazenamento, a distribuição, o transporte, a transfusão, o controle de qualidade dos

componentes sanguíneos e o descarte de resíduos, o que se denomina por gestão do ciclo do sangue, conforme terminologia da área de Hematologia.

No que diz respeito às atividades-meio, possuem a seguinte configuração, conforme demonstrado no Quadro 5.

Quadro 5: Setores das atividades-meio do HEMOCENTRO- PB Coordenador

N.	Setor	Qtde. tipos documentais
1	Compras	22
2	Direção Geral	30
3	Direção Técnica	15
4	Financeiro	42
5	Recursos Humanos	21
TOTAL		130

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O Quadro 4 permite que percebamos a complexidade e pluralidade dos tipos documentais da atividade-fim do órgão em tela. Já o Quadro 5 nos possibilita esclarecer que os documentos da atividade-meio são comuns a muitos órgãos e dizem respeito ao tratamento dos assuntos administrativos da instituição.

De acordo com Paes (2004, p. 35):

Se o arquivo é o conjunto de documentos recebidos e produzidos por uma entidade, seja ela pública ou privada, no decorrer de suas atividades, claro está que, sem o conhecimento dessa entidade [...] seria bastante difícil compreender e avaliar o verdadeiro significado de sua documentação. O levantamento deve ter início pelo exame dos estatutos, regimento, regulamentos, normas, organogramas e demais documentos constitutivos da instituição mantenedora do arquivo.

Nessa mesma perspectiva, Barboza, Silva e Silva (2020) abordam que o diagnóstico nos arquivos é a primeira etapa da gestão documental, pois possibilita conhecer a situação atual da instituição, suas funções, atividades, estrutura e funcionamento. Assim, com o suporte do diagnóstico, foi possível averiguar falhas e propor alternativas a fim de aplicar parâmetros necessários para organizar o acesso ao volume informacional do arquivo do HEMOCENTRO da Paraíba, colaborando para uma gestão ágil e eficaz.

Após essa etapa inicial, realizamos a análise preliminar de 613 (seiscentas e treze) caixas-arquivo e a identificação de 1.009 (mil e nove) tipologias documentais

(ver Quadros 4 e 5), mas, ao realizarmos a análise documental e, portanto, estabelecermos o controle de vocabulário, detectamos que muitas tipologias documentais se repetem em alguns setores da instituição. Desse modo, o quantitativo dos tipos documentais produzidos/recebidos passou a ser 630 (seiscentos e trinta).

Esse estudo foi fundamental para conhecer a produção documental, servindo inclusive para subsidiar outras etapas *a posteriori* do projeto HEMODOC, a saber: a elaboração do plano de classificação e a ordenação dos documentos. Conforme Bernardes e Delatorre (2008), para implementar a gestão de documentos numa organização, é preciso desempenhar pesquisa e estudo aprofundados sobre a produção documental do órgão produtor, identificando os tipos documentais produzidos, recebidos e acumulados.

Dessa forma, cabe esclarecer dois conceitos fundamentais que auxiliam o arquivista no processo de estabelecimento do controle de vocabulário e de classificação dos documentos, a saber, espécie e tipo documental. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional (2005, p. 85-163),

[a] espécie documental [é a] divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório [...].

[já o] tipo documental [refere-se à] divisão da espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro. São exemplos de tipos documentais cartas precatórias, cartas régias, cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, decretos legislativos, daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras.

Uma vez compreendida essa distinção, no Quadro 6, seguem as espécies documentais identificadas, vinculadas às atividades que representam o ser e fazer da instituição no que tange à gestão do ciclo do sangue.

Quadro 6: Lista com a identificação de 100 (cem) espécies documentais das atividades-fim do arquivo do HEMOCENTRO-PB Coordenador

Acompanhamento	Declaração	Laudo	Projeto
Agendamento	Determinação	Levantamento	Prontuário
Amostra	Devolução	Liberação	Protocolo
Análise	Diário	Lista	Quadro
Ata	E-mail	Livro	Questionário
Atestado	Encaminhamento	Manual	Receita

Autorização	Entrega	Mapa	Recibo
Avaliação	Envio	Memorando	Registro
Aviso	Escala	Norma	Relação
Boletim	Estatística	Nota	Relatório
Cadastro	Estimativa	Notificação	Remessa
Cartão	Estoque	Ofício	Repetição
Certificado	Etiqueta	Orçamento	Resposta
Check list	Evidência	Parecer	Requisição
Coleta	Exame	Pedido	Resolução
Comunicação	Ficha	Permuta	Resultado
Contrato	Folha	Pesquisa	Resumo
Controle	Formulário	Planilha	Rotina
Convênio	Frequência	Plano	Solicitação
Convite	Funcionograma	Portaria	Tabela
Convocação	Guia	Pregão	Termo
Correspondência	Estimativa	Previsão	Teste
Crédito	Hemograma	Procedimento	Validação
Cronograma	Identificação	Processo	Visita
Dados	Indicador	Programação	Voto

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Dentre as tipologias documentais das atividades-fim identificadas, que tratam da gestão do ciclo do sangue, listamos, no Quadro 7, as seguintes:

Quadro 7: Lista com a identificação de tipologias documentais das atividades-fim do arquivo do HEMOCENTRO-PB Coordenador

ATIVIDADE	TIPOLOGIAS
Registro	Ficha do doador Prontuário médico
Triagem Clínica	Termo consentimento de menores de 18 anos (autorização de responsável legal) Termo de consentimento livre e esclarecido Voto de autoexclusão
Coleta	Comunicação de programação de coletas externas à Vigilância Sanitária Identificação dos tubos para exames laboratoriais e das bolsas (código de barras ou etiqueta impressa)
Triagem Laboratorial (execução de exames sorológicos, de biologia molecular e de exames confirmatórios da sorologia, imunohematologia de doadores e pacientes)	Exames sorológicos Mapa de controle de temperatura Notificar os resultados dos exames sorológicos para o processamento (distribuição de hemocomponentes) Planilha de controle de plasmateca ou soroteca Receber as amostras de sangue dos Hemonúcleos, e Hemocentro de Campina Grande quando aplicável Resultados das amostras liberadas, pendentes e bloqueadas pela sorologia Resultados dos testes de triagem laboratorial Teste de confirmação de resultado inicial (2º amostra)

	Testes para infecções transmissíveis pelo sangue
Produção, armazenamento e distribuição ⁶	Controle de temperatura do sangue durante o transporte Normas de liberação de hemocomponentes para hospitais Registro de devolução Registro do recebimento Relação de bolsas transfundidas do hemocentro Requisição de hemocomponentes para transfusão Solicitação de estoque de sangue
Controle de qualidade dos componentes sanguíneos, insumos críticos e processos Avaliação anual dos procedimentos operacionais	Análise dos Resultados - parâmetros avaliados Atestado de conformidade Avaliação de bolsas para Coleta de Sangue Planilha específica de controle de higienização de equipamentos Protocolos de atendimento da rotina hemoterápica Protocolo de Validação de Centrífugas Refrigeradas Normas de procedimentos Proposição de ações preventivas e corretivas
Descarte de resíduos	Normas técnico-sanitárias Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS)

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Dado o volume dos tipos de documentos identificados no arquivo, selecionamos algumas que refletem a relevância da atuação do HEMOCENTRO na sociedade civil e sua vitalidade para a saúde pública, diante da sua responsabilidade de coletar, de processar, de armazenar e de distribuir sangue proveniente do ato de doar para toda a rede hospitalar da Paraíba. Dessa forma, compreende que no acervo do HEMOCENTRO-PB Coordenador, existem informações importantes que são fontes de prova para os procedimentos realizados pelo órgão, de utilidade e de relevância tanto para o doador quanto para a administração.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os dados da pesquisa, que possibilitaram uma breve explanação da trajetória da Hemoterapia no Brasil e no estado da Paraíba, constam lacunas legais da necessária institucionalização dos centros de Hemoterapia da Paraíba, bem como, a partir de Nora (1993) e de Assmann (2011), foi possível convalidar o Arquivo do HEMOCENTRO-PB como “lugar de memória”.

⁶ Procedimento que trata do processamento do sangue total, para a produção de hemocomponentes. Quanto ao armazenamento é temporário até a liberação dos resultados não reagentes/negativo dos testes sorológicos e ácido nucleico viral (NAT). Distribuição de hemocomponentes para o abastecimento da rede hospitalar da Paraíba.



Por meio do projeto HEMODOC, pudemos observar a relevância da aplicabilidade de uma gestão documental arquivística para a organização de acervo documental, por favorecer o controle do fluxo documental e, acima de tudo, cooperar para a recuperação e o acesso à informação.

Para tanto, é oportuno ressaltar que, o acesso às informações das tipologias documentais produzidas e recebidas pelo HEMOCENTRO-PB, no que se refere aos doadores de sangue e de pacientes são restritas, conforme Lei de Acesso à Informação (LAI). Os dispositivos legais regulamentam que as informações pessoais relativa à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem têm o seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção. Contudo, a permissão de acesso só pode ser concedida aos agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem (BRASIL, 2011).

Todavia, Brasil (2011) estabelece que as informações contidas nos documentos poderão ter acesso de terceiros e divulgação, diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa as quais digam respeito. Assim como não é exigido consentimento quando às informações forem necessárias para: a) à prevenção e ao diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico; b) à realização de estatísticas e de pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem; c) ao cumprimento de ordem judicial; d) à defesa de direitos humanos; e) à proteção do interesse público e geral preponderante.

Nesse sentido, verificamos que muitas informações de diagnóstico médico e para a realização de estatísticas e de pesquisas científicas podem ser acessadas conforme os preceitos da legislação vigente, o que está em alinhamento com a missão do HEMOCENTRO-PB. Desse modo, no que diz respeito à prestação dos seus serviços, este órgão possui estimada relevância social nos espectros do ensino e da pesquisa com eficiência e com eficácia. Tais informações são imprescindíveis nas relações entre médico e paciente e, neste caso, a mediação por parte das informações de conteúdos bioquímicos. Podemos asseverar, portanto, que o HEMOCENTRO-PB é um de “lugar

de memória”, permitindo que os seus documentos também sejam categorizados como fontes de informação para os estudos científicos da qualidade do sangue e da coleta de medula óssea, entre outras possibilidades de investigação no escopo da Hemoterapia.

As instituições públicas de saúde, especialmente o HEMOCENTRO da Paraíba, em função da natureza que exercem, produzem enorme número de documentos literalmente vitais. No caso em tela, incluem, desde os registros de doadores de sangue, até os documentos administrativos. Em decorrência desse fato, é fundamental que haja implantação da gestão documental que facilite à disponibilização da informação tanto para o doador, quanto para a administração da instituição e a sociedade. Deste modo, destacamos a necessidade de contratação de arquivistas no quadro permanente do órgão. Constatamos também, por meio da pesquisa realizada, que no arquivo da instituição, existem informações importantes que são fontes de prova para os procedimentos realizados por seus agentes, por isso, sua organização e sua preservação são fundamentais para a perpetuação dessa memória institucional para a atualidade e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. O avanço da pandemia de Covid-19 no mundo e no Brasil no mês de março. **Eco Debate**: site de informações, artigos e notícias socioambientais. Boletim diário, 8 dez. 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/04/01/o-avanco-da-pandemia-de-covid-19-no-mundo-e-no-brasil-no-mes-de-marco-artigo-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 24 jun. 2021.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BARBOZA, V. dos S; SILVA, M. do N.; SILVA, D. E. L. de S. Diagnóstico arquivístico: um relato de experiência na Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX) do Instituto Federal de Sergipe (IFS). **Ágora**, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 255-274, jan./jun. 2020.

BARROS, D. S.; AMÉLIA, D. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr. 2009.



BERNARDES, I. P.; DELATORRE, H. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução n. 34**, de 15 de maio de 2012. Dispõe sobre a adoção das recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. Brasília, D.F.: CONARQ, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-34-de-15-de-maio-de-2012>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 158**, de 4 de fevereiro de 2016. Redefine o regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos. Brasília, D.F.: MS, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) n. 57**, de 16 de dezembro de 2010. Determina o Regulamento Sanitário para Serviços que desenvolvem atividades relacionadas ao ciclo produtivo do sangue humano e componentes e procedimentos transfusionais. Brasília, D.F.: MS, 2010. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/anexo/anexo_res0057_16_12_2010.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) n. 151**, de 21 de agosto de 2001. Aprova o regulamento técnico sobre níveis de complexidade dos serviços de Hemoterapia nacional. Brasília, D.F.: MS, 2001a. Disponível em: <https://cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/16111141-res-rdc-151-2001.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) n. 153**, de 14 de junho de 2004. Determina o Regulamento Técnico para os procedimentos hemoterápicos, incluindo a coleta, o processamento, a testagem, o armazenamento, o transporte, o controle de qualidade e o uso humano de sangue, e seus componentes, obtidos do sangue venoso, do cordão umbilical, da placenta e da medula óssea [revogada pela Portaria n. 158/2016]. Brasília, D.F.: MS, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, D.F.: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Presidência da República. Lei n. 10.205**, de 21 de março de 2001. Regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências. Brasília, D.F.: Presidência da República, 2001b. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110205.htm. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, D.F.: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 02 set. 2021.

CASOS DE CORONAVÍRUS no Brasil em 31 de março: secretarias estaduais de saúde contabilizam 5.812 infectados em todos os estados e 202 mortos. **G1**, São Paulo, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/31/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-31-de-marco.ghtml>. Acesso em: 24 jun. 2021.

FERREIRA, Célia Maria Araújo. Clima organizacional do Hemocentro João Pessoa: enfoque nos farmacêuticos-bioquímicos. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Especializada. **Gestão de Hemocentros**: relatos de práticas desenvolvidas no Brasil. Brasília, D.F.: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/gestao_hemocentros_praticas_brasil.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.

FREITAS, Jayme de. **Doação de sangue como proteção social alternativa**. 2012. 181 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

JUNQUEIRA, Pedro C.; ROSENBLIT, Jacob; HAMERSCHLAK, Nelson. História da Hemoterapia no Brasil. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia**, v. 27, n. 3, set. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-84842005000300013>. Acesso em: 29 jun. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão [*et al.*]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MARTINS, Thalita Soares; NÓBREGA, Juliana Oliveira de Toledo. Segurança transfusional no Brasil: dos primórdios ao NAT. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**: RBAC, Rio de Janeiro, 2018. DOI: 10.21877/2448-3877.201800693. Disponível em: <http://www.rbac.org.br/artigos/seguranca-transfusional-no-brasil-dos-primordios-ao-nat/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

MINAS GERAIS. Fundação Hemominas. **Sangue** - breve história. Belo Horizonte: Fundação Hemominas, 2014. Disponível em: <http://www.hemominas.mg.gov.br/doacao-e-atendimento-ambulatorial/hemoterapia/sangue-breve-historia>. Acesso em: 24 jun. 2021.



NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 26 jul. 2021.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Leis estaduais - busca**. João Pessoa: AL-PB, 2021. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/leis-estaduais>. Acesso em: 26 jun. 2021.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Lei ordinária n. 3.663**, de 24 de agosto de 1971. Autoriza o poder executivo a instituir a Fundação de Saúde do Estado da Paraíba (FUSEP) e dá outras providências. João Pessoa: AL-PB, 1971. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/3125_texto_integral. Acesso em: 2 jul. 2021.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Lei ordinária n. 5.263**, de 18 de abril de 1990. Cria cargos efetivos no quadro permanente da Fundação de Saúde do Estado da Paraíba - FUSEP, e dá outras providências. João Pessoa: AL-PB, 1990. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/4867_texto_integral. Acesso em: 2 jul. 2021.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Lei ordinária n. 5.385**, de 5 de fevereiro de 1991. Cria cargos de provimento em comissão na estrutura da Fundação de Saúde do Estado da Paraíba - FUSEP. João Pessoa: AL-PB, 1991a. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/5003_texto_integral. Acesso em: 26 jun. 2021.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Lei ordinária n. 5.515**, de 28 de novembro de 1991. Denomina de Dr. Antônio Vieira de Queiroga, o Hemocentro da cidade de Campina Grande - PB e dá outras providências João Pessoa: AL-PB, 1991b. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/5150_texto_integra. Acesso em: 26 jun. 2021.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Lei ordinária n. 5.988**, de 6 de dezembro de 1994. Denomina de Dr. Isaias Silva, o Hemocentro da Paraíba, localizado em João Pessoa - PB e dá outras providências. João Pessoa: AL-PB, 1994. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/5677_texto_integral. Acesso em: 26 jun. 2021.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Lei ordinária n. 6.305**, de 2 de julho de 1996. Revoga a Lei n. 5.385/1991. Autoriza o poder executivo a proceder a extinção da Fundação de Saúde do Estado da Paraíba - FUSEP, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba - FAPESQ e da Fundação de Meteorologia, Recursos Hídricos e Sensoriamento Remoto - FUMEP, e dá outras providências. João Pessoa: AL-PB, 1996.



Disponível em:

http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/6031_texto_integral
. Acesso em: 2 jul. 2021.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Lei ordinária n. 6.744**, de 9 de junho de 1999. Denomina de ALBERTO PONTES o Hemocentro da Cidade de Guarabira, neste Estado, e dá outras providências. João Pessoa: AL-PB, 1999a. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/6502_texto_integral
. Acesso em: 26 jun. 2021.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Lei ordinária n. 6.764**, de 28 de junho de 1999. Denomina de Dr. Antônio Américo de Arruda o Prédio do Hemocentro de Campina Grande, neste Estado e dá outras providências. João Pessoa: AL-PB, 1999b. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/6524_texto_integral
. Acesso em: 26 jun. 2021.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Lei ordinária n. 6.765**, de 28 de junho de 1999. Denomina de Dr. Carlos Pires Ferreira, o Hemocentro da cidade de Sousa, neste Estado e dá outras providências. João Pessoa: AL-PB, 1999c. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/6525_texto_integral
. Acesso em: 26 jun. 2021.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Lei ordinária n. 6.772**, de 22 de julho de 1999. Denomina de Dr. Waldemar Pires Ferreira o Hemocentro da cidade de Cajazeiras, neste Estado e dá outras providências. João Pessoa: AL-PB, 1999d. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/6533_texto_integral
. Acesso em: 26 jun. 2021.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Lei ordinária n. 10.332**, de 27 de junho de 2014. Denomina de Médico Leônio Sérgio Souza, o Hemocentro da cidade de Monteiro, neste Estado e dá outras providências. João Pessoa: AL-PB, 2014. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/11514_texto_integral
. Acesso em: 26 jun. 2021.

PARAÍBA. Decreto n. 40.122, de 13 mar. 2020. Declara situação de Emergência no Estado da Paraíba ante ao contexto de decretação de Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo Coronavírus definida pela Organização Mundial de Saúde. **A União** - Diário do Estado da Paraíba, João Pessoa, 14 mar. 2020a. Disponível em: <https://auniaio.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/janeiro/marco/diario-oficial-14-03-2020.pdf/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

PARAÍBA. Decreto n. 40.168, de 03 abr. 2020. Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de regime de trabalho remoto, em razão das medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19

(Novo Coronavírus). **A União** - Diário do Estado da Paraíba, João Pessoa, 4 abr. 2020b. Disponível em: <https://auniaio.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/janeiro/abril/diario-oficial-04-04-2020.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

PARAÍBA. Secretaria da Saúde do Estado. **Hemocentros**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, [2021?]. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/institucional/hemocentros>. Acesso em: 11 jul. 2021.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.





PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ARQUIVOS E EM ARQUIVOLOGIA NO CONTEXTO DA SAÚDE: mapeamento na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação

Rita de Cássia da Silva Gadelha¹ | Rayan Aramís de Brito Feitoza² | Ana Cláudia Cruz Córdula³ | Carla Maria de Almeida⁴

RESUMO

A preocupação com a realidade documental, no contexto da saúde, tem sido um tema constante no campo da Arquivologia brasileira, o que vem promovendo um aumento de publicações em canais de comunicação científica da área. O objetivo desta pesquisa foi de mapear a produção científica sobre arquivos e Arquivologia na área da Saúde na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação, no período de 2011 a julho de 2020. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, e documental, com informações levantadas no ambiente da *web* da Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação e da Plataforma Lattes. Após a coleta das pesquisas indexadas na base de dados, por meio das estratégias de busca, o *corpus* documental compôs-se de 30 artigos científicos que abordam a Arquivologia no contexto da Saúde. Para analisar os dados, foi adotada a técnica de análise de conteúdo. Como resultado, a pesquisa apresentou o número de trabalhos publicados por ano; os(as) autores(as) mais produtivos(as) no período analisado; os periódicos científicos que contemplam os trabalhos identificados mais recorrentes; a representação das palavras-chave que constam nas pesquisas; e as abordagens/objetivos das pesquisas. Considera-se que esta pesquisa poderá contribuir com indicadores e tendências de estudos para o contexto da Arquivologia e suas relações com a área de Saúde e sugere-se que outras pesquisas de produção de conhecimento arquivístico sejam realizadas periodicamente.

Palavras-chave: Produção científica; Saúde; Arquivos; Arquivologia.

SCIENTIFIC PRODUCTION IN ARCHIVES AND ARCHIVES IN THE CONTEXT OF HEALTH: mapping in the Database of Journals in Information Science

ABSTRACT

The concern with the documentary reality, in the context of health, has been a constant theme in the field of Brazilian Archival Science, which has promoted an increase in publications in scientific communication channels in the area. The objective of this research was to map the scientific production on archives and Archival Science in the area of Health in the Database of Journals in Information Science, from 2011 to July 2020. This is a descriptive research, with a quantitative and qualitative, and documentary, with information collected in the web environment of the Database of Journals on Information Science and the Lattes Platform. After

¹ Arquivista | UFPB | arquivista.rita@gmail.com

² Doutorando em Ciência da Informação | UFBA | rayanbritof@gmail.com

³ Doutora em Ciência da Informação | UFPB | accordula@gmail.com

⁴ Doutora em Ciência da Informação | UFPB | carlaa_almeida@hotmail.com



collecting the research indexed in the database, through search strategies, the documentary corpus consisted of 30 scientific articles that address Archival Science in the context of Health. To analyze the data, the technique of content analysis was adopted. As a result, the survey presented the number of works published per year; the most productive authors in the analyzed period; the scientific journals that include the most recurrent identified works; the representation of the keywords that appear in the searches; and research approaches/objectives. It is considered that this research will be able to contribute with indicators and trends of studies for the context of Archival Science and its relations with the area of Health and it is suggested that other researches of production of archival knowledge be carried out periodically.

Keywords: Scientific production; Health; Archives; Archival science.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de se ter um arquivo organizado, em diversos segmentos sociais, tem levado instituições a buscarem profissionais qualificados ou possibilitarem condições de treinamento técnico na área da Arquivologia, uma área que busca potencializar as organizações e a sociedade com profissionais competentes para realizar a gerência documental por meio de funções que viabilizem o acesso à informação e, a depender do contexto do documento, somar com as fontes ou dispositivos de memória e patrimônio de um Estado.

Diversos setores produzem documentos diariamente que são consequências de ações humanas para tomar decisões em diferentes ambientes, entre eles, as unidades de saúde, que cumprem um papel importante na sociedade e cujas informações e documentos são aportes para efeitos positivos no processo de desenvolvimento de trabalho, de acompanhamento de seus pacientes, entre outros.

A Arquivologia, como uma área do conhecimento que se preocupa com as questões de gestão, organização e acesso dos documentos, tem pesquisas relacionadas aos diversos segmentos que visualizam os documentos arquivísticos como um insumo indispensável no cotidiano. Nesse sentido, as pesquisas ou as produções de conhecimento científico na Arquivologia brasileira têm crescido cada vez mais e são publicadas em diversos meios de comunicação científica (MEADOWS, 1999).

Uma das bases de dados que agrega periódicos científicos da Arquivologia, da Ciência da Informação e da Biblioteconomia e possibilita um movimento de acesso aberto à sociedade é a Base de Dados de Periódicos em Ciência

da Informação (BRAPCI), em que podemos encontrar um alto índice de produção de conhecimento arquivístico, mais precisamente, em âmbito nacional.

Nessa perspectiva, é necessário compreender como se caracterizam, configuram-se e como vêm sendo produzidas as pesquisas sobre arquivo e Arquivologia, no contexto das unidades de saúde, ou relacionadas com a área de Saúde. Assim, é pertinente indagar: Como se configura a produção científica sobre o conhecimento arquivístico no âmbito da Saúde na BRAPCI, no período de 2011 a julho de 2020? Para resolver o problema, o objetivo geral desta pesquisa foi de mapear a produção científica sobre arquivos e Arquivologia na área da Saúde na BRAPCI, no período de 2011 a julho de 2020.

Este trabalho poderá contribuir significativamente com as tendências e as evidências da Arquivologia para o campo da Saúde ou para as organizações/unidades de saúde. O que motivou seu desenvolvimento foi a compreensão de que o debate a respeito do papel dos arquivos e da Arquivologia para a sociedade, no contexto dos arquivos médicos, dos prontuários médicos e da gestão eletrônica de documentos nas instituições hospitalares é crucial, sobretudo por causa da atual conjuntura que vivenciamos devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

2 ARQUIVOLOGIA NO BRASIL E A PRODUÇÃO DE SEU CONHECIMENTO CIENTÍFICO: REFLEXÕES

No Brasil, a Arquivologia se desenvolveu devido à necessidade do Arquivo Nacional (AN) de ter uma equipe de colaboradores mais capacitados para atenderem às demandas documentais na primeira metade do Século XX. Porém, as necessidades arquivísticas já eram solicitadas desde a época do Império, no Século XIX, com a criação do AN, na época, chamado de Arquivo Público do Império, com os acervos da Corte portuguesa, que incluíam livros, objetos de arte, mapas, moedas, manuscritos, dentre outros. Devido a isso, o número de acervos aumentou e foi preciso instruir equipes envolvidas para tratarem da documentação em questão, o que suscitou olhares e preocupações para a aquisição e a produção de conhecimento para a constituição da Arquivologia no Brasil.

Em 1922, a Arquivologia começou a apontar com a formação de cursos técnicos para os colaboradores do Arquivo Nacional, quando questões que envolviam o



conhecimento estrutural arquivista e a apreciação profissional tornaram-se uma preocupação na época, como apontam Ferreira e Konrad (2014).

Ramos (2019) refere-se a um olhar mais cuidadoso por parte do AN sobre a formação de arquivistas no Brasil, para que a equipe tenha uma base técnica mais criteriosa, pautada nos conhecimentos produzidos nos países europeus e norte-americanos. Ainda sobre a Arquivologia, Marques (2011) enuncia:

A análise da trajetória da Arquivologia no Brasil demonstrou que a sua formação, como disciplina, foi consequência direta e imediata da necessidade prática de habilitação de profissionais especializados para o tratamento e organização dos arquivos brasileiros, com grande participação do AN e das associações de arquivistas, com destaque para a Associação dos Arquivistas Brasileiro (AAB). (MARQUES, 2011, p. 29).

Nessa perspectiva, a AN contribuiu consideravelmente para uma Arquivologia mais científica, proporcionando a instalação do Curso Permanente de Arquivos (CPA), considerado relevante na esfera educacional.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) define a Arquivologia como uma “disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, na organização, na guarda, na preservação e na utilização dos arquivos. Também chamada arquivística” (BRASIL, 2005, p. 37), destacando assim, uma ciência que tem como objeto de estudo, o arquivo.

A Arquivologia, como área do saber, é um campo científico que tem produzido conhecimentos desde a segunda metade do Século XX no Brasil. Uma das primeiras revistas científicas que tratava sobre os aspectos arquivísticos no país foi a ‘Arquivo & Administração’, pertencente à Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)⁵, que, hoje, não está funcionando.

Nos anos seguintes à criação da Revista “Arquivo & Administração”, a produção do conhecimento da Arquivologia foi ampliada para periódicos categorizados como próprios da área, assim como na Ciência da Informação e na Biblioteconomia. Além dos periódicos, a área promove eventos científicos que

⁵A AAB foi fundada no ano de 1971, como entidade sem fins lucrativos, de caráter técnico, científico, cultural, profissional e de pesquisa, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da área e de seus profissionais e, por meio de seu periódico, disseminar o conhecimento arquivístico.



comunicam pesquisas por meio de anais, como: Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ); Congresso Nacional de Arquivologia (CNA); ISKO-BRASIL; Encontro Nacional de Estudantes (ENEARQ); Encontro de Arquivistas de Instituições do Ensino Superior (ENARQUIFES), além de áreas correlatas, como o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), o Seminário Internacional de Informação para Saúde (SINFORGES) e o Colóquio Internacional a Medicina na Era da Informação (MEDINFOR).

Por meio desses canais de informação científica, a Arquivologia tem crescido exponencialmente, em termos de tendências de pesquisas na área (MEADOWS, 1999). Jardim (2012), ao refletir sobre a produção de conhecimentos na Arquivologia, sugere temas de pesquisas, como: Perfil da atividade arquivística; Usos e usuários da Informação arquivística; Gestão de serviços e instituições arquivísticas; Arquivos privados; Preservação; Documentos digitais; Normalização; Políticas arquivística; A percepção social dos arquivos, da Arquivologia e dos arquivistas; Associativismo; Produção e difusão de conhecimento arquivístico; Docência e docentes em Arquivologia; e Prospectiva arquivística.

Nessa seara, nossa pesquisa se insere no contexto da gestão de serviços da instituição arquivística na área de saúde, numa perspectiva de produção de conhecimento científico, e considera a revelação da produção científica aqui apresentada como importante indicador de estudos de produtividade sobre os arquivos, a Arquivologia e a saúde.

3 ARQUIVO EM UNIDADES DE SAÚDE

No Brasil, as Unidades de Saúde recebem, todos os dias, pacientes com inúmeros problemas de saúde. Por essa razão, é necessário registrar informações pessoais, o que gera documentos médicos de acordo com sua demanda diária. Os documentos produzidos à luz do contexto da saúde são referentes tanto às questões terapêuticas assistenciais quanto “[...] à legislação, à gestão, à padronização, à nutrição, às condições socioeconômicas, ao credo, à educação, às tecnologias, à terminologia, além de outras.” (PINTO; SOARES, 2010, p. 16), que resultam em documentos de espécies diversas, que refletem as atividades-fins e as atividades-meio.

Além de tratar os documentos meramente como informações correntes, é necessário enxergá-los como arquivos que registrem a memória social. Nascimento (2014, p. 66) diz que é necessário “que os arquivos de instituição de saúde deixem de ser vistos como mero instrumento de apoio à administração hospitalar, mas sejam reconhecidos como local de memória social, da ciência e da saúde [...]”. Isso reforça a importância desse arquivo para a comunidade que busca o acesso às informações especificamente clínicas. Embora a instituição gere outros tipos de arquivos documentais, os registros médicos são essenciais para passar informações precisas para os profissionais em determinados casos.

Nessa linha de pensamento, Pereira (2020) explana a importância do arquivo médico para a instituição de saúde, pois ela é

responsável pela guarda e pela preservação do prontuário médico, disponibilizando os prontuários para o serviço de ambulatório e internamento, para acompanhamento nas consultas, cirurgias e clínica médica dos pacientes, (...), pois a informações neles contidas são de importância vital para o paciente e equipe de saúde para tomada de decisões quanto ao tipo de tratamento que deve ser aplicado ao paciente (PEREIRA, 2020, p. 23).

Portanto, o arquivo médico é relevante para as práticas nos setores de Saúde, onde se guardam não só documentos administrativos como também todos os registros históricos dos pacientes que possam ser necessários futuramente, como o prontuário do paciente (convencional ou eletrônico), relatórios, entre outros. Bahia (2016, p. 150) enuncia que os “arquivos médicos são arquivos especializados, com acesso restrito aos usuários internos autorizados para o manuseio do arquivo de prontuário de óbito.” O arquivo de uma unidade de saúde precisa ser tratado com as técnicas arquivísticas específicas e com os agentes envolvidos para atender a essas necessidades.

França (2014, p. 24) considera o prontuário médico como um agrupamento de registros ordenados que tem o propósito de assinalar dados referentes ao paciente, durante todo o procedimento de seu acolhimento no local de saúde, e sua importância como base de estudo através das pesquisas nos diferentes âmbitos de conhecimento. O Conselho Federal de Medicina (CFM), por meio da Resolução nº 1.638/02, tornou obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde e, no art. 1º, define o prontuário médico como

o documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo. (BRASIL, 2002)

Nas definições supracitadas, observa-se que o objetivo dos prontuários médicos é de coletar informações pessoais e médicas dos pacientes, com o máximo de elementos que possam ajudar o indivíduo a resolver suas enfermidades. Na segunda, há mais preocupação em guardar outros registros além do suporte de papel. Lopes (2019 p. 19) refere que “os prontuários são documentos arquivísticos essenciais para uma unidade de saúde”, por isso os registros devem ser feitos completa e detalhadamente, para que, no futuro, não haja problemas entre a Instituição, o médico e o paciente quando a documentação for solicitada para análise.

Ramos (2018) refere que “o prontuário do paciente é um dossiê que contém informações, desde seu registro de admissão até sua baixa por alta, óbito ou transferência para outra unidade hospitalar”. Portanto, as informações sobre os pacientes que são registradas referentes à saúde, salvaguardadas pelos arquivos da entidade hospitalar, são relevantes como princípio de informação sobre a condição de saúde que em que eles se encontram.

Para as instituições de saúde, o prontuário do paciente dá um suporte para os profissionais da área acerca do que pode ser avaliado e interpretado. França (2014 p. 26) afirma que esses prontuários são “fontes primárias de informações para assistência à saúde, ensino, pesquisa e elaboração de políticas de saúde, como também para avaliação da qualidade da assistência médica”. Nesse caso, esses registros podem ser ricos de informações para a sociedade como um documento histórico, pois poderá fornecer dados que, além de ajudar o paciente, tende a avaliar a qualidade do atendimento médico adequado.

Lopes (2019, p. 19) assevera que a função do arquivo hospitalar “é de anotar todo o atendimento relacionado a consultas e a exames do paciente, resguardando-se para pesquisas que poderão acontecer à frente e atender às necessidades administrativas e de usuários que porventura necessitem colher informações seguindo

as normas cabíveis protocoladas”. É importante ressaltar que o arquivo médico deve ter trato arquivístico para garantir a guarda e a preservação, em longo prazo, dos documentos até então criados e recebidos com a melhor qualidade.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de mapear a produção científica sobre o conhecimento arquivístico, no contexto da área de Saúde em uma base de dados brasileira, no período de 2011 a julho de 2020, esta pesquisa se caracteriza como descritiva. De acordo com Sampiere, Collado e Lúcio (2013, p. 102), um estudo descritivo especifica as “propriedades e as características importantes de qualquer fenômeno que se analise”. Nesta pesquisa, descrevemos, com base no mapeamento da produção científica, os autores, a evolução cronológica dos trabalhos, as palavras que mais representam o *corpus* do trabalho e as abordagens/objetivos das pesquisas desenvolvidas nos último dez anos e que estão indexadas na BRAPCI.

A abordagem do problema desta pesquisa se configura como quantitativa e qualitativa – a primeira, por apresentar dados quantificáveis simples, por meio de gráficos e tabelas; e a segunda, por refletir sobre os dados coletados, as abordagens e as palavras-chave que mais representam os trabalhos desenvolvidos e que estão no contexto da Arquivologia e da Saúde.

Este trabalho também se configura como de natureza documental, realizado no âmbito da *web*, porque compreendemos que os artigos identificados na BRAPCI formam um *corpus* documental para análise, extraíndo dados de acordo com as categorias ou variáveis estabelecidas após o processo de coleta dos dados. Não estamos tratando apenas de aspectos conceituais e literários cientificamente, mas também de um conjunto de documentos que potencializam o domínio da saúde na perspectiva de documentos arquivísticos, dos arquivos e da Arquivologia.

Os dados foram coletados na base de dados BRAPCI, um produto desenvolvido no âmbito de um projeto de pesquisa intitulado ‘Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior’⁶

⁶ A Brapci surgiu a partir projeto de pós-doutorado da Professora Leilah Santiago Bufrem, no ano de 1995. O *corpus* da base de dados referenciais é constituído pelos artigos dos periódicos da área de CI publicados desde 1972, que são indexados (BUFREM *et al*, 2010).



e que tem o objetivo de contribuir com estudos e propostas na área da Ciência da Informação. A escolha dessa base se justifica porque reconhecemos que há periódicos ou revistas da área de Arquivologia indexadas nela e uma crescente produção científica sobre os arquivos e a Arquivologia nos periódicos de Ciência da Informação e da Biblioteconomia.

De acordo com o seu portal⁷, em agosto de 2020, a BRAPCI disponibilizou referências e resumos de 19.255 textos publicados em 57 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de Ciência da Informação. Dos periódicos disponíveis, 40 estão ativos, e 17 encerraram suas atividades.

A coleta foi realizada entre os dias 1º e 5 de agosto de 2020, por meio de estratégias de busca de operadores *booleanos*, definidos a partir do objetivo de nossa pesquisa, a saber: 'Arquivo AND Saúde'; 'Arquivologia AND Saúde' e 'Gestão de Documentos AND Saúde', no recorte temporal entre 2011 e julho de 2020. A escolha por esse recorte se justifica pelas limitações de tempo no decorrer da pesquisa e para observar a evolução dos estudos sobre o tema na última década.

Com o termo 'Arquivo AND Saúde', recuperamos 34 artigos e descartamos nove por não estarem dentro do contexto da pesquisa, serem editoriais ou outros tipos de documentos. Portanto restaram 25. Com o termo 'Arquivologia AND Saúde', identificamos 31 artigos e descartamos nove por estarem fora do contexto da pesquisa. Ficaram 22 trabalhos – cinco inéditos e 17 compatíveis com a primeira busca. Por fim, com o termo 'Gestão de Documentos AND Saúde', recuperamos 13 artigos, descartamos quatro por não serem de interesse da pesquisa, e nove foram compatíveis com as duas primeiras buscas.

Após a coleta das pesquisas indexadas na base de dados, por meio das estratégias de busca, o *corpus* documental foi composto de 30 artigos científicos que abordam a Arquivologia no contexto da Saúde, e cujas referências se encontram no anexo I.

Em relação à técnica de análise dos dados, utilizamos a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), por entender que é um procedimento que possibilita a criação de categorias ou variáveis a partir de um conjunto de documentos, enunciados ou dados

⁷ Ver: <https://brapci.inf.br> , acesso: 23 de set.de 2021.



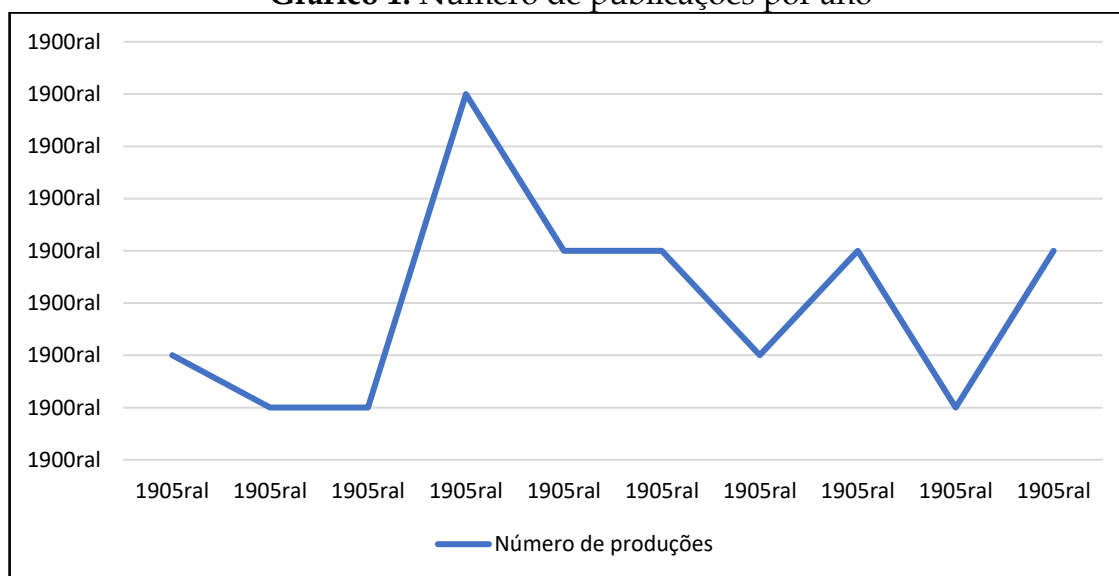
quantitativos ou qualitativos. Para isso, definimos categorias de análises com uma leitura flutuante dos trabalhos recuperados, ou seja, por meio do estabelecimento de categorias *post-facto*. São elas: número de trabalhos publicados por ano; autores(as) mais produtivos(as) no período analisado; periódicos científicos que contemplam os trabalhos identificados mais recorrentes; representação das palavras-chave que constam nas pesquisas; e as abordagens/objetivos das pesquisas.

Para caracterizar os(as) autores(as) mais produtivos(as) em relação à formação acadêmica, foi necessário fazer uma busca no currículo da Plataforma Lattes. Na próxima seção, apresentaremos os resultados da pesquisa.

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentamos os resultados alcançados a partir da identificação de 30 artigos científicos que estão no contexto dos Arquivos, da Arquivologia e da Gestão de documentos na perspectiva da área da Saúde. Conforme foram estabelecidas as categorias, inicialmente apresentamos o número de publicações ocorridas no período de 2011 a julho de 2020, como demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Número de publicações por ano



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme o exposto, em 2011, foram publicados dois artigos científicos que tratam sobre os arquivos ou a Arquivologia na perspectiva da Saúde, o que

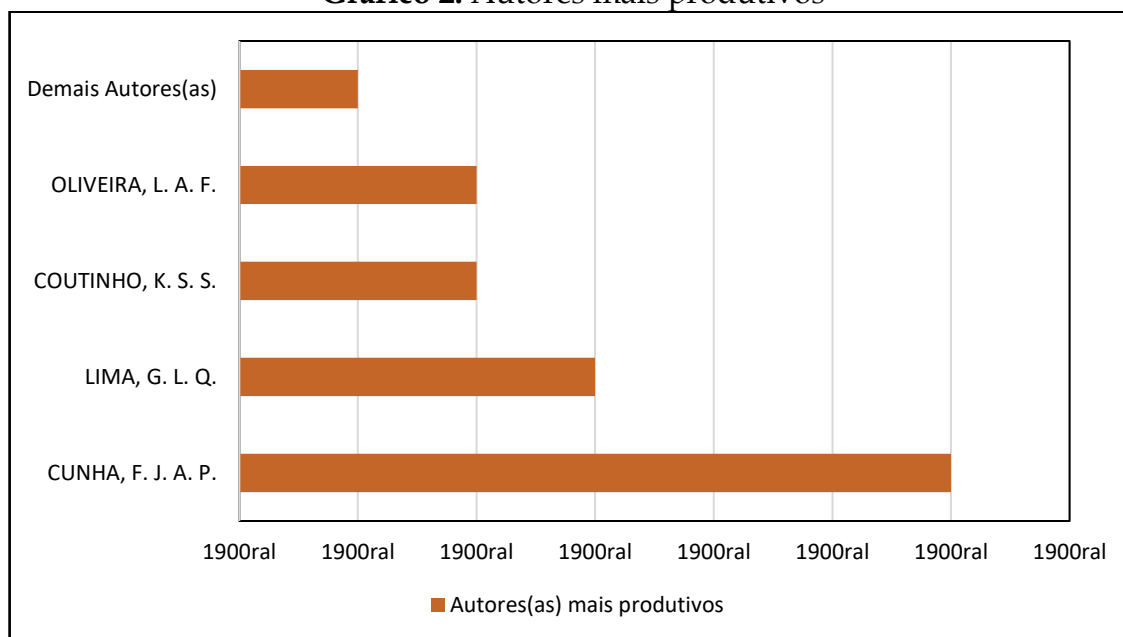
corresponde a 6,67% e, nos anos de 2012, 2013 e 2019, um artigo sobre esse contexto é o que representa o tema na base de dados Brapci, proporção de 3,33%.

O maior número de publicações sobre o tema discutido, de acordo com o Gráfico 1, ocorreu no ano de 2014, com sete artigos científicos, 23,33% do total do *corpus* documental em análise. Com quatro trabalhos publicados nos anos de 2015, 2016, 2018 e 2020 (13,33%), a base apresenta reflexões sobre a Arquivologia e a área de Saúde, por meio de pesquisadores que têm buscado questionar, planejar e pesquisar sobre as contribuições dos arquivos e o papel dos documentos no processo da gestão hospitalar ou da unidade de saúde, além de contribuir com o acesso à informação de usuários pacientes e com pesquisas que revelem a importância da memória social por meio de arquivos em hospitais, centros de saúde, clínicas, entre outros.

Percebemos que estudos e/ou pesquisas no contexto de arquivos médicos e arquivos de instituições de saúde têm sido recorrentes, apesar de um número ainda em crescimento e estável nos últimos anos. Esses estudos na área da Arquivologia são importantes porque, em uma unidade de saúde, especialmente em hospitais, sua principal finalidade é de garantir a existência do histórico documentado de um tratamento pleno ao paciente, para que seja possível uma consulta posterior em virtude de seu tratamento em geral ou para processos administrativos. Nesse contexto, arquivos com prontuários médicos, eletrônicos ou não, precisam ser organizados, para facilitar o processo de buscas rotineiras ou emergenciais de seus usuários (paciente) para o corpo clínico, a administração hospitalar e a sociedade (SILVA, 2019).

O Gráfico 2, a seguir, apresenta os autores mais produtivos sobre arquivo hospitalar, documentos arquivísticos na área de saúde, prontuário do paciente, prontuário eletrônico do paciente, arquivos médicos, temas que confluem as áreas de Arquivologia e de Saúde, no recorte temporal de 2011 a julho de 2020). O total de autores(as) e coautores(as) identificados nos artigos foi de 52 pessoas que são caracterizadas como alunos(as), pesquisadores(as), mestrandos(as), doutorandos(as) e profissionais da área de Saúde.

Gráfico 2: Autores mais produtivos



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

O Gráfico 2 apresenta os(as) quatro autores(as)/coautores(as) mais produtivos(as) nos artigos em análise, sendo que 48 publicaram uma única vez e são classificados como ‘demais autores(as)’. O autor com mais produções acadêmicas científicas sobre o domínio da saúde na Arquivologia é Francisco José Aragão Pedroza Cunha, com seis artigos. Com coautoria em três trabalhos, Gillian Leandro de Queiroga Lima é o segundo mais produtivo neste *corpus* documental. A pesquisadora Karine Silvana de Souza Coutinho é autora de dois estudos, enquanto Louise Anunciação Fonseca de Oliveira tem autoria e coautoria em dois trabalhos. Ambas ocupam a terceira posição de produtividade no tema analisado e no recorte temporal delimitado.

Francisco José Aragão Pedroza Cunha é Doutor em Difusão do Conhecimento pelo Programa de Pós-graduação Multi-institucional e Multidisciplinar da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica do Salvador; Mestre em Ciência da Informação pela UFBA; Professor Adjunto do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da UFBA; Professor permanente dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFBA e do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento

(DMMDC) da Faculdade de Educação da UFBA; pesquisador dos temas arquivística, gestão de documentos, gestão da informação, gestão do conhecimento, gestão cultural, gestão hospitalar, sistemas de informação, ensino e aprendizagem e comunicação organizacional, Ciência da Informação, saúde coletiva, redes sociais, inovação tecnológica, economia da inovação, sistemas de representação do conhecimento e políticas de informação.

Gillian Leandro de Queiroga Lima é Doutor pelo DMMDC/UFBA; Bacharel em Arquivologia pela UFBA; Pós-graduado no MBA em Gestão da Informação da Universidade Salvador (UNIFACS); Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto de Ciência da Informação da UFBA; Professor Adjunto da UFBA e Chefe do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais (DFPI) do Instituto de Ciência da Informação da UFBA; integra o Grupo Temático Informação, Saúde e População da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (GTISP/Abrasco) e o Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (GEPICC); tem experiência em pesquisas na área de teorias arquivísticas, informações em saúde, gestão de arquivos e serviços arquivísticos, gestão de documentos e organização de arquivos.

Karine Silvana de Souza Coutinho é graduada em Secretariado Executivo pela Universidade do Sul de Santa Catarina; atualmente é técnica administrativa da vigésima Gerência Regional de Saúde; é experiente na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização de Arquivos, e atua, principalmente, nos temas gestão documental e arquivística.

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira é doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF); mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduada em Relações Públicas pela Universidade Católica do Salvador e em Arquivologia pela UFBA; é especialista em Gestão da Comunicação Organizacional Integrada pela UFBA; arquivista da Escola Politécnica da UFBA; e membro do Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI, UFBA, CNPq), do Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (GEPICC, UFBA,

CNPq) e do Grupo Documentos Digitais: Gestão, Preservação, Acesso e Transparência Ativa (Ged/A, UFF, CNPq).

Percebemos que os(as) autores(as) mais produtivos(as) em relação ao tema ‘Arquivos na área de Saúde’ são professores e pesquisadores doutores, arquivista, pós-graduanda e especialistas que se interessam pela pesquisa nesse domínio.

Na Tabela 1, a seguir, apresentam-se as revistas ou periódicos mais recorrentes na BRAPCI, que publicaram os artigos com o tema em análise.

Tabela 1: Periódicos científicos

Periódicos Científicos	Quantidade	Frequência
Ágora: Arquivologia em debate	9	30%
Acervo - Revista do Arquivo Nacional	3	10%
Archeion Online	3	10%
BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	3	10%
Informação Arquivística	3	10%
Informação em Pauta	2	6,75%
Ponto de Acesso	2	6,75%
Revista Analisando em Ciência da Informação	1	3,3%
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	1	3,3%
Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	1	3,3%
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	1	3,3%
Prisma.com (Portugal)	1	3,3%
Totais	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Indexados na base de dados BRAPCI, os periódicos que contemplam, em seus mais variados números e edições, artigos que tratam da Arquivologia e da Saúde são expostos na Tabela 1. A ‘Revista Ágora: Arquivologia em debate’ da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresenta o maior número de publicações no período de 2011 a julho de 2020, com nove pesquisas científicas sobre o tema (30%).

As revistas ‘Acervo – Revista do Arquivo Nacional’, ‘Archeion Online’, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ‘BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação’, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e ‘Informação Arquivística’, da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, somam três artigos científicos, o que equivale a 10%, cada uma, no recorte temporal

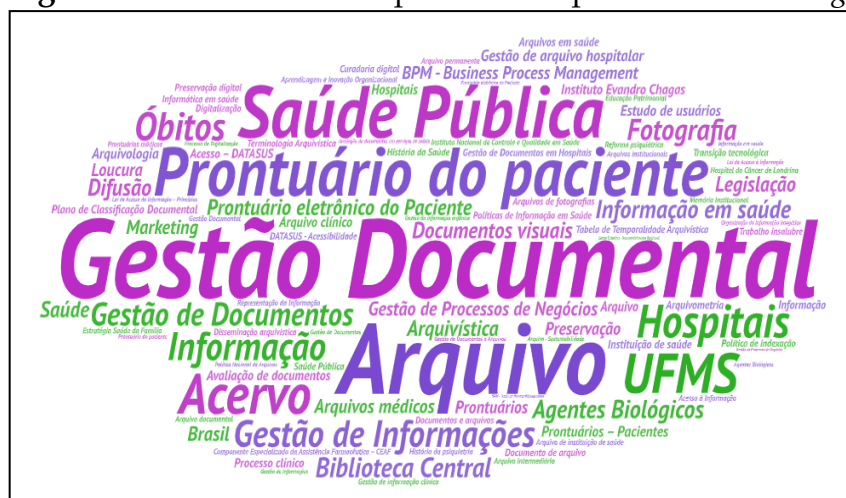
desta pesquisa. 'Informação em Pauta' e 'Ponto de Acesso', revistas vinculadas à Universidade Federal do Ceará (UFC) e à Universidade Federal da Bahia (UFBA), respectivamente, agregaram dois artigos (6,75%) durante os últimos dez anos.

As revistas 'Analisando em Ciência da Informação', 'Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação', 'Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação', 'Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde' e 'Prisma.com' apresentam um trabalho científico sobre o contexto da saúde na Arquivologia e nos arquivos e representam apenas 3,3%.

Percebemos que o *corpus* documental analisado é formado de pesquisas que são oriundas de publicações em periódicos das áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia e que a comunicação científica realizada por esses canais de comunicação da ciência em torno da comunidade científica é fundamental para solidificar um campo ou área do conhecimento (MEADOWS, 1999). Nesse sentido, as pesquisas que envolvem a Arquivologia numa relação com a área da Saúde são relevantes para a construção do conhecimento arquivístico e suas diversas possibilidades.

Os 30 artigos encontrados na base de dados BRAPCI apresentam 133 palavras-chave como termos representativos dos conteúdos abordados nas pesquisas. A Figura 1 apresenta uma nuvem de *tags*, elaborada no *Word Art*⁸, a partir da recorrência de palavras.

Figura 1: Palavras-chave representadas pela Nuvem de *Tags*



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da pesquisa (2020)

⁸ Disponível em: <https://wordart.com/>



Como pode ser observado, as *Tags* 'Gestão Documental' e 'Arquivo' representam a maior parte dos conteúdos dessas pesquisas no contexto da saúde. Podemos levar em consideração que as pesquisas contemplam os documentos, as funções arquivísticas na gestão de documentos e os arquivos no contexto da unidade de saúde.

As palavras que retratam os documentos sobre a área de saúde foram prontuários médicos, prontuário eletrônico do paciente, informação em saúde, gestão de arquivo hospitalar, arquivos em saúde, arquivos clínicos e arquivos médicos. Isso vai ao encontro do pensamento de Silva (2019) sobre os arquivos de Unidades de Saúde ou, como também podem ser chamados, arquivos médicos, prontuário do paciente, prontuário médico, ou melhor, os fornecidos e acumulados na execução das atividades dos profissionais da Saúde que apoiam informações sobre os pacientes e a comunidade.

Partindo das palavras-chave, apresentamos, no Quadro 1, as abordagens ou objetivos das pesquisas que foram identificadas na base de dados BRAPCI.

Quadro 1: Abordagens/Objetivos dos artigos encontrados

Autores(as)	Abordagem/Objetivos
Arabidian e Constante (2011)	Apresenta um estudo dos agentes biológicos no acervo da área da saúde da Biblioteca Central da UFSM. Por meio deste, procurou-se ressaltar a importância da conservação documental, uma vez que pode ser considerada uma das funções fundamentais para a preservação dos acervos de bibliotecas e arquivos.
Cé e Pedrazzi (2011)	Baseado na Monografia de pós-graduação defendida em 2010, no Curso de Gestão em Arquivos da UFSM, cujo título é "Estudo de usuários: recurso para a difusão do arquivo da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre". O artigo demonstra o perfil e as necessidades dos usuários do mencionado arquivo a partir da pesquisa realizada, possibilitando, planejar ações de difusão de modo a disponibilizar as informações arquivísticas de forma eficiente e eficaz, buscando melhorar a qualidade do atendimento e a satisfação dos usuários.
Lunardelli e Tonello (2012)	Apresenta uma proposta de organização e mais especificamente de representação de fotografias relativas às instituições voltadas à área da saúde, enfatizando aquelas fotos, as quais, de algum modo, estão relacionadas ao Hospital do Câncer de Londrina.

Gambi, Ferreira e Galvão (2013)	Analisa o processo da informatização do prontuário do paciente e verificar o seu impacto para os profissionais que trabalham em um arquivo de instituição de saúde.
Balan (2014)	Busca potencializar o uso da informação arquivística, no Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde, através de uma nova abordagem para o tratamento de seu acervo, descolando-se do foco de armazenamento e acesso, adotado até então, para o pressuposto de gestão estratégica e uso “útil”, com vistas à implantação de um projeto piloto para o arquivo do Instituto.
Cunha (2014)	Apresenta uma pesquisa em desenvolvimento que defende os documentos como mecanismo de difusão de conhecimentos gerenciais entre os sistemas e redes de atenção à saúde. Conhecimento e inovação são fenômenos de ordem, desordem e organização nesta Era de redes telemáticas.
Gonçalves e David (2014)	Apresenta um estudo de reutilização da informação clínica realizado no Centro Hospitalar de São João (CHSJ) no sentido de apoiar a tomada de decisão relativa à gestão de informação do Arquivo Clínico, fundamentando uma estratégia de integração no PCE de registros clínicos em papel dos atuais doentes do CHSJ, com base nas necessidades de acesso à informação.
Oliveira e Cunha (2014)	Revela parte dos resultados preliminares de uma pesquisa sobre gestão de documentos em serviços de saúde e destaca a importância das Comissões de Avaliação de Documentos e de Revisão de Prontuários do Paciente nessas organizações. Essas comissões deliberam as diretrizes para a preservação dos documentos e dos respectivos conjuntos de documentos que contenham valor secundário e sejam capazes de cumprir a missão principal desses serviços: promoção, prevenção e assistência à saúde.
Romeiro, Nascimento e Andrade (2014)	Apresenta os resultados do estudo de caso que teve como objetivo identificar quais os tópicos necessários para avaliar a implantação de sistemas de gestão de documentos e arquivos. Foi utilizado como estudo de caso o sistema da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP/Fiocruz.
Vieira e Silva (2014)	Traz o relato de uma iniciativa de educação patrimonial do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz: a publicação de um livro ilustrado voltado para o público infanto-juvenil, resultado de uma metodologia de trabalho multidisciplinar e fortemente alicerçada sobre a pesquisa bibliográfica e documental, na qual se pretende retratar a história da saúde pública no Brasil através do vasto acervo documental sob guarda dessa instituição arquivística.
Zilli Júnior e Pinto (2014)	Mensura e apresenta uma metodologia das etapas do processo de digitalização dos prontuários dos pacientes. Desta forma, algumas novas atividades no meio arquivístico foram desenvolvidas para esta inserção, como a mensuração dos processos existentes e a quantificação das gestões e fluxos informacionais.

Coutinho (2015)	Demonstra os benefícios das práticas arquivísticas quando o fluxo documental é submetido ao tratamento da informação. É possível o estabelecimento do fluxo de gestão documental na SES a partir dos trabalhos juntos aos Arquivos Setoriais. Neste caso, refere-se ao setor de Farmácia da 20ª Gerência Regional de Saúde.
Cruz (2015)	Questiona o prazo de 20 anos, estabelecido pela resolução 1821/2007 do Conselho Federal de Medicina (CFM), para a guarda do Prontuário de Pacientes (PP). Defende-se a ideia de que o PP apresenta valor secundário e é de interesse público e social, sendo assim, deve ser tratado como documentação de guarda permanente.
Cunha, Oliveira e Lima (2015)	Foca na importância da avaliação de documentos na gestão de documentos de hospitais com termo de adesão a uma rede de aprendizagem e inovação em gestão hospitalar.
Leite e Sousa (2015)	A informação é um produto que subsidia a tomada de decisão nas diversas áreas do conhecimento, dentre elas a da saúde, sobretudo aquela que está registrada em prontuários médicos. Nesse sentido, analisa a organização e o funcionamento do arquivo de prontuários de uma Unidade de Saúde da Família na cidade de João Pessoa.
Bahia (2016)	Relata aspectos didáticos da disciplina Documentação em Unidades de Saúde ministradas no Curso de Graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Santa Catarina. Apresenta como são abordadas a legislação da documentação em unidade de saúde, a tipologia documental, a gestão documental em unidades de saúde e a ética em pesquisa em saúde na formação do profissional arquivista.
França, Souza e Chaves (2016)	Apresenta um contraponto terminológico e conceitual às afirmações de Galvão, Ferreira e Ricarte (2014), em seu texto "Usuários de informação sobre saúde", quando esses afirmam que prontuários do paciente são informações que "podem ser caracterizadas" de modo arquivístico e, ainda mais, inserem tais documentos no contexto de "coleção de informação". Apesar da contribuição dos autores para a ciência médica, este trabalho argumenta, arquivisticamente, a importância da coerência terminológica e as implicações práticas destoantes diante de possíveis desvios conceituais no tocante a documentos de arquivo - caso dos prontuários de paciente.
Santos, Lima e Cunha (2016)	Apresenta uma discussão sobre a eficácia do direito de acesso às informações orgânicas em Saúde, valendo-se de aprofundamentos teóricos e pesquisa de levantamento para embasamento da temática.
Silva (2016)	Temas de pesquisas consolidadas na área de saúde como: os riscos ambientais (químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e de acidente) e a informação em saúde, entendida como aquela que capacita para o trabalho laboral mediante uma ação pautada no conhecimento dos riscos que o ambiente oferece, foram abordados na perspectiva do profissional arquivista por entendermos que seu ambiente de trabalho, os Arquivos, está

	posto nas mais diferentes instituições, da indústria ao hospital, ou seja, cada empresa e organização possuem seu próprio Arquivo. Para tanto, realiza uma revisão de literatura que visou caracterizar as doenças as quais os arquivistas estão expostos no ambiente de trabalho.
Assad (2017)	Busca discutir o tratamento de acervos fotográficos a partir de uma metodologia arquivística, por meio da análise das fotografias do acervo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo produzidas em sua maioria entre 1923 e 1970, custodiados pelo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas.
Pinto e Sales (2017)	Estuda a literatura referente à preservação e à curadoria digital, com ênfase no padrão OAIS, considerando a possibilidade de sua aplicação para o desenvolvimento de um Repositório Digital de Prontuários Eletrônicos de Paciente, observando-se o ordenamento jurídico concernente a esse tipo de documento.
Aganette, Teixeira e Aganette (2018)	Relata uma iniciativa na área de gestão de processos organizacionais em uma instituição do setor de saúde pública. Retrata a importância estratégica da gestão dos processos, pontuando como os fluxos de atividades e das informações recebidas/geradas trarão benefícios financeiros, otimização dos processos e competitividade.
Farias Neto, Lima e Cunha (2018)	Identifica termos no 2º Plano Diretor para o Desenvolvimento da Informação e Tecnologia de Informação em Saúde (2º PlaDITIS) e relacioná-los com a Gestão de Documentos (GD). Parte dos pressupostos de que os arquivos são mecanismos de transferência de informação com potencial para propiciar inovações nos serviços, e que diretrizes da GD se aplicam nas Políticas de Informação em Saúde.
Fujita e Rodriguez (2018)	Propõe uma abordagem sobre as relações existentes entre as políticas de gestão documental e de indexação com o objetivo de refletir sobre a aplicabilidade da elaboração e implementação da política de indexação no âmbito das instituições de saúde pública no Brasil. O desenvolvimento da proposta de política de indexação aplicada a arquivos de instituições de saúde revela inovação do ponto de vista sistêmico à rede nacional de saúde e a necessidade de desenvolvimento de metodologias de representação da informação dentro de uma política estabelecida em consonância com as necessidades de recuperação informacional da organização.
Ribeiro, Lamb e Mascarenhas (2018)	Debate a consolidação do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS), cujo acervo está relacionado à história da psiquiatria e dos saberes médico-psicológicos.
Santos, Vitoriano e Damian (2019)	O prontuário do paciente é um importante elemento do sistema de informação, produz e disponibiliza diariamente uma grande quantidade de informação que representa a trajetória de vida relativa à saúde de inúmeras pessoas. Diante disso, apresenta conceituações de gestão da informação orgânica e de gestão documental e enfatizar sua importância no contexto do prontuário do paciente.

Britto e Corradi (2020)	Apresenta as ações desempenhadas na elaboração do Manual de Gestão dos documentos finalísticos do Instituto Evandro Chagas - IEC. Em 2013, durante o período de estruturação do Setor de Arquivo - SEARQ, percebeu-se a necessidade de tratar arquivisticamente os documentos produzidos e recebidos pelo Instituto, porém o mesmo não contava com um Manual de Gestão que contemplasse o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade referente aos seus documentos finalísticos.
Coutinho (2020)	Apresenta a avaliação dos impactos sustentáveis pelo viés da gestão documental nas unidades de saúde de Santa Catarina. Enfatiza a necessidade de planejamento das ações que contemplem a capacitação dos técnicos para o uso efetivo dos sistemas de informações em saúde e a tabela de temporalidade de documentos no contexto regional. Descreve os serviços arquivísticos terceirizados no Estado de Santa Catarina. Destaca as relações entre a arquivística e a saúde ocupacional, ambiental e epidemiológica. Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD. Faz a revisão da Tabela de Temporalidade de Documentos do Laboratório Central-LACEN. Fragmenta documentos não arquivísticos para a ensaio de eliminação oficial de documentos. Apresenta o Levantamento da Massa Documental Acumulada - LMDA das Gerências Regionais de Saúde de Tubarão, Lages e Joaçaba.
Farias Neto e Cunha (2020)	Investiga indícios dos princípios da Lei de Acesso à Informação (LAI) no portal do Departamento de Informática do SUS (DataSUS) e a relação destes com a função da disseminação da informação arquivística. O objetivo do estudo é analisar a conformidade do portal do DataSUS em relação aos princípios da LAI.
Souza e Bernardino (2020)	Discute as informações sobre a memória institucional do curso de medicina da UFPB entre os anos de 1952-1954 contidas no livro de Ata do Conselho Técnico Administrativo (CTA) do CCS. O objetivo geral é analisar as informações sobre memória institucional do Curso de Medicina da UFPB, entre os anos de 1952-1954, presentes no Arquivo do CCS.

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

As abordagens/objetivos apresentadas no Quadro 1 se referem aos enfoques em que as pesquisas são caracterizadas neste *corpus* documental. Existem pesquisas, no início da década em análise, que focam os aspectos técnicos da Arquivologia em setores que viabilizam a documentação no contexto educacional, mas que têm suas configurações na saúde, como o estudo de Cé e Pedrazzi (2011) e Arabidian e Constante (2011), na UFMS, e o de Romeiro, Nascimento e Andrade (2014) sobre o sistema da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP/Fiocruz.

Há pesquisas voltadas para as funções arquivísticas em instituições de saúde, como a de Gambi, Ferreira e Galvão (2013), que investigaram o processo de informatização do prontuário do paciente e seu impacto para os profissionais que trabalham em um arquivo de instituição de saúde, e a de Cunha, Oliveira e Lima (2015), sobre a importância de avaliar documentos na gestão de documentos de hospitais com termo de adesão a uma rede de aprendizagem e inovação em gestão hospitalar.

Nos aspectos políticos, destacamos o estudo de Fujita e Rodriguez (2018), que propõem uma abordagem sobre as relações existentes entre as políticas de gestão documental e de indexação, com o objetivo de refletir sobre a aplicabilidade da elaboração e da implementação da política de indexação no âmbito das instituições de saúde pública no Brasil; o de Bahia (2016), que aborda a legislação da documentação em unidade de saúde, a tipologia documental, a gestão documental em unidades de saúde e a ética em pesquisa em saúde na formação do profissional arquivista, e o de Farias Neto e Cunha (2020), que investigaram os princípios da Lei de Acesso à Informação (LAI) no portal do Departamento de Informática do SUS (DataSUS) e a relação deles com a disseminação da informação arquivística.

Numa referência aos aspectos políticos, legislativos, de governança e de gestão de documentos, temos o estudo de Cruz (2015), ao questionar sobre o prazo de 20 anos, estabelecido pela Resolução nº 1821/2007 do CFM, para guardar o Prontuário de Pacientes (PP).

Numa perspectiva tecnológica e sistemática, apresentamos o trabalho de Farias Neto, Cunha e Lima (2018), que identificaram termos no 2º Plano Diretor para o Desenvolvimento da Informação e Tecnologia de Informação em Saúde (2º PlaDITIS) e relacioná-los com a Gestão de Documentos (GD); e o de Pinto e Sales (2017) sobre a preservação e a curadoria digital, com ênfase no padrão OAIS, considerando a possibilidade de ser aplicado para criar um Repositório Digital de Prontuários Eletrônicos de Paciente.

De maneira geral, existem diversos estudos pautados na Arquivologia e na área de Saúde que podem ser compreendidos como categorias representadas no *corpus* documental identificado e analisado, como: estudos de campo em instituições de

saúde; aspectos que envolvem as contribuições das funções arquivísticas na gestão e na organização da informação hospitalar e às suas Unidades; aspectos políticos, legislativos, de governança e de gestão documental; aspectos tecnológicos e sistemáticos, além de estudos de caráter conceitual que circundam em uma exploração entre os procedimentos de arquivos e da Arquivologia com o contexto que envolvem a saúde na sociedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa mapeou a produção científica sobre o conhecimento arquivístico, no contexto da área de Saúde na BRAPCI, no período de 2011 a julho de 2020, com o intuito de contribuir com a Arquivologia como campo científico e subsídio para os processos documentais e informacionais nas instituições de saúde.

Realizamos uma revisão de literatura sobre a Arquivologia, sua produção de conhecimento científico, com uma breve reflexão, e os aspectos conceituais dos arquivos e sua importância para instituições como: hospitais, clínicas, centros de pesquisas de saúde, entre outras.

Em um levantamento realizado na BRAPCI, no período de 2011 a julho de 2020, encontramos 30 artigos científicos, cujo maior quantitativo foi publicado no ano de 2014, embora tenham sido encontrados trabalhos sobre o tema nos nove anos levantados. Identificamos os(as) autores(as) mais produtivos(as) sobre o tema e percebemos que quatro se destacam na produção desses artigos: dois professores doutores, uma doutoranda e uma especialista, cujas formações são relacionadas ao campo da Arquivologia.

Quanto aos periódicos, a Revista de Arquivologia 'Ágora: Arquivologia em Debate' da UFSC concentra o maior número de trabalhos - 30% (nove artigos). Quanto às palavras-chave que representam os conteúdos dos artigos, verificamos que os termos gestão documental, arquivos, prontuário do paciente e saúde pública são os mais recorrentes.

No que se refere às abordagens e às características dos estudos pautados nos objetivos dos artigos, compreendemos que têm como enfoque os seguintes aspectos: os estudos de campo em instituições de saúde; as contribuições das funções

arquivísticas na gestão e na organização da informação hospitalar e suas Unidades; aspectos políticos, legislativos, de governança e de gestão documental, tecnológicos e sistemáticos; além de estudos de caráter conceitual que circundam em uma exploração entre procedimentos de arquivos e da Arquivologia e a área da Saúde.

Consideramos que esta pesquisa poderá contribuir com indicadores e tendências de estudos no contexto da Arquivologia e suas relações com áreas e unidades hospitalares, médicas, entre outras, e sugerimos que outras pesquisas de produção de conhecimentos arquivísticos sejam realizadas periodicamente.

REFERÊNCIAS

BAHIA, E. M. S. B. Conhecimento, inovação e documentação em Unidades de Saúde. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 30, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/6293>. Acesso em: 30 jul. de 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BUFREM, Leilah Santiago *et al.* Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/DHV9RQMtPKMrRRrdDMzMVvh/?lang=pt&format=pdf> Acesso: 27 de set. de 2021.

BRASIL. Resolução nº. 1.638 de 10 de julho de 2002. Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde. **Conselho Federal de Medicina**. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2002/1638>. Acesso em: 31 de jul. de 2021.

BRASIL, Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

FERREIRA, R. C.; KONRAD, G. V. R. O ensino de Arquivologia no Brasil: o caso dos cursos de Arquivologia do RS. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v.28, n.3. Edição Especial. 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5358>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FRANÇA, P. Z. P. **Reestruturação do serviço de arquivo médico e estatística do Centro Municipal de Referência em Saúde Leonard Mozart da Prefeitura Municipal de Cabedelo**. João Pessoa, 2014. 58f. (Curso de Graduação) –



Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – 5 reimpr. São Paulo: ed. Atlas, 2012. 200 p.

LOPES, E. C. A. **Lei de Acesso à Informação: um olhar para os arquivos hospitalares**. João Pessoa, 2019, 28f. (Curso de Graduação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/arqv/contents/documentos/242EricaCristinaAguiarLopes.pdf>. Acesso em: 31 de jul. de 2020.

MARQUES, A. A. C. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8730>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

NASCIMENTO, F. J. T. do. **O acesso nos arquivos de instituições de saúde: entre o direito à informação e o direito à privacidade**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional) em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11819/O%20acesso%20nos%20arquivos%20de%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20sa%C3%BAde.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 de jul. de 2021.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out/2004. Informações disponíveis em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7649>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PEREIRA, Í. J. S. **Arquivos e prontuários médicos: análise sobre a aplicação da gestão documental nos arquivos e prontuários médicos**. 2018, 39f. Monografia (Graduação em Arquivologia) Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/arqv/contents/documentos/248ItaloJosedeSouzaPEreira.pdf> Acesso em: 30 de jul. de 2021.

PINTO, V. B.; SOARES, M. E. (Org.). **Informação para área da saúde: prontuário do paciente, ontologia de imagem, terminologia, legislação e gerenciamento eletrônico de documentos**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

RAMOS, R. O. A preservação da memória da saúde na Gestão Documental dos arquivos hospitalares. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 2, p. 1-13, 21 ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/13671>. Acesso em: 31 de jul. 2021.



RAMOS, A. F. B. **Arquivologia como segunda graduação: olhares e inquietações**. João Pessoa, 2019. 27 f. Monografia (Graduação em Arquivologia) Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, 2019. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/arqv/contents/documentos/239ArthurFelipeBenevidesRamos.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

REIS, L. O arquivo e a arquivística: evolução histórica. **Biblios**, Perú, v. 7, n. 24, abr.-jun. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/161/16172402.pdf>. Acesso em 14 fev. 2020.

RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/449>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SAMPIERE, R. F.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia da pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, J. B. **Comportamento do usuário na busca por informação em prontuários médico: estudo de caso dos acadêmicos da área da saúde do Hospital Universitário de Sergipe - HU**. 2019, 77 fls. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) -Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

TANUS, G. F. S.; ARAÚJO, C. A. Á. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 18, n. 37, 83-102. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/27332>. Acesso em: 15 abr. 2021.



PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR: estudo bibliométrico entre a Arquivologia e a Ciência da Informação

Jefferson Higino da Silva¹ | Wellington da Silva Gomes² | Rebeca de Oliveira Patrício³

RESUMO

Apesar de existirem discussões que projetam inter-relações da Arquivologia com a Ciência da Informação, por meio do elo informação, ainda é necessário observar e acompanhar o processo de diálogo entre essas duas áreas no quesito interdisciplinar. Objetivou-se analisar produções científicas que tratam da temática "Interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação". Para isso utilizou-se os princípios bibliométricos na finalidade de medir os índices de produção e de disseminação do conhecimento, por meio das publicações científicas da Base de dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Trata-se também de um estudo descritivo, já que os fatos observados foram registrados e especificados. Os resultados apresentam vários indicadores recuperados por meio de descritores, considerando leis e princípios bibliométricos. Em destaque, as publicações científicas, a produtividade dos autores, a frequência de palavras e das datas de publicações. Além disso, nota-se que nos últimos anos têm se aumentado as produções no tocante a interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, sendo um campo fértil ainda para se explorar.

Palavras-chave: Arquivologia; Bibliometria; Ciência da Informação; Interdisciplinaridade.

INTERDISCIPLINARY PERSPECTIVE: bibliometric study between Archivology and Information Science

ABSTRACT

Although there are discussions that project the interrelationships of Archival Science with Information Science, through the information link, it is still necessary to observe and monitor the process of dialogue between these two areas in the interdisciplinary aspect. The objective was to analyze scientific productions that deal with the theme of "Interdisciplinarity between Archives and Information Science". For this, bibliometric principles were used in order to measure the production and dissemination indices of knowledge, through scientific publications in the Reference Database of Journal Articles in Information Science (BRAPCI). It is also a descriptive study, since the observed facts were registered and specified. The results present several indicators retrieved through descriptors, considering bibliometric laws and principles. Highlights include scientific publications, authors' productivity, word frequency and publication dates. In addition, it is noted that in recent years the productions have

¹ Mestre em Ciência da Informação | UFPB | jeffersonarquivista@gmail.com

² Mestre em Ciência da Informação | UFPB | wbleess07@gmail.com

³ Mestre em Ciência da Informação | UFPB | oliveira.rebeca@gmail.com



increased regarding the interdisciplinarity between Archival Science and Information Science, being a fertile field yet to be explored.

Keywords: Archival science; Bibliometrics; Information Science; Interdisciplinarity.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Arquivologia tem assistido a mudanças em relação às influências que as tecnologias proporcionam nas características dos documentos, isto é, nos seus formatos, tipos e preservação. Esse momento, marcado pela proeminência da sociedade da informação requer atenção quanto ao direcionamento e as relações com outras áreas do conhecimento.

A Arquivologia vincula-se à Ciência da Informação, assim como a Biblioteconomia e a Museologia, de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para além dessa ligação institucional, existe um diálogo entre a Arquivologia com a Ciência da Informação por meio de elementos como as temáticas das pesquisas científicas e a formação/titulação dos professores de graduação (MARQUES, 2007).

A Arquivologia lida com o documento denominado arquivístico, aquele produzido por uma instituição ou por uma pessoa, no decorrer de suas atividades, incluindo o processo de produção, de armazenamento, de representação e de recuperação da informação. Envolve ainda procedimentos administrativos, refletindo-se em espécies e em tipologias documentais, as quais permeiam o âmbito das relações entre entidade-função-informação, ressaltando a organicidade.

Algumas correntes teóricas, como é o caso da vertente canadense (ARAÚJO, 2013), voltam-se ao delineamento do contexto informacional. Esse processo, talvez, se justifique pela apropriação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), as quais trouxeram conhecimento relacionado ao gerenciamento informacional no ambiente virtual e, conseqüentemente, as discussões sobre a desmaterialização do suporte.

No contexto informacional, insere-se a Ciência da Informação “[...] que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação” (BORKO,

1968, p. 1). Emergida no contexto pós-Segunda Guerra, os estudos da Ciência da Informação posicionavam-se no viés da informação científica e tecnológica, marcada pela demasiada produção de conhecimento e dos registros.

Os pontos que ligam as duas áreas, a Arquivologia com a Ciência da Informação, aparentam ser oriundos das mudanças ocorridas com os documentos, entrando ao que chamamos de registros contemporâneos. Apontamos junto a esse processo, as correntes custodial e pós-custodial, esta última, coloca os arquivos em transformação e rediscuti a disciplina aos meandros da Ciência da Informação e a substituição do objeto de estudo documento por informação arquivística (BRITO, 2005).

Entender estudos que ligam essas duas áreas torna-se relevante, pois trabalhos direcionados ao levantamento de dados podem nos apresentar prospecção, diálogos e conflitos existentes na ciência; a dinâmica e os movimentos dos campos científicos, bem como indicadores que podem colaborar para outras construções e refutações de pesquisas. Por meio da bibliometria, indicando algumas especificidades, objetivamos, neste artigo, analisar como a Arquivologia e a Ciência da Informação estabelecem inter-relações em produções científicas, através da perspectiva interdisciplinar.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A coleta de dados aconteceu na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), vigente no Brasil desde 1972. A linha de tempo deste trabalho encontra-se entre 1972 a 2020, ou seja, consideramos analisar os dados na gênese da base de dados, totalizando 48 anos de indexação de suas produções científicas.

A escolha desse horizonte temporal se deu no sentido de expor os estudos sobre a interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, ou seja, os pontos de convergências dessas duas áreas. A imposição do ano corrente, 2021, que no momento, ainda inacabado, fez com que não optássemos à sua escolha.

A título de esclarecimento, buscamos identificar as produções científicas com o ano de 2021; o resultado permaneceu o mesmo quando relacionado ao ano de 2020.

Por isso, também, decidimos não o utilizar em nosso artigo, pois não haveria acréscimo de publicações até o momento da finalização desta pesquisa.

A BRAPCI é produto de um projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (CARDOSO; LIMA, 2013) e volta-se ao campo da Ciência da Informação, enfatizando, a Arquivologia e a Biblioteconomia. Indexa uma variedade de gêneros acadêmicos, contando atualmente com publicações de revistas científicas e profissionais da área, além de trabalhos em eventos.

Hoje, é o veículo de comunicação de caráter aberto mais influente no Brasil, tendo a maior cobertura de registros, pois abarca textos nacionais e internacionais, além disso, disponibiliza:

referências e resumos de 19.255 textos publicados em 57 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de CI. Dos periódicos disponíveis, 40 estão ativos e 17 históricos (descontinuados). Além de tudo isso, a BRAPCI está fazendo uma pesquisa online com os seus usuários com a finalidade de avaliar a base de pesquisa BRAPCI da Universidade Federal do Paraná criada sob o ponto de vista do usuário para a possibilidade de implementar futuras melhorias de interface, conteúdo e nível de satisfação. (BUFREM *et al.*, 2010, p. 1).

Considerando o escopo dessa base de dados e buscando compreender como a temática: “Interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação”, recorreu-se aos operadores *booleanos*, assim as táticas de mineração de dados, a fim de identificar as produções que continham em seus títulos, resumos e/ou palavras-chave tal tema. Portanto, ao detectar os elementos citados nos textos, selecionavam-se cada um deles e uma leitura minuciosa era feita, no intuito de provar que as produções se referiam à temática.

A utilização do recurso das aspas ("") restringiu a busca aos termos da pesquisa, impossibilitando a recuperação de referências que não obtivessem as palavras exatas na descrição, ou seja, seu nível de precisão. Nesse sentido, empregou-se uma sequência de descritores para restringir a procura, na qual utilizando os mesmos termos, trocavam-se a ordem e empregavam-se pontuações, com o propósito de recuperar mais trabalhos.

Os termos usados não foram aleatórios, deram-se por palavras que representassem com maior fidedignidade a temática em questão. Na impositação dos descritores abaixo no quadro conseguimos um quantitativo de 24 trabalhos indexados na BRAPCI, contudo depois de lidos e analisados, apenas 23 tratavam do tema. Foram utilizadas seis composições, divididas em alíneas com descritores para a procura das produções.

Quadro 1: Descritores para busca do tema “interdisciplinaridade entre Arquivologia e Ciência da Informação”

Alíneas	Descritores utilizados	Total de trabalhos encontrados
a.	Interdisciplinaridade entre Arquivologia e Ciência da Informação;	13 produções científicas;
b.	Interdisciplinaridade entre Ciência da Informação e Arquivologia;	13 produções científicas, contendo as mesmas encontrada na alínea “a”;
c.	Interdisciplinaridade em Arquivologia e Ciência da Informação;	19 produções científicas;
d.	Interdisciplinaridade em Ciência da Informação e Arquivologia;	19 produções científicas, contendo as mesmas encontrada na alínea “c”;
e.	Arquivologia e Ciência da Informação: interdisciplinaridade.	24 produções científicas;
f.	Ciência da Informação e Arquivologia: interdisciplinaridade;	24 produções científicas, contendo as mesmas encontrada na alínea “e”.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Por meio dos descritores do quadro acima analisamos se existia a presença dos termos “interdisciplinaridade/interdisciplinar” nos títulos, resumos e/ou palavras-chave. Para além disso, os trabalhos recuperados tinham que estar dentro da temática, para isso era feita uma leitura meticolosa dos resumos com vistas a identificar a confluência entre Arquivologia e Ciência da Informação. Caso houvesse a ausência do termo, a atribuição designada para o preenchimento desta lacuna era: “tachado” para riscar o texto traçando uma linha no meio dele. Todavia se houvesse a presença do

termo e o texto não se direcionasse à temática, também se utilizava o recurso “tachado”.

Quadro 2: Publicações científicas recuperadas com a temática “Interdisciplinaridade entre Ciência da Informação e Arquivologia”

Autores	Títulos	Veículos científicos	Onde se encontram os termos	Anos <i>Links</i>
---------	---------	----------------------	-----------------------------	----------------------

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Foram dispostos no quadro 2, o esquema e as informações dos trabalhos recuperados na BRAPCI para a análise bibliométrica. Sintetizamos as informações por autores, títulos dos trabalhos; veículos científicos (revistas, eventos...); onde se encontram os termos que possuem relação com a “Interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação” (nas palavras-chave, resumos e/ou títulos); ano da publicação e seus respectivos *links*.

Frisamos que nossa análise vai além de uma identificação de palavras/termos e temática, mas a compreensão de textos em que haja diálogo entre as duas áreas supra; produções que não incorporaram essa relação eram desconsideradas.

Esta pesquisa é bibliográfica e quantitativa segundo Gil (2008), pois a partir da bibliometria elencou-se as produções científicas e seus elementos, traduzindo em números os dados analisados. Trata-se também de um estudo descritivo, já que os fatos observados foram registrados e especificados.

3 APONTAMENTOS INTERDISCIPLINARES ENTRE A ARQUIVOLOGIA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A interdisciplinaridade nos incita relações entre os conhecimentos, todavia para que entendamos essa conexão, recorreremos à ideia de disciplina destacada por Descartes (2001). O filósofo destaca tal significação vista a partir de um mundo constituído por partes independentes e coesas, ligadas ao um todo maior. Essas partes são exemplos das divisões das áreas dos conhecimentos como nos são apresentadas, ou seja, disciplinas.

O pensamento interdisciplinar quebra essa lógica, avança; as disciplinas dialogam. Mesmo existindo uma fronteira, as áreas do conhecimento visualizam

pontos em comuns; se aproximam. Considerando o exposto, visamos compreender essa relação entre a Arquivologia e a Ciência da Informação

A Arquivologia surge com a evolução dos arquivos e a necessidade de se refletir sobre técnicas e resolver problemas nesses ambientes. O significado de arquivo pode ser entendido como um conjunto de documentos produzidos por uma instituição ou pessoa, gerados a partir de atividades e acumulados naturalmente. A função que assume atualmente é resultado da construção presente em várias épocas. Sendo assim, “[...] a história dos arquivos pode ser abordada sob diferentes ângulos. O conteúdo dos documentos e a concepção que deles se fez constituem aspectos que nos esclarecem sobre o papel que desempenham, bem como sobre o lugar que ocuparam nas diferentes civilizações” (ROUSSEAU; COUTURE, 1994, p. 3).

A origem da Arquivologia liga-se a outras disciplinas, como a Diplomática e a Paleografia; durante muito tempo, também, como auxiliar da História. Os arquivos eram organizados sem levar em consideração o seu contexto orgânico e sua funcionalidade, reverberando nos processos de composição dos documentos, que estiveram sob a óptica das estruturas físicas, eliminando possibilidades de acesso e meios para concretização de recuperação da informação.

Em um contexto contemporâneo, as práticas arquivísticas estão centradas no tratamento da informação. Araújo (2011) afirma que a Arquivologia dialoga com a Ciência da Informação e se alinha à representação da informação na classificação e na descrição. A primeira ligada estritamente aos planos de classificação que caracterizam os documentos de acordo com as classes, funcionalidades e atividades geradoras; a segunda, por criar meios para sintetizar as características de determinado arquivo.

O ponto de ligação dessas áreas, segundo Brito (2005), está fomentado no momento chamado pós-custodial, em que há uma amplitude e dinamicidade do objeto de estudo da Arquivologia a partir da noção de “informação orgânica” e de “informação arquivística”.

Nesse espaço, citamos Rondinelli (2013), quem, em seu livro, “o documento arquivístico ante a realidade digital” discute, no segundo capítulo, conceitos de informação e de documento. Demonstra que tanto o documento, como a informação

possuem convergências: suporte, caracteres, sinais gráficos, ações, evidências e testemunho.

Tanus e Araújo (2012) corroboram para a aproximação dessas áreas em quatro pressupostos: as instituições (que, por essência, utilizam a informação/ documento nas suas atividades); a memória (elemento comum caracterizado como lugar de guarda informacional); o documento propriamente dito (informação independentemente do suporte); e a própria interdisciplinaridade (a qual comunica-se uma com a outra).

Destaca-se, então, que a Arquivologia pode se valer da Ciência da Informação na perspectiva de ampliação do seu escopo teórico e metodológico. Assim, como afirma Fonseca (2005), identificar as características de interesse na Ciência da Informação, delineando os contornos da dimensão e dos novos espaços da produção do conhecimento arquivístico.

Marques (2016) diz que a Arquivologia não pode ser compreendida como parte da Ciência da Informação, pois essa subordinação “[...] camufla conquistas seculares [...], encobrendo suas peculiaridades teóricas e epistemológicas por trás de questões politicoinstitucionais” (MARQUES, 2016, p. 181).

Em síntese, realçamos que a Ciência da Informação se preocupa com o tratamento da informação, as atividades que condicionam esses processos e os seus fluxos. Borko (1968, p. 3) explana que essa área está direcionada com “[...] a coleta, a organização, a armazenagem, a recuperação, a interpretação, a transmissão, a transformação e a utilização da informação” – o que pode, pois, resultar em ações técnicas e científicas como campo habilitado para tal, as quais a Arquivologia também pode se amparar.

4 A BIBLIOMETRIA

Para análise dos dados desta pesquisa utilizamos os princípios bibliométricos. Tal técnica de valor quantitativo tem sua finalidade no concernente à estatística para mediação dos índices de produção e de disseminação do conhecimento científico.

A bibliometria permeia a parte analítica na percepção bibliográfica/referência das literaturas científica, sendo possível averiguar quais fatores envolvidos estão dispostos em uma obra, analogamente, na publicação de autores sobre determinado

assunto; quais são os mais citados; os temas que as áreas do conhecimento têm mais abordado e em quais anos existiram maior quantitativo de produção científica.

A bibliometria não é uma técnica recente, visto que sua aplicabilidade remonta ao ano de 1743 na área do Direito (GOMES; AUTRAN, 2018). Mais adiante, no ano de 1917, Cole e Eales fizeram a análise de uma bibliografia no campo da anatomia e, posteriormente, em 1923, o termo "estatística bibliográfica", como era chamado, foi utilizada por Edward Wyndham Hulme em uma conferência na Universidade de Cambridge (ALVAREZ; CAREGNATO, 2017).

Essa prática surge como uma resposta, segundo Araújo (2006), à necessidade do estudo e da avaliação das atividades de produção e de comunicação científica, que ocorreu no início do século XX. Sua conotação, como conhecemos na atualidade, foi cunhada pela primeira vez em 1934 por Paul Otlet no *Traité de Documentation*, mas sua forma usual só calhou em 1969 (ARAÚJO, 2006).

Seus primeiros métodos de análise, de acordo com Araújo (2006) e Castro (2016), foram: a) medição da produção da produtividade de cientista de Lotka (1926); b) a lei de dispersão do conhecimento científico de Bradford (1934); e c) o modelo de distribuição e frequência de palavras em um texto de Zipf (1949).

Guedes (2012) acrescenta que os parâmetros dos estudos bibliométricos: autores, palavras-chave, usuários, citações, títulos de periódicos etc. são instrumentos fundamentais de quantificação para o processo da comunicação escrita, que têm a finalidade de mensuração dos índices de produção e de disseminação do conhecimento científico.

Os estudos bibliométricos não são, a rigor, estudos de transporte de informação – no que se distanciam da perspectiva da Teoria Matemática. Por outro lado, definem a informação da mesma maneira, o que se pode perceber, a partir da década de 1970, com a aproximação entre a Bibliometria e a Recuperação da Informação, tanto com a utilização de contagens de citações para a recuperação da informação como para a medição bibliométrica de itens recuperados em processos de busca e seleção. (ARAÚJO, 2009, p. 194).

Assim, podemos destacar que a bibliometria pode ser entendida e empregada por meio de leis e por foco de estudos, e, conseqüentemente, as aplicações desses elementos. Observar-se-á o quadro 3 encontrado em Guedes e Borschiver (2005).

Quadro 3: Leis e princípios Bibliométricos, seus focos de estudo, principais aplicações e áreas de interesse

Ciência da Informação		
Bibliometria		
Leis e Princípios	Focos de Estudos	Principais Aplicações
Lei de Bradford	Títulos de Periódicos	Estimar o grau de relevância de periódicos, em dada área do conhecimento.
Lei de Lotka	Autores	Estimar o grau de relevância de autores, em dada área do conhecimento.
Leis de Zipf	Palavras	Indexação automática de artigos científicos e tecnológicos.
Ponto de Transição (T) de Goffman	Palavras	Indexação automática de artigos científicos e tecnológicos.
Colégios Invisíveis	Citação	Identificação da elite de pesquisadores, em dada área do conhecimento.
Fator de Imediatismo ou de Impacto	Citação	Estimar o grau de relevância de artigos, cientistas e periódicos científicos, em determinada área do conhecimento.
Acoplamento Bibliográfico	Citação	Estimar o grau de ligação de dois ou mais artigos.
Co-citação	Citação	Estimar o grau de ligação de dois ou mais artigos.
Obsolescência da Literatura	Citação	Estimar o declínio da literatura de determinada área do conhecimento.
Vida-média	Citação	Estimar a vida-média de uma unidade da literatura de dada área do conhecimento.
Teoria Epidêmica de Goffman	Citação	Estimar a razão de crescimento e declínio de determinada área do conhecimento.
Lei do Elitismo	Citação	Estimar a o tamanho da elite de determinada população de autores.
Frente de Pesquisa	Citação	Identificação de um padrão de relação múltipla entre autores que se citam.
Lei dos 80/20	Demanda de informação	Composição, ampliação e redução de acervos.

Fonte: Adaptado de Guedes e Borschiver (2005)

No Brasil, os estudos de vertentes numéricas na Ciência da Informação são recentes, seu início se deu na década de 1970, estimulado pelo croata Tefko Saracevic. Tem-se então: a bibliometria, cienciometria, informetria, webometria e altimetria, todas no viés da técnica de medição quantitativa. Vanti (2002) diz que as funções dessas “métricas” são semelhantes, mas, ao mesmo tempo, cada uma delas propõe medir a difusão do conhecimento científico e o fluxo da informação sob enfoques diversos.

Os primeiros estudos ocorreram ainda no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT). Conforme Araújo (2006), o advento do computador facilitou o uso da aplicação dos métodos quantitativos da bibliometria, e nesse contexto, foram criados grupos de estudos que viriam a formar uma rede para o desenvolvimento da matéria.

Atualmente, o foco das pesquisas quantitativas tem procurado a partir de seus resultados, entender o caráter coletivo da ciência como: a) o uso de citações para compreender a estrutura social da ciência; b) o contexto concreto de pesquisa; c) estudos de rede; d) relações sociais e econômicas, dentre outros temas (ARAÚJO, 2014). Tudo isso, no intuito de identificar, analisar, compreender e difundir as áreas do conhecimento e seu elemento-chave: as produções científicas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir foram explanados os dados que compõe as referências que recuperamos na BRAPCI.

Quadro 4: Publicações científicas recuperadas com a temática “Interdisciplinaridade entre Ciência da Informação e Arquivologia”

Autores	Títulos	Veículos científicos	Onde se encontram os termos	Anos Links
ALTHOFF, Márcia Cristine; BAHIA, Eliana Maria dos Santos	Multidisciplinaridade e na formação docente em Ciência da Informação	XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XIX ENANCIB)	Resumo	2017 https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105432

ALVES, Camila Augusta Lima; CABRAL, Maria Cristina Balbino Ribeiro	Diálogos entre Arquivologia, Ciência da Informação e história: uma conversa possível	Revista Analisando em Ciência da Informação	Resumo/ palavras-chave	2016 http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/80910
ARAÚJO, Carlos Alberto Àvila de; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; RAMOS, José Alimateia Aquino; RENAU, Leonardo Vasconcelos; NOGUEIRA, Rubem Damiano	Consolidação do diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: a contribuição brasileira	Bibliotecas. Anales de Investigación (Cuba)	Resumo/palavras-chave	2018 https://brapci.inf.br/index.php/res/v/58749
BARROS, Gabriel da Silva	Arquivistas e os desafios profissionais: um estudo empírico	Ágora	Resumo	2019 https://brapci.inf.br/index.php/res/v/113957
BEDIN, Sonali Paula Molin; VIANNA, William Barbosa	Elementos epistemológicos na construção da estrutura curricular do núcleo de formação geral dos cursos de ciência da informação da UFSC	Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	Resumo	2019 https://brapci.inf.br/index.php/res/v/122193
CENDÓN, Beatriz Valadares; ARAÚJO, Carlos Alberto Àvila de; LOURENÇO, Cíntia Azevedo; ALVARENGA, Lídia; DUMONT, Lígia Maria Moreira; O	Cursos de graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais: propostas de expansão e flexibilização	Perspectivas em Ciência da Informação	Resumo	2008 https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38320

LIVEIRA, Marlene; BORGES, Mônica Erichsen Nassif; SOUZA, Renato Rocha				
DUARTE, Zeny	RESTAURAÇÃO: conceito de verdade e originalidade	Archeion Online	Resumo/palavras-chave	2014 http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/14990
FERREIRA, Adam Felipe; SARDELARI, Íris Marques Tavares; MESSIAS, Lucilene Cordeiro da Silva; ZUCARI, Patrícia; VALENTIM, Marta Lígia Pomim	A presença da multidisciplinaridade e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP-Marília	Informação & Informação	Resumo	2018 http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/108404
FONSECA, Maria Odila	Ciência da informação: denominação de curso e diretrizes curriculares	Transinformação	Resumo/palavras-chave	2002 https://brapci.inf.br/index.php/res/v/115379
FREIRE, Gustavo Henrique Araújo; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho	A configuração do campo da Ciência da Informação: marcas de uma identidade	Informação & Sociedade	Resumo/palavras-chave	2012 http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/92360
GERALDO, Genilson; MARTINS, Sabrina; SOUZA, Marçal Quevedo de; KARPINSKI, Cezar	Ciência da informação e fontes históricas: interdisciplinaridade a partir de uma pesquisa sobre as cataratas do Iguaçu	Revista ACB	Título	2016 http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/75533
LOPES, Bianca da Costa	Uma perspectiva interdisciplinar da difusão dos arquivos	XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da	Resumo/palavras-chave/título	2018



Maia; PINHEIRO, Lêna Vania Ribeiro		Informação (XIX ENANCIB)		http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/102722#
MARQUES, Angelica Alves da Cunha	Formação da comunidade arquivística brasileira em grupos de pesquisa	Informação Arquivística	Resumo	2013 http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/40983
MARQUES, Angelica Alves da Cunha; TOGNOLI, Natália Bolfarini	Entre a Arquivologia e outras disciplinas: promessa de interdisciplinaridade?	Páginas a&b: arquivos e bibliotecas	Resumo/palavras-chave/título	2016 http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/70097
MENDES, Suênia Oliveira; CÉ, Graziella; SOARES, Ana Paula Alves	Arquivologia em foco temático na Revista ACB: uma análise da produção científica de 1996 a 2017	Revista ACB	Resumo	2018 http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/109173
QUEIROZ, Daniela Gralha de Caneda; VILAN FILHO, Jayme Leiro	Autoria única nos periódicos brasileiros das áreas de informação: em busca das razões	XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XIX ENANCIB)	Resumo	2018 http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/102172
RABELLO, Rodrigo	Prolegômenos para a construção do conceito documento arquivístico: Parte I - Da concepção essencialista e teórico-relacional	Informação Arquivística	Palavras-chave	2013 http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/41062
ROCKEMBAACH, Moisés	Conceitos, modelos e novas perspectivas de avaliação em Arquivologia e Ciência da Informação	Em Questão	Resumo	2015 http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/9566
RODRIGUES, Georgete Medleg; MARQUES, Angelica Alves da Cunha	A construção do "campo científico" da arquivística no Brasil: debates iniciais e marcos temporais	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	Resumo/palavras-chave	2008 http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/70679
SANTOS, Eliete	Diálogos entre a Gestão de	Informação & Sociedade: Estudos	Resumo/palavras-chave	2019

Correia dos; GERBASI, Noadya Tamillys Oliveira Duarte; MELO, Josemar Henrique; SOUSA, Vancarder Brito	Documentos e a Gestão da Informação: uma análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação filiados à ANCIB			https://brapci.inf.br/index.php/res/v/111806
SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel	Um diálogo entre arquivo, conhecimento e tecnologia	Biblios	Resumo/palavras-chave	2015 http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/65642
SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da	Ciência e humanismo na formação do arquivista	PontodeAcesso	Resumo/palavras-chave	2007 https://brapci.inf.br/index.php/res/v/68761
SOBRAL, Camilla Campoi de; MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna	Antropologia das emoções em arquivos pessoais: a interdisciplinaridade como instrumento	Informação Arquivística	Título	2017 https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93353
TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Àvila de	Proximidades conceituais entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologias e Ciência da Informação	Biblionline	Resumo	2012 http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/16146

Fonte: Elaborada pelos autores (2021)

O quadro acima indicou a recuperação de 24 publicações científicas na baliza temporal de 1972-2020, 48 anos de produções da BRAPCI. À vista disso, conseguimos aproveitar apenas 23 trabalhos, pois constatamos a ausência da temática em análise “Interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação”.

O artigo que não apresentava concordância com objetivo desta pesquisa foi: “Antropologia das emoções em arquivos pessoais: a interdisciplinaridade como instrumento”, dos autores SOBRAL, Camilla Campoi de; MACÊDO, Patrícia Ladeira

Penna, no ano 2017. Tal texto contém em seu “título” o termo “interdisciplinaridade, porém seu conteúdo não faz o aporte entre Arquivologia-Ciência da Informação, e sim Arquivologia-Antropologia, portanto não entrou porcentagem dos resultados.

Dessa forma, temos 23 referências na primeira coluna relacionada aos “autores”, destaca-se: “ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de”, com três trabalhos e um quantitativo de 13,02%. Em seguida, MARQUES, Angelica Alves da Cunha”, também com três trabalhos e 13,02%. Além de “TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho”, com dois trabalhos e 8,68%. O total expresso de publicações para esses autores citados foram 34,72%, sintetizando 8 trabalhos. Para os demais autores foi contabilizado apenas um trabalho, abarcando o número 15 de publicações, sendo aproximadamente 65,1% das pesquisas.

Quadro 5: Produtividade dos autores

Autores de maior destaque	Porcentagens	Anos
ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de	≅ 13,02%	2008
		2012
		2018
MARQUES, Angelica Alves da Cunha	≅ 13,02%	2008
		2013
		2016
TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho	≅ 8,68%	2012
		2018
Demais autores	≅ 65,1%	
Total	≅ 100%	

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

No relativo à coluna dois, dos “títulos”, encontramos duas publicações que continham o termo “interdisciplinaridade/interdisciplinar” com referência à Arquivologia e à Ciência da Informação, isto é, nos trabalhos intitulados: “Ciência da informação e fontes históricas: interdisciplinaridade a partir de uma pesquisa sobre as cataratas do Iguaçu”, em 2016, com a porcentagem de 4,34%; “Uma perspectiva interdisciplinar da difusão dos arquivos”, em 2018, com 4,34%; e “Entre a Arquivologia e outras disciplinas: promessa de interdisciplinaridade?”, em 2016, também com 4,34%; totalizando 13,02%. Para as demais produções existiu a ausência do termo “interdisciplinaridade” em seus títulos.

Quadro 6: Títulos com o termo “interdisciplinaridade”

Títulos	Porcentagens	Autores	Anos
Ciência da informação e fontes históricas: interdisciplinaridade a partir de uma pesquisa sobre as cataratas do Iguaçu	≅ 4,34%	GERALDO, Genilson; MARTINS, Sabrina; SOUZA, Marçal Quevedo de; KARPINSKI, Cezar	2016
Uma perspectiva interdisciplinar da difusão dos arquivos	≅ 4,34%	LOPES, Bianca da Costa Maia; PINHEIRO, Lêna Vania Ribeiro	2018
Entre a Arquivologia e outras disciplinas: promessa de interdisciplinaridade?	≅ 4,34%	MARQUES, Angelica Alves da Cunha; TOGNOLI, Natália Bolfarini	2016
Demais títulos	≅ 86,8%	Demais autores do quadro 3	
Total	≅ 100%		

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

No viés dos “**Veículos científicos**” temos o destaque para o portal de conferência dos Anais do “XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XIX ENANCIB)”, com três aparições e 13,02%. Seguindo dos periódicos: “Informação Arquivística”, com duas aparições e 8,68% e do “Revista ACB” – duas aparições e 8,68%. Suprimindo os periódicos já citados, restaram apenas um periódico de cada, mencionados apenas uma vez, com percentagem de 69,44%.

Quadro 7: Produtividade de periódicos

Veículos científicos	Porcentagens	Autores	Anos
XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XIX ENANCIB)	≅ 13,02%	ALTHOFF, Márcia Cristine; BAHIA, Eliana Maria dos Santos	2017
		LOPES, Bianca da Costa Maia; PINHEIRO, Lêna Vania Ribeiro	2018
		QUEIROZ, Daniela Gralha de Caneda; VILAN FILHO, Jayme Leiro	2018

Informação Arquivística	≅ 8,68%	MARQUES, Angelica Alves da Cunha	2013
		RABELLO, Rodrigo	2013
Revista ACB	≅ 8,68%	GERALDO, Genilson; MARTINS, Sabrina; SOUZA, Marçal Quevedo de; KARPINSKI, Cezar	2016
		MENDES, Suênia Oliveira; CÉ, Graziella; SOARES, Ana Paula Alves	2018
Demais veículos científicos	≅ 69,44%	Demais autores do quadro 3	
Total	≅ 100%		

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Na quarta coluna, “onde se encontram os termos”, realçamos que foram nos “resumos” que o termo “Interdisciplinaridade” se acentuou, contabilizando 10 trabalhos em destaque, conforme o quadro 3, sendo assim, um percentual de 43,4%. Logo após, vem os “resumos/palavras-chave”, com nove trabalhos e 39,06%. Seguido dos “resumos/palavras-chave/título”, com duas aparições e 8,68%; e apenas com uma aparição as “palavras-chave” (4,34%) e o “título” (4,34%).

Quadro 8: Frequência de palavras

Onde se encontram os termos	Porcentagens
Resumos	≅ 43,4%
Resumos/palavras-chave	≅ 39,06%
Resumos/palavras-chave/títulos	≅ 8,68%
Palavras-chave	≅ 4,34%
Título	≅ 4,34%
Total	≅ 100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

No que tange a datação, vimos que para os anos de 2002, 2007, 2014, o número de trabalhos contendo a temática foi mínimo, apenas uma publicação para cada ano, ou seja, 13, 02% para os três anos citados. Nos anos de 2008, 2012, 2013, 2015, 2017 duas publicações para cada ano, assim com a porcentagem de 43, 4%. Em 2019, três

publicações (13,02%). 2018, foi o ano no qual a base de dados demonstrou maior número: cinco publicações: 21,7%.

Quadro 9: Frequência de datas

Datas	Porcentagens
2002	≅ 4,34%
2007	≅ 4,34%
2014	≅ 4,34%
2008	≅ 8,68%
2012	≅ 8,68%
2013	≅ 8,68%
2015	≅ 8,68%
2017	≅ 8,68%
2019	≅ 13,02%
2018	≅ 21,7%.
Total	≅ 100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Sobre a análise bibliométrica, Guedes e Borschiver (2005) descrevem as três leis que competem a este estudo, que são: “Lei de Bradford, (produtividade de periódicos), Lei de Lotka (produtividade científica de autores) e Leis de Zipf (frequência de palavras).

Como visto no quadro 5, os autores em destaque considerados “elites” são: “ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de”; MARQUES, Angelica Alves da Cunha”; “TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho”, portanto tendo a maior produtividade entre os demais, tornando-se os mais importantes e relevantes na temática, de acordo com a Lei de Lotka.

Para o quadro 7 temos a aplicação da Lei de Bradford, que mensura a produtividade de periódicos, logo segue a sequência de maior aparição aos anais do “XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XIX ENANCIB)”; seguido do periódico “Informação Arquivística”; e do “Revista ACB”. Compara aos periódicos citados os demais tiveram menor relevância.

No quadro 8, as palavras “interdisciplinaridade/interdisciplinar” apareceram com maior frequência nos “resumos”; seguido dos “resumos/palavras-chave”; após “resumos-palavras-chave/títulos; “palavras-chave” e “título” por último. Dessa

forma, fazendo alusão à Lei de Zipf que mensura o destaque a frequência de palavras/termos

Apesar do campo amostral da pesquisa basear-se em uma base de dados de referência para a Arquivologia e Ciência da informação, ficou constatado a limitação quantitativa de trabalhos se levarmos em consideração o espaço temporal utilizado. Diante dessa exposição, almeja-se motivar o meio acadêmico a publicar estudos voltados para essa temática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância que a informação desempenha nas diversas áreas do saber, permite seu crescimento em uma dimensão multilateral. Pode-se aludir, nesse sentido, a uma das características que a Ciência da Informação possui no que tange a comunicação com as ciências: a interdisciplinaridade.

Desse modo, pode-se dizer, que tal atributo não a enfraquece enquanto campo científico, mas a fortalece, no sentido de proporcionar um diálogo frente à demanda social existente, sobretudo, com a Arquivologia, que por essência trata da informação registrada gerada por uma atividade humana. A comunicação entre essas duas áreas necessita ser mais profícua cuja atribuição precisa alçar as instituições, seja ela qual for e qual esfera estiver.

Analizamos as publicações científicas na BRAPCI para se ter noção de quantos e quais são os trabalhos envolvendo a comunicação entre esses campos. Assim, com o desenvolvimento dos estudos estatísticos e matemáticos da bibliometria. Foi possível observar que na quantidade de trabalhos, os estudos ainda são incipientes, levando em conta o número de publicações que foram recuperadas no tempo-espaço analisado. Mostra também no seu grau de complexidade, que há um campo interdisciplinar a se explorar.

Quando é verificado a quantidade das produções com o recorte de “Interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação” e a sua distribuição no quadro 4, vê-se uma limitação de autores. Porém, destaca-se 2018 e 2019, como os anos que obtiveram destaque, demonstrando que a temática vem sendo mais estudada, mesmo que de maneira moderada, na atualidade. Desse modo, a pouca

exploração apresenta a necessidade de maiores debates para o desenvolvimento da Arquivologia como um campo interdisciplinar, que pode dialogar com a Ciência da Informação, considerando suas especificidades e trajetória histórica.

Nessa perspectiva, a utilização da bibliometria se mostrou adequada, pois trouxe à evidência dados ainda não revelados. Conclui-se, que a Arquivologia e sua intersecção à Ciência da Informação é um campo onde há muito a se explorar, uma vez que a matéria-prima que dá sustentabilidade a tais disciplinas é a informação e suas nuances, assim torna-se importante atentar para o desenvolvimento de pesquisas e sobre o crescimento e desenvolvimento dessa temática.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, G. R.; CAREGNATO, S. E. A Ciência da Informação e sua contribuição para avaliação do conhecimento científico. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 31, n. 1, p. 9-26, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56163>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ARAÚJO, C. A. Á. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v.12, n. 1, p.11- 32, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16>. Acesso em: 23 jun. 2021.

ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/qhsrgPL7T6RbKKVbMwrPMNb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2021.

ARAÚJO, C. A. Á. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 110-130, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p110>. Acesso em: 13 jun. 2021

ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 61-82, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/31518>. Acesso em: 15 jun. 2021.

ARAÚJO, C. A. Á. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v.4, n.1, p. 57-79, jan./jun. 2014. Disponível em:



<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/19120>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.5090190103>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BUFREM, L. S *et al.* Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/35867>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRITO, D. A informação arquivística na arquivologia pós-custodial. **Arquivística. Net, Rio de Janeiro**, v.1, n.1, p. 31-50, jan/jun., 2005. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/01/pdf_8a952f5d46_0002586.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.

CARDOSO, K. G. E.; LIMA, M. H. T. F. Produção científica sobre surdos na ciência da informação no brasil: análise na base BRAPCI. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 14, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/45718>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CASTRO, I. R. Análise bibliométrica da produção científica sobre as linguagens de indexação publicada nos anais do Congresso do ENANCIB no período de 2012 a 2015. **Biblionline**, João Pessoa, v.12, n.3, p. 48-60, jul./set. 2016. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/3383>. Acesso em: 18 jun. 2021.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, W. S.; AUTRAN, M. M. M. Ciência da Informação e Bibliometria: análise da produção científica sobre ica-atom e archivematica na base da dados - BRAPCI. **RACIn**, João Pessoa, v. 6, n.1 p. 30-43, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abcib/article/view/46211>. Acesso em: 23 jun. 2021.

GUEDES, V. L. S. A bibliometria e a gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico: uma revisão da literatura. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 74-109, ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5695>. Acesso em: 18 jul. 2021.



GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 6., 2005, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ICI/UFBA, 2005. Disponível em: http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf. Acesso em: 25 fev. 2021.

MARQUES, A. A. C. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

MARQUES, A. A. C. Arquivologia e Ciência da Informação: de mãos dadas? **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.26, n.3, p. 169-184, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/29303>. Acesso em: 23 mar. 2021.

RONDINELLI, R. C. **O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013. 280 p.

ROSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

TANUS, G. F. S. C.; ARAÚJO, C. A. Á. Proximidades Conceituais Entre Arquivologia, Biblioteconomia. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 27-36, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16146>. Acesso em: 23 jul. 2021.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 2, p.152-162, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/SLKfBsNL3XHPPqNn3jmqF3q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2021.



LIGA CANÁBICA DA PARAÍBA: uma trajetória contada por arquivo pessoal, vista pelas lentes da memória

Josemar Elias da Silva Junior¹ | Bernardina Maria Juvenal F. de Oliveira² | Maria Nilza Barbosa Rosa³

RESUMO

Este artigo apresenta um pouco da trajetória da Liga Canábica da Paraíba sob a perspectiva do seu arquivo privado, tal estudo é um recorte da dissertação intitulada: “FOLHA DA ESPERANÇA: trajetória e perspectivas da Liga Canábica da PB”. A Liga Canábica da Paraíba é uma associação sem fins lucrativas erguida por meio da luta de pais e familiares que detêm pessoas em seus lares acometidas de epilepsia refratária e buscam através de luta e representatividade fazer instaurar no Brasil uma política pública de cannabis medicinal, uma vez que acreditam e atestam os efeitos benéficos à saúde humana proporcionados pela planta, popularmente conhecida no Brasil como maconha. Ao passo que compreendemos a luta dessa associação e publicitamos, contribuímos para a ampliação dos estudos na área da memória e dos arquivos pessoais, configurados como lugares de memória de acordo com Nora (1993), por conseguinte, fontes de informações inesgotáveis. Para tanto procedemos com um estudo de abordagem qualitativa do tipo documental e bibliográfica, em que os documentos presentes no arquivo provado a liga foram analisados conforme a técnica da análise documental de Aróstegui (2006). Neste sentido, foi possível concluir que a liga canábica trava uma luta política e social para o enfrentamento do preconceito em torno da cannabis sativa e da negligência do governo e seus órgãos de regulação em reconhecer os efeitos medicinais dos componentes da planta para uma série de patologias humanas.

Palavras-chave: Arquivo privado; Liga Canábica da Paraíba; Maconha medicinal; Memória.

LIGA CANÁBICA DA PARAÍBA: a trajectory told by a personal archive, seen through the lens of memory

ABSTRACT

This article presents a little of the trajectory of the Canábica League of Paraíba from the perspective of its private archive, this study is the result of the dissertation entitled: “FOLHA DA ESPERANÇA: trajectory and perspectives of the Canábica League of PB”. The Canábica League of Paraíba is a non-profit association created through the struggle of parents and family members who detain people in their homes with refractory epilepsy and seek through

¹ Doutorando | UFPB | E-mail: Josemar.elias90@gmail.com.

² Doutora em Letras pela | UFPB | E-mail: bernardinafreire@gmail.com.

³ Doutora em Letras pela | UFPB | E-mail: nilzasor@yahoo.com.br.



struggle and representation to implement a public policy on medical cannabis in Brazil, once who believe in and attest to the beneficial effects on human health provided by the plant, popularly known in Brazil as marijuana. As we understand the struggle of this association and publicize it, we contribute to the expansion of studies in the area of memory and personal archives, configured as places of memory according to Nora (1993), therefore, inexhaustible sources of information. For that, we proceeded with a study of qualitative approach of the documentary and bibliographic type, in which the documents present in the archive proved to be the alloy were analyzed according to the technique of document analysis of Aróstegui (2006). In this sense, it was possible to conclude that the cannabis league is fighting a political and social struggle to face the prejudice around cannabis sativa and the negligence of the government and its regulatory bodies in recognizing the medicinal effects of the plant's components for a series of pathologies. human.

Keywords: Private archive; Cannabic League of Paraíba; Medical marijuana; Memory.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo cumpriu o desafio de apresentar a construção da dissertação defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), intitulada: “FOLHA DA ESPERANÇA: trajetória e perspectivas da Liga Canábica da PB”, orientado pela Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira e co-orientação da Profa. Dra. Maria Nilza Barbosa Rosas.

Nesta direção, o presente artigo apresenta um recorte de um texto dissertativo de 195 folhas, buscando expor, ainda que de forma tímida, a trajetória dessa associação que envolve luta, amor, militância e, sobretudo, a esperança de uma saúde pública universal na perspectiva do seu acesso a todos que dela necessitam.

Para efeitos de construção de uma trajetória tomamos como conceito norteador para este termo o preconizado por Pierre Bourdieu (1996, p. 292) que “[...] define-se como a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos”. Para o referido autor a trajetória social de um indivíduo ou instituição deve ser interpretada como uma forma singular de se percorrer o espaço social, onde se revelam as expressões do habitus e remonta o conjunto das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo ator social ou por um mesmo grupo de atores sociais em espaços ininterruptos.

Sendo assim, o presente artigo de natureza qualitativa tem como corpus de análise o arquivo privado da Liga Canábica da Paraíba associação sem fins lucrativos,

criada a partir da luta de pais e familiares de crianças acometidas de epilepsia de difícil controle, que buscam através de uma militância a liberação do uso medicinal da planta em face aos inúmeros benefícios trazidos e atestados cientificamente, já reconhecidos em países como os Estados Unidos, Uruguai e Canadá mas que infelizmente no Brasil embora alguns avanços dados, a caminhada ainda é árdua e se dá em passos curtos.

Para Assmann (2011) quando estamos diante de um acervo documental, especialmente dos arquivos privados, estamos diante de uma memória cultural construída, capaz de vencer épocas, se perpetuando pelos tempos graças a característica do registro em suportes. O fio condutor para ressignificação dos fatos e acontecimentos passados que se cristalizam aos documentos que integram o acervo e que demonstram o percurso da liga no espaço e no tempo é a memória.

Nesse sentido, Assman (2011, p. 20) afirma que há mais de uma década o tema memória vem sendo discutido de forma substancial, observada uma literatura técnica densa e cada vez mais crescente. Ela pontua que

O interesse pela memória transcende as costumeiras fases de ‘temas da moda’ na ciência. O fascínio duradouro pelo tema da memória parece ser uma evidência de que diferentes questões e interesses se cruzam, se estimulam e se condensam, provenientes dos estudos culturais, das ciências naturais e da tecnologia da informação.

Posto isso, valemo-nos das considerações de Le Goff (1996, p.419) que trata a memória como um elemento dependente de uma faculdade mental, sendo que “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”, desta forma a memória pode ser entendida como um evento humano capaz de ressignificar acontecimentos passados a partir de referenciais do tempo presente, sendo assim trata-se de uma reconstrução, não estática e seletiva. “A memória é uma construção social e não um reservatório de dados. Portanto, jamais pode ser resgatada, mas sim reconstruída.” (THIESEN, 2013, p. 33-34).

Assmann (2011, p. 24, grifo nosso) atina para a construção da memória sob a perspectiva do contato externo com outros indivíduos, afirmando que “Indivíduos e culturas constroem suas memórias interativamente através da comunicação por meio

da língua, de imagens e de repetições ritualísticas, e organizam suas memórias com o auxílio de meios de armazenamento externo e práticas culturais”.

A autora afirma ainda que quando há oscilação no estado dessas então mídias, a constituição da memória se altera, pois, “a comunicação entre épocas e gerações interrompe-se quando um dado repositório de conhecimento partilhado se perde”. (ASSMANN, 2011, p. 17).

Partindo desta ideia, visualizamos os arquivos como locais de guarda e preservação de memórias, especialmente os arquivos privados que, ao serem explorados, rompem o silêncio e promovem reconstruções permanentes, “vivas”, que não se limitam ao campo da materialização, mas são compreendidos como “lugares de memória” (NORA, 1993) e se detêm também aos significados, que propiciam a procura e o encontro de vestígios potentes para propiciar transformações sociais. (BARROS; NEVES, 2009).

Neste sentido, surge o questionamento: *Qual a trajetória da Liga Canábica da Paraíba no espaço e tempo, e para tal, priorizamos a coleta de documentos alusivos ao histórico de luta desta associação.* Documentos como recortes jornalísticos, atos administrativos (Regimento interno, atas de reunião), fotografias e tags de redes sociais foram utilizados de forma recorrente durante a execução desta pesquisa no intuito de ilustrar a escrita, bem como conferir maior fidedignidade a mesma.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE ARQUIVO PESSOAL

Tomando as considerações de Pierre Nora (1993) um arquivo pode ser considerado um lugar de memória, e conforme o autor se subdivide em simbólico, material e funcional, sendo o arquivo um lugar material em face muitas das vezes ao seu conteúdo demográfico.

Neste viés percebemos o entrelaçamento dos estudos de memória com os de arquivos, ao passo que estes últimos possuem capacidade de ressignificar acontecimentos passados.

O interesse pela memória transcende as costumeiras fases de ‘temas da moda’ na ciência. O fascínio duradouro pelo tema da memória parece

ser uma evidência de que diferentes questões e interesses se cruzam, se estimulam e se condensam, provenientes dos estudos culturais, das ciências naturais e da tecnologia da informação. (ASSMANN, 2011, p. 20).

Guardar informações no intuito de se manter viva a história de antepassados, bem como, fundamentar o processo de constituição de um povo é extremamente envolvente. E nesta perspectiva adentra a memória como elemento de construção de uma identidade cultural, neste caso arraigada aos elementos constituintes daquele grupo, tais como: lugares, costumes, hábitos, conflitos sociais de várias naturezas, dentre outros.

Consideramos os arquivos privados, como já mencionado, configurados em lugares de memória, tendo em vista que a partir da documentação existente em seu acervo poder-se-á ativar o campo cognitivo do ser e alavancar uma força imanente para ressignificação de fatos e acontecimentos passados a partir do tempo e contexto presente.

De acordo com Brito e Corradi (2018) no campo científico as pesquisas em torno desta temática vieram tomar destaque a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000 com aprofundamento de discussões, fugindo assim do teor essencialmente técnico trabalhado até então. Podemos inferir que os arquivos de uma forma geral constituem os registros das ações humanas traduzindo-se em documentos.

Em um sentido mais amplo, Bellotto (2006, p. 35) vem assinalar que,

O documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos. Torna-se evidente, assim, a enorme abrangência do que seja um documento.

Na segmentação dos arquivos quanto à natureza da entidade que os acumulou, a teoria arquivística configurou a distinção para público e privado, onde estes últimos podem comportar ainda mais três segmentações quanto a entidade produtora ou acumuladora: de pessoa, família ou instituição. Esta categorização é trazida no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 29-35, grifos nossos):

Arquivo familiar: arquivo privado de uma família ou de seus membros, relativo às suas atividades públicas e privadas, inclusive à administração de seus bens. Também chamado arquivo familiar ou arquivo familiar.

Arquivo pessoal: de pessoa física.

Arquivo privado: arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular.

Campos (2016, p. 6) vem assinalar que

A distinção entre os conceitos de público e privado, por si só controversa, é matéria que vem, desde há muito, estimulando reflexões nas áreas do Direito, da História e da Filosofia. Quando entram em cena os arquivos, soma-se outro elemento não menos relevante: a diferença entre a natureza institucional ou pessoal dos fundos privados, que implica consequências que resvalam na consecução das diferentes funções que constituem o tratamento documental e acarreta questionamentos para além das fronteiras da Arquivologia.

O que se coloca em pauta é a questão da organicidade que se subtende estar presente em arquivos institucionais públicos, ou seja, uma acumulação natural que se dá face às necessidades surgidas no decorrer de suas atividades. Diferentemente dos arquivos privados que tomam proporções plurais, pois, o seu acervo pode conter os mais variados suportes informacionais, desde o convencional (papel) até artefatos como, cartas, estátuas, medalhas, vestuário, enfim, todo documento produzido ou recebido por pessoa, família ou instituição no desempenho de seu papel social e defesa de direitos.

Além disso, há o caráter do subjetivismo nos arquivos privados, em especial, os pessoais, pois guarda relação com a intencionalidade de seu produtor querer preservar determinados documentos e outros não.

Indivíduos e culturas constroem suas memórias interativamente através da comunicação por meio da língua, de imagens e de repetições ritualísticas, e organizam suas memórias com o auxílio de meios de armazenamento externos e práticas culturais. (ASSMANN, 2011, p. 24).

Todavia para efeitos deste artigo consideramos os arquivos privados, em especial os institucionais - por fazer alusão ao arquivo da Liga Canábica Paraíba -, como fontes de memória e informação inesgotáveis, capazes de trazer à tona os mais variados aspectos de seus produtores, assim como, a partir de sua análise poder

construir a trajetória de luta desta associação, compreendendo: o contexto de sua criação, os percalços encontrados na luta pela criação de uma política nacional de cannabis para fins medicinais, as ações executadas com vista a dar voz a este grupo (eventos, debates, redes sociais), as parcerias firmadas, dentre outros.

O que condiciona a existência de um arquivo são sistemas de registro que agem como meios de armazenamento externos, e o mais importante deles é a técnica da escrita, que removeu a memória de dentro do ser humano e a tornou fixa e independente dos portadores vivos. (ASSMANN, 2011, p. 367).

De acordo com Bellotto (1998) os arquivos privados estão cada vez mais no foco de pesquisadores acadêmicos, no tocante a produção de trabalhos científicos, igualmente, no âmbito da ficção, como na construção de filmes e obras literárias, assim como fomentando a construção de eventos relativos à temática, como por exemplo, seminários nacionais e internacionais.

Vitoriano (2016) alega que os arquivos na ambiência privada de acordo com a literatura especializada datam desde a Antiguidade, em que temos os documentos das primeiras civilizações que faziam uso da escrita no intuito de se deixar registrado operações comerciais e patrimoniais aludem ao fato de se haverem documentos “[...] que garantiam direitos e controlavam ações no âmbito privado. Comerciantes e grandes proprietários mantinham arquivos de documentos relativos às transações comerciais e bens, além de correspondência”. (VITORIANO, 2016 p. 09).

Neste viés, temos como fonte principal para coleta dos dados desta pesquisa o arquivo privado da Liga Canábica da Paraíba. De acordo com a Lei 8.159/91 os arquivos privados constituem toda a documentação produzida ou recebida, por instituição, pessoa ou família em decorrência de suas atividades, sendo assim o arquivo privado da Liga configura-se como reflexo das ações dessa associação.

3 METODOLOGIA

Este estudo é qualitativo do tipo documental e bibliográfico como método de coleta de dados. Justificamos a abordagem qualitativa pelo subjetivismo para a execução do mesmo orientado a compreender os processos de surgimento e progresso da Liga Canábica no espaço e no tempo.



De acordo com Gil (2002, p.48), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A pesquisa bibliográfica se fez necessária para construção do referencial teórico deste artigo, a partir da busca feita em artigos, dissertações e bases de dados científicas conseguimos nos aproximar dos conceitos norteadores: arquivo pessoal, memória e trajetória. Além de informações específicas acerca dos efeitos medicinais da cannabis sativa.

Minayo (1993, p. 244) aponta para a característica principal de uma pesquisa de abordagem qualitativa, a saber:

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

Como método para análise dos dados coletados no arquivo da liga, ou seja, dos documentos que evidenciam a criação da associação, compreendendo seu percurso no espaço e tempo, adotamos a análise documental preconizada por Júlio Aróstegui: “A análise documental poderia ser definida como o conjunto de princípios e de operações técnicas que permitem estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado tipo histórico”. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 508).

Neste panorama inferimos que o acesso aos documentos e posteriormente à análise dos mesmos nos viabilizou o acesso às informações da Liga. Além de termos conseguido respostas para os objetivos traçados, ampliamos o objeto de estudo por meio de novas descobertas e aspectos não contemplados nas entrevistas pelos atores envolvidos, e nesta direção conseguimos melhor caracterizar a trajetória da Liga Canábica por meio de seu acervo documental.

4 LIGA CANÁBICA DA PARAÍBA: trajetória de luta refletida em documentos

Por este artigo compreender um recorte da dissertação intitulada “FOLHA DA ESPERANÇA: trajetória e perspectivas da Liga Canábica da PB” de autoria do pesquisador Josemar Elias da Silva Junior sob orientação da Profa. Bernardina Freire,

a proposta é trazer a trajetória no espaço e tempo da liga de forma concisa, como aperitivo para o leitor sentir-se convidado a fazer a leitura completa da pesquisa e se encantar pela militância dessa associação.

O contexto de nascitura e as razões que envolvem a militância da Liga Canábica da Paraíba enquanto uma instituição social, se pautam nas finalidades medicinais de uma planta que sofre preconceito ainda no contexto social – a cannabis sativa, popularmente conhecida como maconha -, e que tem sua proibição como uma forma de controle social por parte do governo que tem por trás a imensa e rentável indústria farmacêutica. (FIORE, 2012).

O principal obstáculo enfrentado no reconhecimento da cannabis medicinal é o preconceito surgido com o proibicionismo inicialmente ligado a comunidade negra, “esse preconceito que tem origem no povo negro, pobre... esse preconceito racial, esse preconceito que também tem a ver com categorias de médicos isso atinge muito a gente também, da mesma forma que atinge os negros, pobres de periferia também as crianças pobres e de periferia, os pacientes de cannabis medicinal de periferia acabam sendo atingidos e não tem acesso, não tem dinheiro para comprar um importado, não tem dinheiro para pagar caro num óleo de cannabis e eles não tem direito de produzir o seu próprio remédio.”⁴

Nesta direção, em 2015 surge a necessidade de criar um movimento de enfrentamento de um pai e uma mãe: Júlio Américo Pinto Neto e Sheila Dantas Geriz, cujo filho é portador de epilepsia refratária e após várias idas e vindas a médicos, prescrições variadas de medicamentos e cominado a isto o contexto de dor e sofrimento por qual passava o seu pequenino chegando a convulsionar cerca de 40 vezes ao dia. Frente ao sofrimento perceberam que o progresso era pouco ou quase nenhum, sendo assim a partir do conhecimento acerca dos benefícios medicinais da planta, já reconhecidos em países com os Estados Unidos (KIEPPER, 2016), iniciaram uma batalha social e judicial para buscar a autorização de importação do medicamento à base de substâncias da cannabis.

⁴ Trecho retirado da fala de Júlio Américo Pinto juntamente com Sheila Dantas Geriz em vídeo publicado nas redes sociais da Liga. O vídeo foi publicado na rede social Facebook no dia 24 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/ligacanabicapb/videos/883351388498975/>. Acesso em 10 set. 2019.



A razão de luta da liga se pauta principalmente em razão dos efeitos medicinais de alguns componentes da planta que de acordo com Grinspoon (2005 apud Kiepper; Esher, 2014, p. 2), a maconha pode ser administrada como paliativo no tratamento de

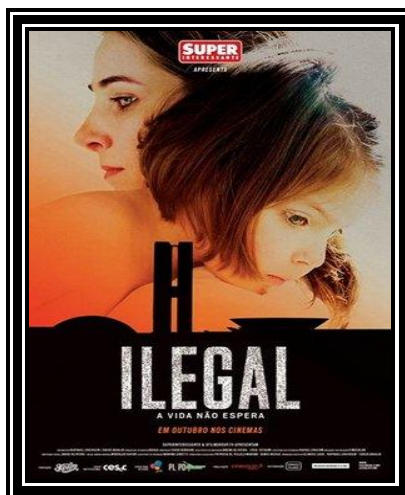
[...] náuseas e vômitos severos da quimioterapia do câncer; epilepsia; esclerose múltipla; glaucoma; dor e espasmo de paraplegia e tetraplegia; dor crônica; HIV/AIDS; enxaqueca; doenças reumáticas (osteoartrite e espondilite anquilosante); cólicas menstruais; síndrome pré-menstrual; dores do parto; doença de Crohn; colite ulcerativa; dor do membro fantasma; hiperemese gravídica e depressão.

Essa luta iniciada, ou melhor, esse ativismo iniciado parte do conhecimento dos efeitos medicinais presentes nos compostos da planta a partir de uma matéria jornalística divulgada pelo programa de TV dominical da Rede Globo de Televisões Fantástico veiculada em março de 2014, em que se apresenta a história dos pais Katiele Fischer e Norberto Fischer no tocante as barreiras enfrentadas por eles para se conseguir a importação do remédio à base de CBD para sua filha com 05 anos à época.

Ela é portadora de uma patologia rara e sem cura (síndrome CDKL5), e, que, já havia testado todas as medicações possíveis no Brasil, inclusive, se submetido a uma cirurgia para tratar seu quadro de cerca de 80 convulsões por semana, mas que infelizmente não apresentou melhoras.

A matéria sobre a filha de Katiele e Norberto foi impulsionada em razão de um filme/documentário lançado também à época chamado “Illegal: a vida não espera, dirigido por um jornalista chamado Tarso Araújo, que mais a frente se torna peça importante na trajetória da Liga. O filme faz parte do projeto REPENSE e é desenvolvido em parceria com a Revista Super Interessante, ele mostra histórias de pais que enfrentam os percalços sociais, políticos e jurídicos para se conseguir importar maconha medicinal para o Brasil para tratamento dos seus respectivos filhos, em que dentre as histórias está a de Katiele e Norberto Fischer.

Figura 1 - Capa do filme Ilegal – A vida não espera



Fonte: <https://filmow.com/ilegal-t106621/>⁵

O envolvimento com a campanha REPENSE foi de extrema importância para que Sheila e Júlio se engajassem ainda mais com a causa. Foi a partir do conto com o casal Katiele e Norberto que tomaram conhecimento das empresas estrangeiras para importação do medicamento canabidiol, além das formas de administração da droga e do óleo de maconha, além disso, elevou os debates a instâncias governamentais necessárias, como a ANVISA.

No percurso da institucionalização dessa associação, alguns acontecimentos foram importantes e merecem serem apontados. Como quando ainda não sendo registrados enquanto associação do ponto de vista legal, mas já configurados socialmente como, houve a apreciação por parte do Senado Federal brasileiro da Sugestão de Melhoria - SUG Nº 8/2014 recebida pela Câmara de Direitos Humanos em 11 de fevereiro de 2014 e que obteve uma adesão de muitos brasileiros - cerca de 20 mil assinaturas nas palavras de Júlio Américo.

De relatoria do então senador Cristovam Buarque (PDT/DF) trouxe inúmeras discussões em torno do uso recreativo e medicinal dos componentes da planta. Complementando:

⁵ Na capa está Katiele e sua filha Anny Fischer por trás de uma sombra alusiva ao congresso nacional brasileiro.

A repercussão da SUG no 8/2014 impulsionou também a apresentação, na Câmara dos Deputados, de dois projetos de lei que autorizam a produção e a comercialização de maconha no país, além de reivindicações judiciais por parte de pais de crianças portadoras de síndromes raras associadas a epilepsias de difícil controle, que têm se beneficiado do óleo de maconha, rico em Canabidiol (CBD). (KIEPPER e ESHER, 2014, p. 2).

Em agosto de 2014 se deu a discussão da SUG N° 8/2014 e Júlio, Sheila e outras famílias se mobilizaram para participar desse momento e partilhar suas experiências com os políticos numa tentativa de sensibilizá-los quanto à problemática da importação e da classificação do canabidiol como um proscrito.

O referido momento foi relatado pelo Jornal Correio da Paraíba no dia 26 de agosto de 2014 (Figura 2). Na matéria jornalística é registrado que a audiência durou mais de quatro horas e que se deu oportunidade de fala para mais de 30 pessoas. Outra questão que o jornal aponta é que embora tenha havido falta de consenso no tocante a legalização para uso recreativo, por outro lado os parlamentares presentes naquele dia ficaram sensibilizados quanto a urgência em se acelerar decisões com relação ao uso medicinal da planta e desta forma a comitiva de paraibanos presentes naquele momento fez toda a diferença relatando os efeitos medicinais da planta, por autores como Carlini (2001), Kiepper e Esher (2014), Silva (2003).

A matéria é estampada com uma fotografia de Sheila Geriz abraçada a outra mãe, emocionadas, pois o Senado Federal resolvera tratar com urgência a legalização para fins medicinais da planta. Seguiu-se então um caminho de militância intenso, ao passo que compreenderam que não mais se tratava de uma questão de necessidade individual, mas sim de saúde pública. A onda levantada por Sheila e Júlio começou a identificar pais e mães de todo o Brasil que se encontravam em situações semelhantes.

Figura 2 – Matéria sobre a audiência que discutiu a **SUG N° 8/2014**



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

De fato, foram esforços necessários e frutíferos, que se refletiram em janeiro de 2017 com a aprovação da maconha como erva medicinal pela ANVISA, possibilitando a produção, manufatura, exportação, importação, posse ou uso da planta para fins médicos e científicos, mas sempre passando pelo crivo dos órgãos públicos de fiscalização.

Apesar da ANVISA deter uma resolução que regula a importação para o canabidiol - RDC nº 66 de 18/03/2016 - a burocracia é imensa, pois a importação só é autorizada em último caso, ou seja, quando o paciente já percorreu dois ou três tratamentos medicamentosos diferentes e este processo impacta no tempo de chegada do medicamento ao Brasil, o que para uma pessoa com dor crônica pode configurar uma eternidade. Além disso, o preconceito nessa época, inclusive, ainda pela classe médica - muito embora as inúmeras pesquisas científicas atestadoras dos efeitos medicinais da planta - fazia com que a maioria resistisse em receitar o referido tratamento.

Diante do compartilhamento de um mesmo sentimento e necessidade, um grupo de pais e familiares viu a necessidade de se criar uma força no combate a esta repressão e barreiras impostas a obtenção de um direito, foi aí que resolveram requerer judicialmente, neste primeiro momento, o direito de comprar o medicamento no

exterior sem prescrição médica ou autorizações da ANVISA, pois até aquele momento não havia médicos que quisessem prescrever.

Observadas as burocracias para se importar o medicamento e tendo em vista uma ação judicial impetrada na esfera cível, o então grupo composto de 16 famílias ganha na justiça uma liminar, e com a referida ação se tornam os pioneiros no estado da Paraíba a conseguirem autorização judicial para importar o medicamento para o Brasil. O que já se registra uma grande vitória no combate ao preconceito e, por conseguinte, o rompimento de paradigmas sociais, conforme divulgado em matéria publicada no jornal Correio da Paraíba no dia 29 de julho de 2014, como se pode ver a seguir:

Figura 3 – Registro do dia em que as famílias foram ao MPF protocolar ação



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

Apenas um ano depois os médicos começaram a se interessar pela questão medicinal que envolve planta, haja vista acompanharem de perto a melhora dos pacientes usuários mediante o uso do medicamento. A liminar judicial foi conseguida no dia 18 de agosto do mesmo ano sob a condição de que com o seu não cumprimento fixa uma multa de dez mil reais.

Esse foi um dos impulsos para que a Liga canábica da Paraíba inicia-se sua consolidação como uma associação sob o viés legal, para assim deter mais

representatividade, especialmente junto a órgãos governamentais. Neste limiar, no dia 06 de setembro de 2015 reuniram-se em assembleia de primeira convocação no objetivo de se fundar a associação civil “Liga Paraibana em Defesa da Cannabis Medicinal”.

A reunião se deu no edifício Blue Tower, localizado na Rua Agrícola Montenegro nº 105/1202 na cidade de João Pessoa e contou com a presença dos 14 fundadores, sendo dois com participação digital via Skype⁶.

Na ocasião registrou-se o local de sede da Liga, que ficou na rua Prof. Oscar de Castro, nº. 154, bairro João Agripino, cidade de João Pessoa, assim como houve deliberação acerca do projeto de estatuto da Liga que foi aprovado por unanimidade. No momento também foi eleita a diretoria para um mandato de dois anos sendo o Presidente: Júlio Américo Pinto Neto e a Vice-presidente: Sheila Dantas Geriz vale ressaltar que Júlio Américo possui formação em Psicologia e Sheila Geriz em Direito.

O lançamento oficial da Liga se deu no dia 07 de maio de 2016 na sala Maestro José Siqueira do Espaço Cultural José Lins do Rêgo, na cidade de João Pessoa e contou como a participação dos artistas locais: Adeildo Vieira, Gláucia Lima e Seu Pereira. Num primeiro houve um diálogo com a Liga onde se apresentaram e colocaram os objetivos e razões de criação da associação, em seguida procedeu-se com um show musical dos artistas convidados. O evento marcou presença de aproximadamente 600 pessoas conforme podemos visualizar na figura 18 os registros desse momento.

⁶ Informações obtidas a partir da Ata de Assembleia Geral de Constituição de Associação Civil presente no arquivo privado da Liga e disponibilizada por seus dirigentes.



Figura 4 – Lançamento da Liga Canábica da Paraíba



Fonte: Arquivo privado da Liga Canábica da Paraíba.

As reuniões da Liga Canábica da Paraíba ocorrem oficialmente duas vezes por mês ou sempre que requisitada pelos membros integrantes da associação, sendo uma considerada de “acolhimento” que ocorre sempre nas primeiras quartas-feiras do mês, e nesta reunião toda a sociedade civil organizada é convidada a participar, nela é relatado o histórico de fundação da Liga Canábica, assim como os principais apontamentos no que tange aos aspectos medicinais da planta cannabis sativa apresentando as razões e propostas da associação. A segunda reunião é delegada pela diretoria e conselho fiscal que determinam a data, local e horário e que visa discutir assuntos internos da associação: finanças, articulação de ações e eventos, parcerias, dentre outras pautas.

Nesta direção nos deparamos com os princípios adotados pela Liga Canábica, agora constituída como associação, os quais são elencados em seu Estatuto Social, art. 2º do Capítulo I:

- I – O respeito aos direitos humanos;
- II – O respeito às práticas sustentáveis e à conservação da natureza;
- III – O respeito aos interesses das populações tradicionais e à cultura, conforme definidos em lei;

- IV - O repúdio a toda forma de preconceito e discriminação de qualquer natureza, conforme definidos em lei;
- V - O respeito à Constituição da República Federativa do Brasil.

Em relação a seu objetivo geral, o mesmo é firmado no escopo de seu estatuto social, em seu art. 3º, onde relata que a Liga busca:

[...] defender, promover, garantir, consolidar, monitorar e expandir uma Política Nacional de Cannabis Medicinal – construída com a participação ativa da sociedade civil e daqueles que necessitam da cannabis medicinal – que tenha como fundamento a inclusão social e o respeito aos direitos humanos dos usuários de cannabis medicinal e seus responsáveis, e garanta acesso universalizado e qualificado às diversas variedades de cannabis ssp e a todos os produtos delas derivados, e uma cultura de acolhimento e superação dos preconceitos e discriminações em relação ao uso medicinal dessa planta.⁷

No tocante ao processo de associação à Liga Júlio Américo e Sheila Geriz deixam claro que a Liga é aberta para todo indivíduo que dela deseje participar, usuários e não usuários, estudiosos, militantes da causa, enfim, quem deseja e concorda com a ideologia de ativismo da Liga. De acordo com a vice-presidente da associação que como porta de entrada existe uma ficha cadastral para preenchimento de informações pessoais do associado usuário ou não.

Vale salientar que as atividades desempenhadas pela Liga Canábica da Paraíba estão centralizadas em quatro eixos, que são seus objetivos específicos: 1) Disseminação do conhecimento acerca do uso terapêutico da cannabis; 2) Contribuição para o alargamento do conhecimento científico do uso da cannabis para fins terapêuticos; 3) Atuação juntos ao poder público com vistas à criação de políticas públicas que garantam o acesso às diversas formas de uso terapêutico e a extinção dos entraves legais à sua utilização; e 4) Contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos usuários buscando promover o acesso às diversas formas de uso terapêutico da cannabis e à criação de uma cultura de acolhimento aos que dela necessitem.

⁷ Citação retirada do Estatuto Social da Liga Canábica, o qual foi aprovado e registrado em cartório no dia 06 de setembro de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Liga Canábica Paraíba tem travado uma batalha permanente na/para a criação de políticas públicas voltadas ao uso medicinal da cannabis, bem como de apoio às famílias que dela necessitam. Isto se dá em razão da planta ainda ser vista de forma negativa e preconceituosa, e da falta de informação, ou até mesmo de uma contrainformação, como Morin (1986, p. 36) aponta em sua obra em razão do avanço tecnológico nos meios de comunicação: “[...] não se pode mais ver o que está acontecendo, já que o sistema camufla a verdadeira informação; e o medo que inspira faz com que todos digam o que é preciso dizer”.

Esta polêmica que gira em torno dos estigmas criados acerca do uso da cannabis fez despertar o interesse em trazer à tona para a sociedade o papel desta associação com relação aos benefícios levados às crianças portadoras de doenças neurológicas, além disso, o papel social e acolhedor da associação em unir famílias, e, por conseguinte, esforços na obtenção de um bem comum, proporcionando união e apoio mútuos.

O estudo da trajetória da Liga a partir de seu acervo documental privado, nos leva a compreender dois contextos: um primeiro momento de angústia e poucos recursos, e um segundo momento de melhorias e descobertas medicinais da planta e seus benefícios identificados com o seu uso, além de alguns marcos jurídicos legais importantes.

Transitar pelo seu arquivo privado é caminhar uma história triste e ao mesmo tempo cativante, em que observamos claramente a negligência governamental diante de certa parcela do tecido social, entretanto visualizamos sujeitos ativos, conscientes de seus direitos e subversivos diante de uma sociedade cada vez mais preconceituosa e individualista. Frente a isto, não há como não ser tocado por histórias de vida e ao mesmo tempo de luta de pessoas que vivenciam diariamente no seu lar os tenebrosos efeitos de doenças como a epilepsia crônica, e buscam na legalização medicinal da maconha a melhoria e bem-estar de seus parentes.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: Formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica**: teoria e método. São Paulo: Edusc, 2006.

BARROS, D. S; NEVES, D. A. de B. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr. 2009.

BELLOTTO, H. L. Arquivologia: objetivos e objetos. **Boletim Histórico e Informativo**, São Paulo, v.10, n. 2, p. 81-83, jul./dez. 1998.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRASIL. CFM. Resolução CFM Nº 2113/2014. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de dezembro de 2014, seção I, p. 183. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2014/2113_2014.pdf. Acesso em 10 dez. 2021.

BRASIL. Lei Nº. 8.159 de 08 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em 25 de dez. 2021.

BRITTO, A.C. L.; CORRADI, A. Considerações Teóricas e Conceituais sobre Arquivos Pessoais. **PontodeAcesso**, v. 11, n. 3, p. 148-169, 2018. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/22745>. Acesso em 25 dez. 2021.

CARLINI, E. A.; et. al. Drogas psicotrópicas – O que são e como agem. **Rev. Imesc.**, n. 3, p. 9-35. 2001. Disponível em: http://www.gruponitro.com.br/atendimento-a-profissionais/%23/pdfs/artigos/multidisciplinares/efeito_das_drogas_psicotropicas_no_snc.pdf. Acesso em 07 jan. 2022.

CAMPOS, J. F. G. **Arquivos Privados**: abordagens múltiplas. São Paulo, ARQ-SP, 2016.

IORE, M. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 92, p. 9-21, Mar. 2012.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100002&lng=en&nrm=iso . Acesso em 14 dez. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KIEPPER, A. O; Esher, Â. A regulação da maconha no Senado Federal: uma pauta da Saúde Pública no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 30, n. 8, p. 1-3, 2014. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/0c46/5ed6894a82588a5a1274a7455f00a9c16abd.pdf> . Acesso em 10 jan. 2022.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. p. 207-233, 419-476, 535-550.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F. GOMES, R. _____. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, Método e Criatividade**. São Paulo: Petrópolis: Vozes, 2004. p. 79-108

MORIN, E. **Para sair do século XX**. Tradução de Vera Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em 03 jan. 2022.

SILVA, M. S. **Se liga! O livro das drogas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

THIESEN, I. **Memória Institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

VITORIANO, M. C.C. P. A presença de fundos privados institucionais nos arquivos públicos estaduais do Brasil. **Arquivos Privados: abordagens múltiplas**. São Paulo, ARQ-SP, p. 9-23, 2016.

© 2022 UFPB

V.10, n. Especial – V Semana Nacional de Arquivos

Os conteúdos expressos nas contribuições publicadas neste número especial - V Semana Nacional de Arquivos (SNA), bem como a revisão ortográfica e gramatical dos manuscritos, foram de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Archeion Online. Universidade Federal da Paraíba. – Vol. 10, n. Especial
(2022)- . – João Pessoa : Coordenação do Curso de
Arquivologia/UFPB, 2013-

Revista eletrônica de Arquivologia/UFPB - Semestral - V.10., n.
Especial

Editoras: Patrícia Silva ; Ediane Toscano Galdino de Carvalho

ISSN 2318-6186

1. Arquivologia. I. Universidade Federal da Paraíba. II. Coordenação
do Curso de Arquivologia. III. Título.

CDU 930.25

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion>

archeionline@gmail.com

